



ANO 13 | N.º 27
1º SEMESTRE 2024
12.50 €

GRÊMIO LUSITANO

LIBERDADE - IGUALDADE - FRATERNIDADE



25 ABRIL

74 COMEMORAÇÕES
24 DO CINQUENTENÁRIO
DO 25 DE ABRIL



MUSEU MAÇÓNICO
PORTUGUÊS



Facebook | Instagram
Museu Maçónico Português

ÍNDICE

3	EDITORIAL - Pedro Luiz de Castro LIBERDADES, POVO E EÇA !
5	Fernando Cabecinha - Grão-Mestre do G.:O.:L.: A LIBERDADE NA MAÇONARIA
6	Pedro Farmhouse - Presidente da Direção do Grémio Lusitano LIBERDADE E RESPONSABILIDADE!
8	Avelino Rodrigues SETE ANOS ANTES DO 25 ABRIL - EU VI UMA LUZ AO FUNDO DO TÚNEL
29	Vasco Lourenço A MAÇONARIA E O 25 DE ABRIL
31	José Pedro Castanheira QUEM INDICOU ADELINO DA PALMA CARLOS PARA PRIMEIRO-MINISTRO DO I GOVERNO PROVISÓRIO?
36	Joaquim Grave dos Santos AMÉRICO AMORIM LEITÃO
44	Vitorino Salomé A CANÇÃO COMO ARMA DE AGITAÇÃO SOCIAL EM PORTUGAL
48	Bernardo de Carvalho Costa 25 DE ABRIL DE 1974 50 ANOS DEPOIS
51	Ana Sá Lopes O ARQUIVO DA MAÇONARIA FOI SALVO POR UMA PORTA SECRETA
53	Luís Vaz LUAR - UMA ORGANIZAÇÃO DE RESISTÊNCIA ARMADA
64	Manuel Pinto Santos A PESCADINHA DE RABO NA BOCA, OU 50 ANOS DE DEMOCRACIA
67	Euclides Teixeira O GRANDE ORIENTE LUSITANO EM 1974
76	António Ventura MEMÓRIA DOS TEMPOS DIFÍCEIS - MAÇONS NO TARRAFAL
90	Edmundo Pedro Paulo Almeida EDMUNDO PEDRO POR ELE PRÓPRIO PÓ - EVOCAÇÃO DE EDMUNDO PEDRO EDMUNDO PEDRO - UM REBELDE PRESENTE NA "LOJA VINTE E CINCO DE ABRIL"
94	António Valdemar ALMEIDA E O 25 DE ABRIL - O MONUMENTO REJEITADO
96	Salgueiro Maia OS PROGRESSISTAS
106	Biblioteca e Arquivo do Grémio Lusitano SELEÇÃO PARA CONSULTA



Estatuto Editorial

A revista *Grémio Lusitano* é um espaço de livre debate de ideias, tendo por base os valores da Liberdade, Igualdade e Fraternidade. As opiniões expressas sob a forma de artigos, são orientadas por critérios de rigor e criatividade editorial, diversidade temática, visando abranger diferentes campos do Saber, respeito pela opinião alheia e rigor histórico. Pauta-se ainda pelas ideias inerentes ao Livre Pensamento, à liberdade de consciência e de expressão, à tolerância e ao pluralismo de pontos de vista.

Consideramos que a existência de uma opinião pública informada, ativa e interveniente é condição essencial para o exercício pleno da cidadania e para que cada pessoa exerça os seus direitos e deveres conscientemente, contribuindo para o Bem Comum. Por isso, a revista *Grémio Lusitano* entende dever participar no debate das grandes questões que se colocam à sociedade portuguesa, numa perspectiva de tolerância, de respeito pelo outro e de uma formação individual.

A revista *Grémio Lusitano* reconhece como seu limite o espaço privado dos cidadãos e todas as matérias para as quais não está vocacionada, conforme o art.º 17º/1 da Lei da Imprensa, assumindo como seu objetivo primeiro a sua credibilidade e como objetivo último a formação de cidadãos plenos.

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE, SEDE, EDITOR E REDACÇÃO:

Grémio Lusitano
Rua do Grémio Lusitano 25
1200-211 Lisboa – Portugal

NIPC

500 929 270

TIRAGEM (Digital e Papel)

3000 exemplares

PERIODICIDADE

semestral

DEPÓSITO LEGAL

198408 / 09

REGISTO ERC

127398

DIRETOR

Pedro Luiz de Castro

DIRETOR ADJUNTO

Henrique Monteiro

COORDENAÇÃO

Pedro Luiz de Castro
Álvaro Carrilho
Inês Marques

GRAFISMO

Álvaro Carrilho

IMPRESSÃO

Sextacor

TEXTOS

Ana Sá Lopes
António Valdemar
António Ventura
Avelino Rodrigues
Bernardo de Carvalho Costa
Edmundo Pedro ✚
Euclides Teixeira
Fernando Cabecinha
Joaquim Grave dos Santos
José Pedro Castanheira
Luís Vaz
Manuel Pinto dos Santos
Paulo Almeida
Pedro Farmhouse
Pedro Luiz de Castro
Salgueiro Maia ✚
Vasco Lourenço
Vitorino Salomé

Liberdades, Povo e Eça !

Habituaados que estamos à expressão Povo maçónico, nem sempre pensamos apenas no profundo significado da palavra POVO.

Somos nós? São os outros? Somos nós e os outros?

Numa definição académica, POVO são as pessoas (indivíduos) que convivem num determinado espaço físico sob um sistema de organização política e administrativa. Nessa interação de individualidades, estão acima de tudo os Cidadãos, que são os titulares do direito público já que têm o direito de interferir no processo decisório da organização política.

E todos sabemos que não foi isso que sucedeu em Portugal de 1926 a 1974. A organização política do Estado português, limitava ou controlava as liberdades de ação ou exteriores (associação, escolha, imprensa, religião, etc.), e deixava o que não podia cercear: a liberdade interior, de pensamento, os conceitos, e tudo o que lhes está associado.

Friedrich Hegel, o filósofo do idealismo alemão, dizia que a liberdade, não pode ser apenas exterior, nem apenas interior, e que elas se desenvolvem na consciência e nas estruturas. Rudolf Steiner, fundador da antroposofia, considerava a liberdade interior e a exterior como complementares, e que a verdadeira liberdade somente é alcançada quando estão unidas.

Depois de 48 anos de opressão e sufoco, os militares de Abril, devolveram ao POVO, as liberdades exteriores que assim se puderam juntar às liberdades interiores. E todos vimos ou ainda podemos ver e sentir, o que foi a festa do POVO, quando a LIBERDADE em falta de novo lhe foi devolvida.

O conceito de POVO aplicado à nossa lusa dimensão, foi abordado por Eça de Queirós, num pequeno texto muito revelador do que era Portugal no final do séc. XIX. Há que o ler, como estivéssemos ainda nessa altura, mas muitos pensarão que as coisas não mudaram assim tanto:



«Há no mundo uma raça de homens com instintos sagrados e luminosos com divinas bondades de coração, com uma inteligência serena e lúcida, com dedicações profundas, cheias de amor pelo trabalho e de adoração pelo bem, que sofrem, que se lamentam em vão.

Estes homens são o POVO.

Estes homens são sob o peso de calor e de sol, transidos pelas chuvas, roídos de frio, descalços, mal nutridos, lavram a terra, revolvem-na, gastam a sua vida, a sua força, para criar o pão, o alimento de todos.

Estes são o Povo, e são os que nos alimentam!

Estes homens vivem nas fábricas, pálidos, doentes, sem família, sem doces noites, sem um olhar amigo que os console, sem ter o repouso do corpo e a expansão da família, e fabricam o linho, o pano, a seda os estofos.

Estes homens são o Povo, e são os que nos vestem !

Estes homens vivem debaixo das minas, sem o sol e as doçuras consoladoras da Natureza, respiram mal, comendo pouco, sempre na véspera da morte, rotos, sujos, curvados a extraírem o metal, o minério, o cobre, o ferro, e toda a matéria das indústrias. Estes homens são o Povo, e são os que nos enriquecem !

Ilustração: Álvaro Carrilho

Estes homens nos tempos de lutas e de crises, tomam as velhas armas da Pátria, e vão dormindo mal, com marchas terríveis, à neve, à chuva, ao frio, nos calores pesados, combater e morrer longe dos filhos e das mães, sem ventura, esquecidos, para que nós conservemos o nosso descanso

Estes homens são o Povo, e são os que nos defendem !

Estes homens formam as equipagens dos navios, são lenhadores, guardadores de gado, servos mal retribuídos e desprezados.

Estes homens, são os que nos servem !

E o mundo opulento, soberano, o que faz a estes homens que o vestem, que o alimentam, que o enriquecem, que o defendem, que o servem?

Primeiro, despreza-os; não pensa neles, não vela por eles, trata-os como se tratam os bois; deixa-lhes apenas uma pequena porção dos seus trabalhos dolorosos; não lhes melhora a sorte, cerca-os de obstáculos e de dificuldades; forma-lhes em redor uma servidão que os prende a uma miséria que os esmaga; não lhes dá protecção, é terrível coisa, não os instrui; deixa-lhes morrer a alma,



Batalhão de Infantaria de Angra do Heroísmo, onde Gungunhana passou os últimos anos da sua vida.

É por isso que os que têm coração e alma, e amam a justiça, devem lutar e combater pelo Povo.

E ainda que não sejam escutados, têm na amizade dele uma consolação suprema.»

Ainda a propósito de Liberdade, permitam-me que num contexto pessoal aqui revele que cumpri parte do meu serviço militar em Angra do Heroísmo, e no Batalhão de Infantaria convivi com este lema afixado numa das paredes: «Antes morrer livres, que em Paz sujeitos», como escreveu Ciprião de Figueiredo e Vasconcelos, Corregedor dos Açores em carta a Filipe II de Espanha(1582).^①

A Liberdade na Maçonaria

Com o 25 de abril, todos conquistámos a Liberdade, palavra que passou a andar nas bocas do mundo, com muitos a queixarem-se da falta dela.

Será que um homem que vive em liberdade é um homem livre? Talvez não, porque o «*ser livre*» dos maçons nada tem a ver com o viver em liberdade, como era legítimo desejo no século XVIII, e apregoado desde essa altura até aos nossos dias.

Será bom mergulharmos um pouco na terminologia maçónica para nos lembrarmos dos Franco-maçons, esses homens livres que trabalhavam nas grandes catedrais e construções, atravessando toda a Europa, saltando de país em país, ao fim e ao cabo de patrão em patrão.

Eram homens livres, pois não estavam agrilhoados a princípios de natureza, a regras e ditames de ocasião ou circunstância. Tolerantes com todos, ajudavam-se mutuamente e eram por natureza solidários. Davam guarida aos perseguidos, cultivando e promovendo entre si essa liberdade do saber, que iam transmitindo entre si.

Os maçons franceses eram «*Francos*», e curiosamente hoje ser franco é ser autêntico, é ser verdadeiro, é ser honesto. E já agora, livre e sem restrições. Não terá sido por acaso que as lojas onde não se cobram impostos aduaneiros se chamam Lojas Francas!

Ser livre é um direito? Mas ser livre de quê e para quê? E para fazer o quê? A delinquência e a intolerância, por exemplo, nascem desta liberdade (como um direito), ou da liberdade sem limites? É em nome da liberdade que se criam leis e regras, e controles, e vistorias, e inspeções, e auditorias, e...e...e quantas coisas mais...?

As nossas liberdades servem para buscar a verdade, a virtude, o estudo, a moral e, naturalmente, o melhoramento das nossas condições de vida. Somos livres exatamente para isso. Ao sermos livres aceitamos a tolerância mútua, exigimos o respeito por nós próprios, para assim sermos capazes de respeitar os outros.

Queremos ser Livres por oposição a escravos (escravos do que quer que seja...), livres, pois donos de nós próprios, donos das nossas vontades e do nosso livre-arbítrio, donos e livres de escolher o nosso rumo e futuro, portanto escolher entre o Mal e o Bem.

Nós, os maçons, no exercício das nossas liberdades devemos, pois, procurar o tal caminho do aperfeiçoamento pessoal, escolher o caminho da retidão e da verdade, para sermos cidadãos moralmente exemplares. ①

Liberdade e Responsabilidade!

Comemorar os 50 anos do 25 de Abril de 1974 é ter memória de que há um antes e um depois. Um antes submerso na escuridão e na ditadura, onde os direitos humanos eram reprimidos, onde discordar representava a prisão, o degredo, a tortura e, por vezes, até a morte. Um antes onde não havia Liberdade. Um tempo em que o direito de associação e de reunião era restringido, onde não havia liberdade de expressão. Um tempo onde reinava o medo e a escuridão.

O Grémio Lusitano, fundado em 1879 no espírito da promoção da união, da instrução, do livre-pensamento e humanismo, foi perseguido pelas forças da ditadura desde os primórdios do golpe militar de 28 de maio de 1926. O Estado Novo tratou desde cedo de amordçar o livre associativismo, através de Lei n.º 1901 de maio 1935, proibindo as “associações secretas” e o livre associativismo.

Em 21 de janeiro de 1937, ordena o encerramento e dissolução do Grémio Lusitano alegando que este “*exercia actividades que eram contrárias aos princípios fundamentais do Estado*”¹. Os seus bens foram arrolados e a sua sede foi entregue aos Serviços de Ação Social e Política da Legião Portuguesa. A memória foi reescrita, rasurada, e a Rua do Grémio Lusitano voltou a denominar-se Travessa do Guarda-Mor.

A madrugada que mais ansiávamos chegou, o 25 de Abril de 1974 esmagou a escuridão, trouxe-nos de novo a Luz, a Esperança e a Liberdade.

Hoje, somos um País Livre e Democrático. O medo ficou no passado e no futuro vemos a esperança e ela está ao nosso alcance, saibamos manter-nos firmes na defesa e afirmação dos nossos valores.

No dia 7 de maio de 1974, a Junta de Salvação Nacional reconhecia que o prédio, sito à Travessa do Guarda-Mor n.º 25, era pertença da Associação Grémio Lusitano. O Grémio Lusitano recuperava o seu Palácio e sede histórica, usurpado pela Legião Portuguesa durante 37 anos.

A 7 de novembro desse ano, era declarado, pelo Decreto-Lei n.º 594/74, que “*O direito à livre*

associação constitui uma garantia básica de realização pessoal dos indivíduos na vida em sociedade. O direito à constituição de associações passa a ser livre e a personalidade jurídica adquire-se por mero acto de depósito de estatutos”.

A herança da memória era finalmente restaurada e, a 10 de outubro de 1977, a Câmara Municipal de Lisboa revertia o topónimo da nossa sede para Rua do Grémio Lusitano.

Temos todos uma dívida de gratidão para com os militares de Abril que, pela sua ação, libertaram o país de 48 anos de ditadura. A eles estaremos eternamente gratos e permanecerão sempre na nossa memória.

É nosso desígnio manter vivo o legado que nos foi deixado por todos os que, atravessando a clandestinidade, mantiveram erguida a Luz da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade. É nosso imperativo

¹ Diário de Governo N.º 22, II Série de 27 de janeiro de 1937;



continuar a “promover o Humanismo e a defesa dos Direitos do Homem”.²

O Programa do Movimento das Forças Armadas (MFA) era claro nos seus objetivos: Democratizar, Descolonizar e Desenvolver. Portugal acabou com a guerra colonial e respeitou a autodeterminação de cinco novos países – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e Timor.

Com a Constituição de 1976, aprovada pela Assembleia Constituinte, eleita em 25 de abril de 1975 de forma livre e entusiástica por todos os portugueses com mais de 18 anos, a República Portuguesa tornou-se, conforme define o artigo 2.º da Constituição, num “Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democráticas, no respeito e na garantia de efetivação dos direitos e liberdades

fundamentais e na separação e interdependência de poderes, visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa.”

Nesta data maior na vida do Portugal democrático, o Grémio Lusitano não podia deixar de se associar às comemorações dos 50 Anos do 25 de Abril de 1974 - a Revolução dos Cravos. A democracia e o desenvolvimento são dois objetivos em permanente construção na sociedade onde nos inserimos e pelos quais nos empenhamos.

Relembramos, a terminar, o Artigo 1.º da Constituição da República Portuguesa “Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária.”

Viva o 25 de Abril!

Viva a Liberdade!

Viva Portugal!

² Estatutos Grémio Lusitano, Capítulo I, Artigo 3.º.

Sete anos antes do 25 Abril eu vi uma luz ao fundo do túnel

O presente texto nasceu como testemunho pessoal dos preliminares do 25 de Abril mas, pouco a pouco, a narrativa foi tomando conta da testemunha e transformou-se numa crónica saboreada, com alguma reflexão histórica e sociológica.

INTRODUÇÃO

Dois tempos e duas linguagens. E como se fora um palimpsesto, por vezes aflora a reminiscência da linguagem primeira, na sua espontaneidade original. Outra experiência que me aconteceu foi que, ao reler-me, firmei a convicção da importância do papel na comunicação social, constatando que, na Internet e sobretudo no telemóvel, pouca gente lê prosa desenvolvida, a não ser como documento de consulta.

Sustento por isso que os suportes eletrónicos, tão preciosos para a comunicação rápida e interactiva, não oferecem espaço para as artes gráficas, muito menos para a imagem iconográfica que precisa da extensão do papel para respirar e ser palpável.

Nesta edição as imagens não são meras ilustrações, são «documenta» que falam com o texto e lhe conferem ressonância e outra cor. Em devido tempo, cumpre-me assinalar os créditos autorais destes documentos.

As imagens do cerco do RI5 de Caldas da Rainha devem-se a Gustavo Coelho, que ao tempo era



foto-cine da Unidade, também ele sitiado dentro do quartel na sublevação do 16 de Março de 1974. A foto do general Spínola, prémio World Press Photo 1975, foi-me cedida pelo autor, Eduardo Gageiro.

A lista de oficiais do grupo da Matoeira é a reconstituição de um manuscrito de 1967 (desaparecido) com as inscrições para um jantar semiclandestino, a qual foi elaborada de memória por Gonçalves

Novo e que, segundo Vasco Lourenço, condiz com o original.

Todas as outras fotos dos locais em que decorreram os preliminares do 25 de Abril, descritos no texto, devem-se a Carlos Cipriano, o primeiro jornalista que descobriu a minha «história de vida».

O 25 de Abril não caiu do céu de para-quedas. Nem foi importado da guerra da Guiné, assim sem mais

nem menos. Tenho escrito que o processo do 25 de Abril é um rio com muitos afluentes, descortinei três, mas foco-me em um deles, que vi nascer em 1967 no RI5 – Regimento de Infantaria 5 – nas Caldas da Rainha.

Chamei-lhe «o primeiro afluente», refiro-me à fita do tempo, mas não só, como há-de ver-se. A Guiné do General Spínola será um segundo afluente. Falta falar de outros afluentes que pouca gente via, mais enraizados na sociedade portuguesa, à semelhança dos rios do deserto correndo nas entranhas da terra.

Um deles vem de longe, começara em 1921, era a geração da «Seara Nova» que veio a desembocar na Constituição da República de 1976. Da cultura seareira nasceu-lhe um rebento em Janeiro de 1963, que cedo se afirmou como terceira via, mais jovem no “Tempo e o Modo” de pensar. Em 1974 os três afluentes vão confluír num grande Delta, triangular como todos os deltas (assim Δ) e nos ângulos tinha três DDD, que a gente lia «Descolonizar-Democratizar-Desenvolver». Mas isso só se viu depois.

O meu testemunho vale quanto vale o meu crédito profissional e a minha vivência pessoal, não resulta de citações nem bibliografias eruditas ou pseudo, é uma fonte directa do que eu vi e convivi.

Nem sequer aceito discutir a validade da «história oral», tão certo é que tudo começa por um primeiro testemunho, que pode tornar-se guião ou pista, carreiro humilde para um aprofundamento crítico, capaz de resistir à prova de “falsabilidade”.

Conheço os melindres do processo de investigação e o esforço epistemológico que se exige para acautelar, da intromissão do «self», a verdade tangível no próprio acto de ver os factos e de os narrar. Mas, se eu não fosse um «insider» nesta história, não poderia escrevê-la por dentro, minha objetividade emotiva que sinto e vejo e sei.

O CENÁRIO E OS ACTORES

O autor apresenta-se primeiro, é actor como testemunha, mas desdobra-se no papel de narrador em diálogo com os leitores. Em 1966 fui parar por acaso ao Regimento de Infantaria 5, nas Caldas da Rainha, como capelão da Unidade. As voltas que a vida dá!

Alguns leitores talvez me reconheçam (*foto1*) como um dos «cronistas da revolução», título honroso que se agradece ao general Pezarat Correia, por causa de uma trilogia sobre o 25 de Abril que escrevi com Cesário Borga e Mário Cardoso, a saber, «O Movimento dos Capitães e o 25 de Abril» (editado em 1974), «Portugal Depois de Abril» (1976) e «Abril nos Quarteis de Novembro» (1979). O meu nome já antes era conhecido como jornalista de «O Século» e do «Diário de Lisboa» e de outras andanças que não vêm ao caso.

O RI5 era então um regimento fundamental do Curso de Sargentos Milicianos (CSM) com seis companhias de instruendos, além das duas companhias regulares de soldados “prontos” (Formação e Caçadores) ao todo mais de 1 200 rapazes, que fui chamado a acompanhar.

Cada companhia tinha a sua caserna (*foto 2*) com mais de 100 homens. Os instruendos do CSM eram “mancebos” que, ao atingirem os 20 anos (idade do serviço militar obrigatório) haviam completado o Ensino Secundário mas não tinham acedido à Universidade.

Provinham de duas origens: a maioria tinha completado o curso das Escolas Industriais ou Comerciais, a flor da classe operária; os outros tinham o quinto ano do Liceu, filhos das classes médias ou superiores, atrasados nos estudos, repetentes e cabulões – duas camadas sociais distintas que a disciplina militar e o destino comum da guerra acabavam por uniformizar. (Será para isso que existe o uniforme?)

Já agora acrescento que todos os matriculados na Universidade geralmente não eram conscritos antes de concluírem a licenciatura, e só então eram chamados para o Curso de Oficiais Milicianos (COM) em Mafra, integrando depois o chamado Quadro de Complemento (QC). Faço aqui esta destrição para melhor compreensão da narrativa.

A princípio eu não pertencia à “família militar”, não tinha farda nem galões e também não tinha



foto 1. O autor Avelino Rodrigues (ao centro) com Cesário Borga e Mário Cardoso. 1974



foto 2. Ri5 - Caserna de 1967 (estado actual)



foto 3. RI5 - edifício do comando

ordenado, o que me dava um certo ascendente moral (ou eu pensava que sim). Só mais tarde é que fui graduado em tenente, facto consumado e sem consulta prévia.

Ainda me lembro daquele dia 8 de Setembro de 1966 quando entrava a porta de armas (foto 3). A sentinela empertigou-se, bate a pala ombro-arma, e diz: «O nosso Sargento da guarda quer falar-lhe». Tocou à campainha e vem-me o Sargento, decidido: «O nosso Oficial de dia quer falar-lhe». E este: «O nosso Comandante quer falar-lhe».

Bati à porta do comandante, o coronel Pedro Serrano levanta-se pressuroso, dá volta à mesa de trabalho e avança com um abraço forte e três palmadas nas costas: «Parabéns!». Já vinha atrás dele o

segundo comandante, mais um abraço e três palmadas nas costas: «Parabéns!» E depois avança o comandante do CSM, com o mesmo ritual.

Deixei-me abraçar, nem tempo me deram para reagir, só depois: «*Senhor comandante, estou muito comovido com os parabéns e os abraços, mas já agora faça favor de me dizer porquê.*»

O comandante ficou mais espantado do que eu: «*O quê? então não leu a Ordem do Dia?*» E eu: «*Entrei agora à porta de armas, e a sentinela mandou-me falar ao sargento da guarda, e o sargento enviou-me para o capitão-oficial de dia e este mandou-me para o nosso comandante, e eu cá estou no seu gabinete.*»

Deu-me a ler a OD: Capelão graduado em Tenente. Mais uma rodada de abraços: «*Parabéns outra vez, agora já é da família militar, vem na Ordem do Dia!*» E lá tive de comprar a farda, que raramente usava.

Tinha aprendido o primeiro princípio desta vida fechada em si mesma, a disciplina hierárquica, espinha dorsal do “corpo militar”, que a minha cultura religiosa logo interpretou como gesto litúrgico da “arte da guerra”.

Nesse ano de 1966 eu estava nos meus irreverentes 30 anos, um ar contestatário mas sensato e um assumido espírito arejado – que me levou por exemplo a suprimir a missa campal na parada dos Juramentos de Bandeira – e, vá lá, algum sucesso na contenção de excessos militaristas, que nunca faltam num quartel, como

as baratas na caserna. É um auto-retrato linear que talvez explique algum prestígio no quotidiano do regimento.

O corpo de oficiais era constituído maioritariamente por três dezenas de alferes e tenentes do Quadro Permanente (QP). Eles tinham saído dos últimos cursos da Academia Militar, conheciam-se todos, e esta circunstância inspirava o “espírito de corpo” e estimulava o brio de cada um, em sã competição profissional.

Quase todos solteiros, isolados no quartel, sem laços de integração na sociedade caldense, poucas escapatórias tinham além da «Pastelaria Zaira» na Praça da República, que se tornou seu poiso de fim de tarde, praticamente interdita a soldados e sargentos. Além, claro, do “passeio dos tristes” a São Martinho do Porto ou um jantar de farta-brutos na Tornada.

Ora eu também tinha a meu cargo a freguesia dos Vidais, a sete quilómetros do quartel. A casa paroquial passou a ser o ponto de encontro do nosso grupo de jovens oficiais do “Cinco”, para jantaradas e discussões pela noite dentro. Ao contrário da messe de oficiais, onde as críticas ao regime e a questão colonial apenas se balbuciavam em voz baixa, acontece que naquele ambiente recatado podíamos falar à vontade.

Nesse ano de 1966 o tenente Vasco Lourenço (que comecei a observar como líder natural do grupo) foi nomeado responsável da sala de oficiais. Era ele que afixava ao balcão do bar um convite enigmático convidando os interessados a participar numa sessão dos “*Cursos de Cristandade*” em casa do capelão (logo eu, que até criticava aquele método espanhol de conversão apressada, que estava na berra, semelhante a uma Opus Dei de massas, que eu considerava uma espécie de lavagem ao cérebro!).

Mas antes de prosseguir esta história, complete-se o elenco de protagonistas e figurantes que entrarão em cena, especialmente o

RI5. GRUPO DA MATOEIRA

Vasco Lourenço

Gonçalves Novo

Carlos Camilo

Carlos Clemente

Bicho Beatriz

Ilídio Freire

Passanha de Oliveira

João Curado

Sidónio Ribeiro da Silva

Leonardo Freixo

Reis Santana

António Prata

António José Carvalho

Nuno Homem da Costa

João Viana

Luís Torres

Carlos Pires

Joaquim Farias

Sebastião Martins

Helder Rodrigues

Fernando Sousa

João Leão Repolho

Seabra Albuquerque

Avelino Rodrigues

*foto 4. RI5 - Lista de oficiais
do Grupo da Matoeira 1967*

general António de Spínola que em 1972 irei conhecer na Guiné, eu como jornalista, ele como Governador e Comandante-chefe das tropas coloniais.

O general já então era uma personalidade controversa, internamente e a nível internacional, pela sua posição crítica à política do governo e pela forma como conduzia a guerra.

Era adorado pela sua corte, olhado de soslaio pela velha-guarda do Regime e motivo de expectativa para os sectores mais progressistas da Oposição Democrática, pouco dados a confiar nos militares que outra

coisa não seriam senão militaristas, pois então. Contracenando com todos, vai ganhando vulto o nascente Movimento dos Capitães, protagonista em ascensão.

A PRIMEIRA VEZ QUE AS LÍNGUAS SE SOLTARAM

Retomo a história do RI5 e dos nossos encontros semi-secretos. O grupo cresceu rapidamente, já éramos mais de 20 (*foto 4*) a casa tornou-se pequena e tivemos que ocupar um terreno da paróquia, entalado entre a igreja e a estrada de Rio Maior (onde mais tarde se instalou um campo de futebol).

À medida que os copos se viravam, o calor da noite subia, gritava-se acaloradamente, atraindo um ror de curiosos. É certo que os paroquianos eram meus amigos e até se orgulhavam de ver tantas fardas em meu redor, mas de repente senti soar as campainhas de alarme.

Para mais, residia na aldeia o presidente da Câmara, primeira autoridade do regime no concelho, em cuja casa vivia também o seu genro, major Monroy, oficial prestigiado do “Cinco”. Um e outro eram simpáticos comigo, mas não tinham nada a ver connosco, antes pelo contrário.

Foi então que mudámos para a Matoeira, um lugarejo a três ou quatro quilómetros do quartel, onde, entretanto eu tinha convencido o padeiro António Jacinto (*foto 5*) a improvisar um pequeno restaurante para nosso refúgio recatado, na adega anexa à padaria (*foto 6*).

Foi fácil, ele fizera-se meu amigo, não sei porquê, embora nunca fosse à missa. «*Deixe tudo como está, mesmo as teias de aranha nos tonéis, mas limpinho, só o chão de terra batida tem de ser cimentado (porque é muito frio de inverno) e é preciso um grande grelhador no pátio, e pronto*». A obra fez-se num mês, e assim passámos a ter um «restaurante exclusivo», que podíamos reservar só para nós, quando entendêssemos, era só dizer.

Um recanto de rústica simplicidade, um lagarzinho antigo com um tronco de pinheiro de través e uma pedra pendurada na ponta, a servir de prensa romana, e uma mesa comprida no meio dos toneis, tudo aberto para um pátio espaçoso de patos e galinhas, onde cabiam os nossos carros todos «clandestinamente».

E clientes? Tranquilei-o, que deixasse isso a meu cargo, só era preciso que oferecesse o jantar da estreia, 20 quilos de carne para 20 convidados! «*Um quilo de vaca por cabeça?!*» espantou-se o Jacinto pagador. «*Vai ver que não sobra nada pela noite adentro*», afiancei.

Respirou quando me ofereci para apresentar a minha especialidade culinária, aliás única, uma espetada à moda da Madeira em pau de louro verde, sem molhos, só uma pitada de sal sobre as brasas, melhor em sangue, talvez umas batatas fritas, talvez uma salada simples. Carne e vinho e pão, mais nada, como lá na ilha, era sucesso garantido. O Jacinto aprendeu a receita rapidamente, e em breve me libertou da tarefa.

Ficou também combinado que, no fim da mesada, ele próprio nos deixaria sozinhos e fechava a porta da adega, deixando-nos numa clandestinidade romântica, ah! e com um pau de giz no tampo da pipa para marcarmos a quantidade de jarros, que se esvaziavam enquanto o diabo esfrega um olho, como só Deus sabe.

Eu olhava para aquilo e, à vista daquele lagar dos tempos de Júlio Cesar, vinha-me à ideia que gregos e romanos apreciavam muito o “*simposium*» (copos em conjunto entre amigos para molhar a palavra). Era isso, enquanto se bebem uns copos trocam-se ideias e desabafos à vontade, é tudo mais humano e natural que um debate no senado ou um congresso maçador. Simpósio realmente era o que acontecia no lagar do Jacinto. Soltavam-se as línguas e falava-se de tudo. Não havia tabus.



Foto 5. António Jacinto, padeiro de Matoeira-Vidais, 1967 e depois do 25 de Abril

A dada altura eu parava de beber, para poder conduzir a conversa. Da minha vida anterior trazia a prática das reuniões de grupo e sabia como conduzi-las a jeito: deixar as pessoas falar, cabendo-me apenas alimentar a fogueira com algumas «buchas», para que a discussão não parasse ou pudesse descambar.

É verdade que eu conhecia as grandes linhas da política internacional e estava por dentro da resistência à ditadura e da questão colonial. Mas, se algum mérito tive, o

maior foi o de estar atento, criando condições para que este grupo da nova juventude militar pudesse encontrar-se e tomar consciência dos seus problemas comuns.

De religião falava-se pouco, apenas uns remos contra o bafio das sacristias e as pequenas histórias do tradicionalismo bacoco, mas nesse ponto eu não podia estar mais de acordo.

De início, o tema mais quente era a queda da Índia dita portuguesa e consequente perseguição ao general Vassalo e Silva e aos militares que o Regime culpara da derrocada imparável («só regressam heróis ou num caixão de pinho» - terá cominado Salazar ou assim se dizia, para o caso tanto faz).

E depois em catadupa: o assassinio de Humberto Delgado («Se fazem isto a um general, o que não fariam a nós?») e as peripécias da Revolução da Sé em 1959 e do golpe de Beja em 1 de Janeiro de 1962, deste assunto não sabiam nada, eu é que lhes contei.

E por aí adiante: o desvio do paquete “Santa Maria” com destino a Angola, com o capitão Henrique Galvão apelando às colónias africanas “libertem-se, que nos libertam”; e mais, o pronunciamento do general Botelho Moniz em Abril de 1961, cujo falhanço lixou o Costa Gomes que ainda não tinha descoberto a

“rolha”; e a «boca» de Salazar (para Angola “rapidamente e em força”); enfim, a forma como Salazar tinha depurado as Forças Armadas, tornando-as coniventes com o governo etc. etc.

Tudo isto sobre o pano de fundo já batido e rebatido, ou seja, a acusação de incompetência profissional das chefias militares, que estariam arrastando as Forças Armadas para a ruína, preparando-se o governo para responsabilizar os militares pela derrota inelutável, como o fizera na Índia.

Protestavam que não queriam ser o suporte de uma política sem saída, nem o bode expiatório da derrocada do império. Balbuciando apenas, começavam a discutir o pensamento único que Salazar tinha imposto à Nação: «Não discutimos a Pátria e a sua história, não discutimos a Autoridade e o seu prestígio, não discutimos a Família e a sua moral».

Em boa verdade, não se ouvia uma palavra contra a guerra, que todos consideravam como destino normal dum militar de carreira. Mas a contestação das altas chefias era um plano inclinado para a revolta deontológica duma nova geração que «sabe tudo» e não acreditava nos velhos, mas tinha razão. Ainda não falavam da «brigada do reumático», mas haviam de lá chegar.

Mais que uma revolta geracional, o que as conversas do grupo punham a claro era o conluio entre a estrutura militar (que queriam pura) e um poder político que ofendia o prestígio das Forças Armadas e bloqueava a Nação. Claramente surgia um processo de conscientização política, a que eu assistia deslumbrado.

É por isso que hoje me repugna a turba de «bem-pensantes» e outros presunçosos que levam 50 anos a repetir a lengalenga de que a revolta do 25 de Abril não seria mais que uma reivindicação salarial, como se os militares não fossem capazes de ir mais longe.



foto 6. Padaria da Matoeira, local das reuniões secretas do grupo de oficiais do RI5 em 1967

A reivindicação corporativista veio a surgir de facto, mas foi seis anos mais tarde. Além de pejorativa para a classe militar, essa tese é ignorante da história das forças armadas que resistiram reiteradamente à normalização do Estado Novo, culminando na campanha eleitoral do General Humberto Delgado e no seu «Movimento Militar Independente» de 12 de Março de 1959 – chama que se manteve acesa nos quartéis através da revista clandestina «Tribuna Militar» (de que o jovem Pizarat Correia era redactor).

Aliás não era preciso ser de esquerda para contestar politicamente a política colonial, como se viu, aquando da repressão dos algodoeiros da Baixa do Cassanje, em Janeiro de 1961. É certo que não foi conhecido publicamente o relatório oficial da operação, mas o que ele revela para a história é a repulsa política da exploração colonial manifestada pelos pilotos que haviam bombardeado os revoltosos.

Veja-se o texto do comandante da 2ª Região Aérea de Angola, responsável pelo “massacre”, como então se dizia. Textualmente o brigadeiro Pinto Resende descreve para o Chefe de Estado-Maior da Força Aérea o sentimento da tropa portuguesa envolvida na defesa da exploração algodoeira: «*Os concessionários que são os ricos só têm benefícios, enquanto os agricultores que são os pobres, os desgraçados burros de carga dos pretos, são quem arrasta com todos os prejuízos.*»

Não estamos dispostos a morrer para servir ganâncias e egoísmos de senhores que têm responsabilidades no regime político em que vivemos» (apud Fernando Valença in *As Forças Armadas e as Crises Nacionais*, ed. Europa-América, 1977).

A citação documenta que desde o começo da guerra existiram fortes razões político-sociais na contestação militar. É um facto que o Regime conseguiu abafar esta reacção política inicial, mas a minha experiência do RI5 testemunha que não era facto isolado o surgimento

da consciência política dos jovens oficiais, nos preliminares da conspiração do 25 Abril. E agora volto aos nossos encontros da Matoeira.

De 1966 a 1968, os nossos jantares do grupo continuavam frequentes, embora não periódicos, dois anos ou pouco mais. Um dia inscreveu-se na lista do bar de oficiais um capitão veterano recém-chegado às Caldas com experiência de guerra na Índia, em Angola e em Moçambique.

Contava com alguma mágoa histórias recalcadas do terreno de combate, que scandalizavam a rapaziada. «*Se fosse eu, não fazia*», diziam todos. E ele: «*meus amigos, eu não estou assim tão certo, no cenário da guerra às vezes a gente enlouquece...*». Mas eles persistiam na repulsa e até lembravam Nuremberga e de como nunca mais um militar se poderia desculpar de atrocidades, alegando obediência a ordens iníquas. «*E se perdermos a guerra? E se ficarmos prisioneiros?*».

Falava triste o veterano, meias palavras prudentes. Mas fez-me recordar a narrativa bruta, sem filtros, que ouvi da boca dum matarruano das berças, ainda meio atordoado pela guerra do mato, que aqui reproduzo de cor, tal como ele a desembuchou.

Estava eu no gabinete, atendendo soldados do Cinco, uns vinham pedir ajuda para se safarem de encrencas da tropa, outros precisavam de um conselho sobre isto e sobre aquilo, e um ou outro apenas queria ser ouvido por alguém com paciência, enfim o normal.

Mas o normal evaporou-se num ápice, quando me entra a porta o mocetão calejado de Angola, ainda estou a vê-lo a sentar-se impante, com o seu troféu de guerra sobre a minha secretária, um frasco imundo com uma mixórdia lá dentro: «*Veja, foi tudo o que eu ganhei no Ultramar*». Tive um pressentimento: «*Tira já essa porcaria daqui!*»

O pobre rapaz não se desmanchou. «*O pelotão tinha caído numa emboscada no mato, alguns camaradas ficaram feridos, carregámos sobre os turras com rajadas de G3, eles fugiram como macacos, mas deixaram um gajo meio morto, então o cabo deu-lhe um pontapé na cabeça e nós caímos sobre ele com as nossas facas de mato, cortámos-lhe os dedos e a ponta do nariz e a picha ainda quente, todos queriam era os tomates dele, mas o cabo deu um berro (para, cabrão, para, os tomates é para mim).*»

Calhou-me esta orelha para amostra, lá na companhia deram-nos uns frascos com formol, e pronto, a minha madrinha de guerra levou-me a Fátima agradecer a Nossa Senhora, eu queria deixar o frasco na capelinha das aparições, mas a madrinha ralhou-me e não deixou, agora vou mostrar isto ao meu pai, que é um bêbado desgraçado mas vai à missa ao domingo e até se confessa na Páscoa da Ressurreição. E pronto, já está!.

Palavras para quê? penso eu agora. Resta-me o conforto de ter constatado que, entre este grupo de oficiais do RI5, apenas um, que eu saiba, se terá envolvido em atrocidades da guerra.

Naquele grupo, talvez só eu me tenha apercebido de que, se esta experiência se replicasse noutros grupos militares, o Regime teria os dias contados, à medida que o monólito do Estado Novo (Deus-Pátria-Família) se esboroava no ridículo e na contestação da juventude militar.

Só não sabia quando, mas quase apostava que o mesmo contexto (a guerra e a ditadura) aliada à uniformidade dos agentes dispersos (os militares descontentes) provavelmente produziria o mesmo efeito. Não direi o mesmo, mas análogo ou parecido, porque as circunstâncias e os agentes não são uniformes como os números, são variáveis, e as pessoas muito mais. E foi assim que, sete anos antes do 25 de Abril, eu vislumbrei uma luz ao fundo do túnel.



foto 7. Avelino Rodrigues em visita à Matoeira, local das reuniões secretas em 1967

Termina aqui a narrativa da Matoeira, que bem merece umas linhas de despedida. É que a ideia do restaurante pegou mesmo, atraindo outros clientes do quartel e também um grupo de professores da Escola Industrial e Comercial, onde eu dava umas aulas.

A fama do lugarejo espalhou-se pela zona, a ponto de o meu amigo Jacinto teve de abrir um café-restaurante virado para estrada e até uma esplanada no terraço da padaria. O nosso santuário é que era sagrado, e mais ninguém lá podia entrar.

Mais tarde, em 1968 quando o nosso grupo partiu para a guerra e eu próprio voltei para Lisboa, desfez-se o nosso refúgio e surgiu no quintal um grande espaço para bailes de acordeão, casamentos e batizados.

Passados tantos anos, apetece-me agora perguntar: será que existe uma justiça imanente para recomendar pessoas generosas como o António Jacinto que, sem o saber, ajudou a semear o 25 de Abril? Foi isso que me veio à mente, agora, quando fui visitar (foto 7) os locais da nossa balbuciente conspiração.

QUANDO O CAPITÃO BATE O PÉ AO GENERAL

Ao longo de 1967/68 todo o grupo dispersou pelos matos africanos, mas o Vasco teve de adiar o embarque, por razões burocráticas. Entretanto mais se irritava com a “bandalheira” das chefias, a ponto de encarar a ideia de abandonar a carreira militar.

Era preciso procurar um emprego compatível, e disso me incumbi entre os meus amigos de Lisboa. Recordo-me de que a disciplina de Matemática do curso de oficiais foi o ponto do seu currículo que o entrevistador mais valorizou. Já estava tudo tratado quando ele me apareceu a desistir do emprego, por ter sido nomeado para a Guiné, dizendo-se incapaz de recusar a nomeação, porque a Guiné era o mais perigoso dos teatros de guerra e não queria pôr em causa a sua coragem pessoal.

Lá foi, sem mais motivação que o voto de voltar sem baixas entre os seus homens. E escreveu um livrinho «No regresso vinham todos», fomos mostrá-lo ao Urbano Tavares Rodrigues que se disse surpreendido, «vai ver que não o deixam editar», e de facto o livro só foi publicado em 1975, já a Pide não assaltava as livrarias.

De regresso da comissão na Guiné, Vasco Lourenço vinha de candeias às avessas com o general Spínola, que acusava de demagogia, de prepotência e de desconsiderar os oficiais que não lhe fizessem a corte, interessado acima de tudo com o seu projecto político de conquistar a Presidência da República, fosse de que maneira fosse.

E contou-me de uma certa reunião em Bissau, em que teve de fazer frente ao Comandante-Chefe perante quatro centenas de oficiais. É que Spínola dava prioridade à componente política da guerra, ao passo que o nosso capitão não podia fugir à responsabilidade de segurança militar. Mais tarde pus-me a reflectir até que ponto uma incompatibilidade de carácter pessoal pode determinar a História.

Por essa altura, já eu tinha dado uma volta à vida, em nome da revolução cultural que atravessava a Igreja Católica e punha em xeque a hierarquia dos bispos portugueses, «cães mudos», o nome lhes fica bem, já assim lhes chamara um papa sem papas na língua.

A diatriba papal, não sei se apócrifa, circulava nos anos 60 entre os meios progressistas de Lisboa contra os bispos acobardados ao salazarismo, que abençoavam o Estado Novo e torciam o nariz à carta do Bispo do Porto. Descobri então que a minha luta pelo «aggiornamento» de João XXIII tinha algum paralelismo com a revolta dos jovens militares.

Em Setembro de 72 convidei o Vasco Lourenço para o meu casamento e calhou apresentar-lhe o Manuel Serra, meu herói da Revolução da Sé e do assalto ao Quartel de Beja. “*Anda cá, Manuel, quero apresentar-te o meu amigo capitão Vasco Lourenço*”.

Já os braços se estendiam para um aperto de mão, quando Serra se retrai: “*Capitão? Era o que mais me faltava!*” E eu atalhando: “*Deixa lá, é capitão mas é dos nossos!*” Vasco meio triste: “*Capitão sim, mas por pouco tempo, vou-me embora não tarda*”.



foto 8. Primeira notícia do Movimento dos Capitães e cortes da Censura

E logo o revolucionário peremptório, tratando-o por tu: “Se és dos nossos, agora é que não saís, vamos precisar de ti”. Réplica do Vasco: “Olha lá, então tu saíste há pouco da prisão da Pide em Caxias, apanhaste 11 anos, e já te queres meter noutra?” Serra empolgante: “Mais do que nunca, assim que possa!”

Este diálogo gravou-se-me na memória de jornalista atento, mas o mais interessante é que Vasco Lourenço o tem recordado, vezes sem conta, por escrito e de viva voz nestes 50 anos, prova mais que evidente do seu impacto motivador.

Não vou desenvolver este assunto agora, apenas antecipo um momento que ocorreu mais tarde, três dias depois do 25 de Abril, quando Vasco regressa dos Açores e enfrenta a contra-revolução spinolista que se instalara na Cova de Moura. Aí pude ver como Manuel Serra na sombra o ajudava a avaliar a crise e lhe animava a coragem. Acho que foi um estímulo subjectivo que mais ninguém pode avaliar, senão ele.

A IMPRENSA COMO ARMA DE GUERRA

Faço aqui um «da capo» para voltar ao percurso da conspiração, sem esquecer o aproveitamento corporativista que o Movimento fazia dos famigerados decretos de Sá Viana Rebelo, que favoreciam desajeitadamente os oficiais milicianos do quadro de complemento (QC) em prejuízo dos oficiais do quadro permanente saídos da Academia Militar (QP).

Os decretos serviram de isco para aliciar os menos motivados, alargando a onda de descontentamento. Cedo surgiram os mais impacientes, fartos com a “guerra de papéis”, o que faz falta é agir, agir. Vasco revela-se aí um lúcido conspirador, paciente, corajoso, sabendo arriscar no momento certo e prevendo as jogadas como um campeão de bridge (que o era na vida real).

Com Vitor Alves, Melo Antunes e outros mais ponderados, ele enquadrava a linha moderada, como

estratégia segura que desse tempo ao tempo para o amadurecimento da maioria, através de procedimentos participativos que alargassem a base de mobilização e evitassem rupturas.

Não se tratava de uma tática elaborada, ele era um beirão dos sete costados e praticava a lição do bom-senso ancestral, como outro amigo meu, revolucionário paciente e avisado, que nesses anos de controvérsias inadiáveis simplesmente observava: «quando a família vai à rua passear, há que ajustar a passada ao ritmo dos mais pequenos».

Um dia o Vasco vem entregar-me ao “Diário de Lisboa” o primeiro documento colectivo do Movimento dos Capitães, por sinal secundado por outra cópia trazida por Carlos Fabião, meu conhecido da Guiné, que nessa altura frequentava o Estágio para Oficial Superior em Pedrouços.

Não sabiam um do outro. O papel era a desmontagem dos decretos de Sá Viana Rebelo, o inconsistente

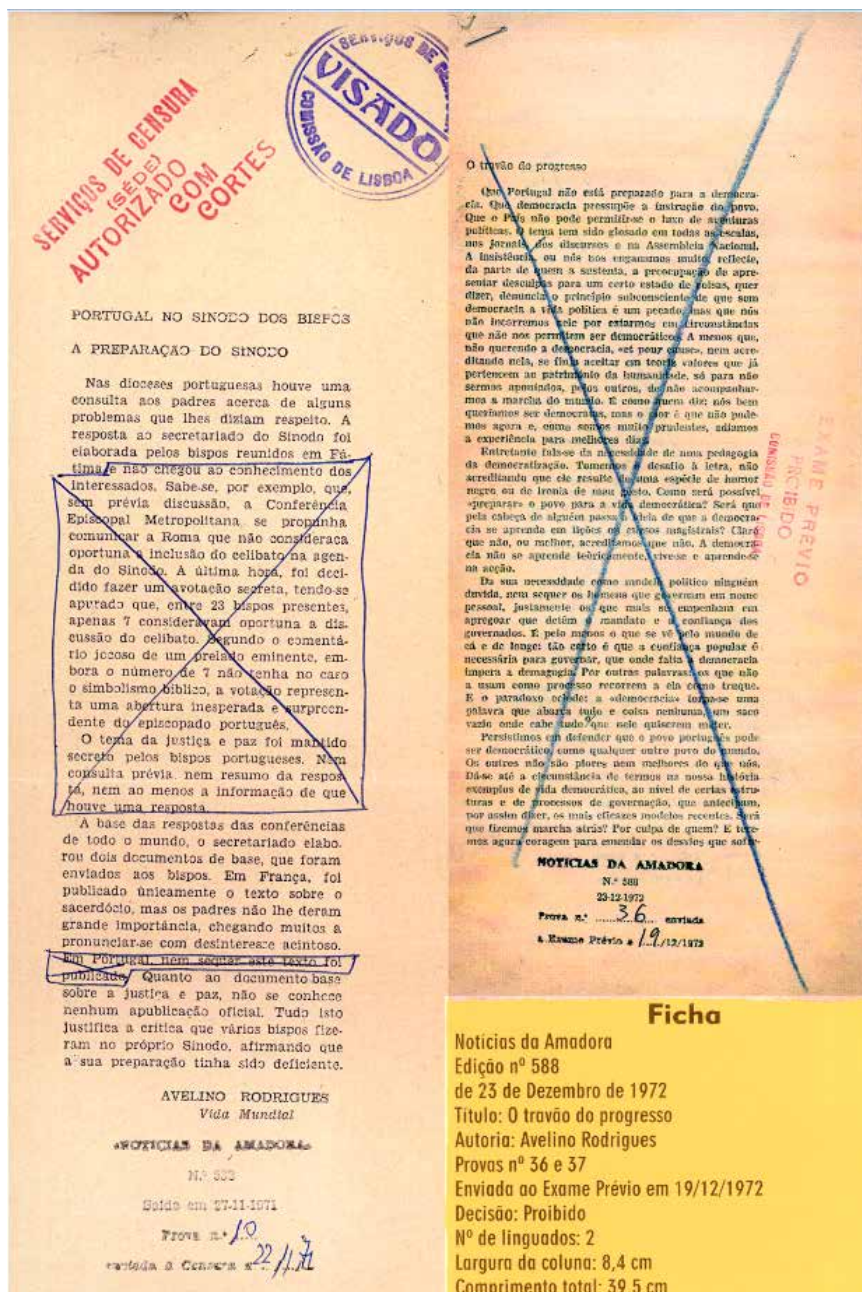


foto 9. Principais tabus da Censura: a questão do Regime, a guerra colonial e o aggiornamento da Igreja

Ministro da Defesa, figura de proa político-militar, a quem os contestatários chamavam de “Meia-Nau”, como se fora um navio que não navega a direito, ziguezagueando de bom bordo para estibordo, sem norte nem rumo.

Entreguei o material a Amadeu Lopes Sabino, recém-liberto de Caxias, com quem eu partilhava a minha mesa de trabalho, e elaborámos juntos a primeira notícia dos Capitães que, em convivência com Fernando da Costa, responsável da paginação, publicámos em manchete

de primeira página, a 14 de Agosto de 1973 (foto 8), obviamente mutilada pela Censura.

Faltavam 23 dias para a primeira e decisiva reunião do Movimento dos Capitães em Alcáçovas/Évora, que viria a realizar-se no dia 9 de Setembro do ano da graça de 1973, onde o Movimento realmente tomou nome. Daí até ao 25 de Abril de 1974, faltavam apenas 229 dias de conspiração.

A Redacção do “Diário de Lisboa” funcionava na Rua Castilho, ao lado

do Parque Eduardo VII. Ali perto, na Rua Rodrigo da Fonseca, era a Pastelaria Ritz, onde o Vasco Lourenço abancava para encontros com os camaradas do quartel de Caçadores 5 e também comigo e às vezes com o meu amigo Manuel Serra que um dia lhe criticou a displicência com que os conspiradores olhavam para a Pide.

Ele respondeu que tinha boa pontaria e que era capaz de colocar uma bala onde quisesse: “se os pides forem muitos até podem lixar-me, mas o primeiro tiro será meu”. A Ritz era um ponto estratégico da conspiração, ali nas barbas do Quartel-Mestre General, onde uma tarde rebentou uma bomba das Brigadas Revolucionárias, que nos fez debandar do café.

Uns dias depois, Serra levou-nos a abordar a questão da acção directa armada, criticando aquela operação improvisada e sustentando que «um revolucionário não é um terrorista», tem de evitar o sacrifício de cidadãos inocentes (nesse tempo não conhecíamos a expressão «efeitos colaterais»).

Um dia o Vasco convidou-me a dar uma volta de carro, que assim ninguém nos ouvia. O caso não era para menos: o Movimento dos Capitães tinha sido contactado por oficiais adeptos do general Kaúlza de Arriaga, que vinham propor uma conjugação de esforços para um golpe de estado.

Não era bem uma novidade, porque já tinham mandado dizer que o seu chefe teria o apoio da própria Oposição Democrática. Vasco não gostava das ideias de Kaúlza mas essa do apoio da Oposição é que era mais desconcertante. Eu disse-lhe que não acreditava, que era uma «boca» estuporada. Pediu-me que indagasse entre os meus amigos.

Corri a casa de Manuel Tengarrinha, com quem eu colaborava como bom «compagnon de route», e fui à procura do Vítor Wengorovius. Ambos rejeitaram a atoarda, considerando-a perigosíssima. Vasco reuniu os



foto 10. Diário de Lisboa publica seis crónicas da guerra da Guiné em 28.8.1972

companheiros para analisar a situação.

No dia seguinte, Carlos Fabião denunciava a «kaulzada», perante os maiores do Estágio para Oficial Superior, em Pedrouços, convocando-os a agir nas suas Unidades para abortar o golpe. Assim se fez e o caso ficou arrumado.

Na Guiné, Spínola era foco de interesse da imprensa internacional. Os jornais portugueses já quase todos tinham ido a Bissau, excepto o *República* e o *Diário de Lisboa*, considerados de esquerda.

Eu próprio fui convidado como repórter de guerra do DL. «Sabemos que você é de esquerda, que tem visão política e é jornalista honesto,

vai ver que vai apreciar a obra do nosso General na Guiné». Eu sabia das limitações políticas e do poder da Censura (foto 9) que tinha como tabus a questão do Regime, a política colonial e, pasme-se, o «aggiornamento» da Igreja Católica.

Eu é que não podia recusar o repto, enfim o meu ego também contava. Levava comigo uma lista dos lugares críticos com mais interesse jornalístico. Logo no primeiro dia, o oficial de ligação, major Otel, o próprio, veio buscar-me ao hotel para jantar com o General no Palácio do Governo. «Pode ver tudo o que quiser, dou-lhe a minha palavra de honra, é só dizer!».

Mostrei-lhe a lista, ele ficou espantado mas não podia recuar. «Tá dito,

o que lhe disse tá dito, pode ver tudo, vejo que fez o seu trabalho de casa». O que ele não sabia era que a lista me tinha sido sugerida pelo Vasco Lourenço, regressado da guerra pouco antes.

O trabalho de repórter correu surpreendentemente bem, eu próprio tive de reduzir a minha lista ambiciosa, vi e ouvi mais do que esperava e consegui publicar no DL, a partir de 28 de Agosto desse ano de 1972, seis extensas crónicas que foram poupadas ao lápis azul dos coronéis (fotos 10 e 11).

Descobri então que Spínola havia infiltrado a máquina da Censura, onde contava com a conivência de dois coronéis. Quem os controlava era o capitão Fernando Barbeitos, um ex-miliciano medalhado que venerava o Chefe, e este pusera-o a meu lado, não direi como oficial de ligação, mas era isso que ele fazia.

Entretanto também descobri que ele tinha infiltrado a PIDE, soube por acaso, que um dos meus jornalistas foi de cana,, perguntei ao General se podia fazer alguma coisa, e o rapaz safou-se.

Mais interessante foi a história da entrevista que o General me deu. O título só por si era um «ronco», como dizem na Guiné crioula. Só que o texto da entrevista não passou pelos coronéis, foi censurado pelo próprio Marcelo Caetano, em negociação com Spínola, e este explicou-me que o Primeiro-Ministro se havia afastado da linha estratégica que ambos haviam acordado após a morte de Salazar, «eu continuo igual a mim mesmo, Marcelo é que já não é marcelista».

Devo esclarecer que lhe tinha apresentado as perguntas por escrito, ao sair da Guiné, e nunca cheguei a ver a versão inicial das respostas, ele só me enviou a versão corrigida pelo chefe do Governo.

Marcelo terá exigido algumas alterações (a que mais tarde havia de aludir num livro do exílio) mas nada que não fosse negociável. O pior foi



foto 11. Guiné, 1ª «crónica imperfeita». DL 28.8.1972

que, segundo me disse o entrevistado, Marcelo embicou com a frase mais importante da entrevista – «*não há que temer a independência*» – que exigiu mudar para «*não há que temer a autodeterminação*»

Foi este o título bombástico da entrevista no DL de 9 de Setembro de 1972 (foto 12) para espanto dos meios informados da prática do «Exame Prévio».

Penso agora que esta entrevista histórica foi uma espécie de embrião do futuro livro «*Portugal e o Futuro*», cuja versão original já estava pronta no final do ano (segundo testemunha José Blanco, chefe de gabinete do Governador, que coordenou o trabalho até à sua publicação em Fevereiro de 1974).

Eu próprio pude ler por antecipação alguns capítulos do original que o surpreendente Spínola me ia apresentando no restaurante do Hotel Embaixador (na avenida Duque de Loulé) para onde ele

convidava um ou outro amigo de confiança.

Do que António Spínola não gostou mesmo nada foi do antetítulo das seis crónicas «Guiné, crónica imperfeita» (foto 11). Descobri este título feliz, no final da minha estadia em Bissau, ele tinha-me perguntado o que é que eu pensava fazer, expliquei-lhe que só tinha visto a guerra do ponto de vista português, até tinha entrevistado o Comandante-Chefe, mas não pudera contactar a guerrilha nem ouvir o líder do PAIGC.

Por isso e porque não adivinhava como iria reagir a Censura, concluía eu, a minha crónica não podia ser perfeita, seria sempre inacabada e deontologicamente problemática. Deu-me uma palmada no ombro, que quase me desasava (era o seu estilo habitual de aceitar questões polémicas, como quem é apanhado na curva).

Até conversámos sobre coisas que ele me havia dito e que eu era

obrigado a silenciar. Por exemplo, ele sabia que eu sabia da sua obstinação de aliciar Amílcar Cabral para o seu processo de desenvolvimento da Guiné e que nesse sentido iniciara contactos com Leopoldo Senghor (ter-se-iam encontrado a 18 de Maio de 1972 em Cap Shiring, uma estância turística da costa senegalesa, a norte da nossa guerra).

Enfim, como não tinha gostado daquele antetítulo, foi então que Spínola se vingou, fazendo-me um desafio impossível: ele mesmo podia levar-me no seu helicóptero e deixar-me num trilho do PAIGC, levando uma carta dele para Senghor e outra para Amílcar Cabral.

Achava que os guerrilheiros iriam respeitar as cartas como salvo-conduto para me conduzirem a Dakar, tanto mais que o pessoal do PAIGC, asseverava, era gente politizada com capacidade para entender a situação. O risco, prevenia ele, era que eu fosse apanhado pelos agentes de Sekou Touré, odioso presidente da Guiné-Conakry, que esses eram uns

Spínola dizia-me que só podia continuar a guerra se o governo central lhe fornecesse aviões Phantom americanos ou Mirages franceses, mas isso também era uma miragem.

A minha reportagem no DL teve impacto nos meios políticos e diplomáticos de Lisboa, alguns embaixadores procuraram-me para «ler nas entrelinhas», como diziam, mas foi ignorada pela imprensa portuguesa (talvez ciúmes dos camaradas de profissão, preconceitos apressados, falta de liberdade do jornalismo amordaçado).

Vejo agora que a minha «crónica imperfeita» que, confesso, julgo ser a melhor reportagem escrita de toda a minha carreira jornalística, passou praticamente ao lado da imprensa amordaçada, que não lhe fez a mínima referência.

Não sei que efeito terá tido nos quartéis, talvez não tenha chegado aos operacionais no mato, o que não compreendo é que se diga que o «*República*» era o único jornal português que dava informação do meio militar, como escreveu recentemente o meu amigo Carlos de Matos Gomes, talvez o mais conhecido escritor da especialidade.

Quanto a Vasco Lourenço, achou que eu ficara fascinado pela figura de Spínola. Felizmente outros amigos mais avançados nas lides políticas (como Manuel Tengarrinha, Magalhães Mota, Mário Castrim e Amadeu Lopes Sabino) opinavam como eu que Spínola era um pauzinho na engrenagem do Regime que a Oposição Democrática só devia estimular, sem perder a oportunidade de aproveitar a boleia. Os acontecimentos posteriores viriam confirmar o nosso realismo. Lá iremos.

É certo que me surpreendeu a personalidade do General e a sua evolução política, com destaque para o desprezo que alardeava pela política central do Regime, num atrevimento arrasador e contagiante.

Também toda a gente me falou da “Força Africana”, tropa de elite de Spínola que, com as suas três companhias de comandos e dois destacamentos de fuzileiros, todos guinéus, punha em respeito o PAIGC. Era comandada por Almeida Bruno mas, dizem as más línguas, o leão da selva seria o temível Marcelino da Mata, a quem se atribuíam façanhas inenarráveis (quer dizer que não se podem mesmo narrar) o qual viria a ser o militar mais condecorado do Exército Português (cinco Cruzes de Guerra e uma Torre e Espada).

O numero 2 dos “comandos africanos”, igualmente famoso no campo operacional (*ver foto 12a*) era o sargento Tchernó Cissé, comandante do grupo “Roncos de Farim”. Não cheguei a vê-los, e não perdi nada com isso.

Mas o que mais me interessou na Guiné foi a organização do «Congresso do Povo» que o comandante político-militar da colónia considerava o embrião da futura Assembleia Popular.

O segundo tema que me fascinava era o empenhamento da tropa nas tarefas civis, tendo em vista o desenvolvimento económico que já se adivinhava nas cooperativas agrícolas de inspiração senegalesa e que levavam Spínola a falar-me daquele cheirinho de «socialismo africano» que lhes dera Senghor.

No meio da guerra e do rigor militar, teria Spínola aspirado os «ventos da história»? Os seus apaniguados falavam-me da admiração que ele nutria por Ho Chi Min, que estava a humilhar o exército americano na guerra do Vietname.

Exagero, pensava eu, talvez só pudesse imitar o sentido de austeridade pessoal do mítico líder vietcong, já que em Bissau o «nosso general» se abstinha do ar condicionado e praticava uma dieta frugal para sentir-se mais perto dos soldados no mato. Um Spínola progressista, qual o quê (?) advertiam-me alguns amigos de esquerda,

apontando o fantasma de Estalinegrado.

De facto em 1942 o jovem tenente António Spínola integrara um grupo internacional de observadores que foram convidados a estudar a manobra da Wehrmacht no cerco da cidade, na qual colaborava a espanholíssima Legião Azul com mais de 50 mil falangistas (alguns historiadores apontam o dobro) que Franco oferecera ao seu amigo Adolfo Hitler, além de centena e meia de “viriatos” portugueses, ex-combatentes da guerra civil espanhola.

A todos eu respondia que o Spínola de 1972 que eu conhecera na Guiné não era o mesmo do seu passado histórico, era um tipo diferente que *antes de ser não o era*. E contava-lhes histórias da sua evolução política e do seu realismo militar.

Transcrevo aqui parte de uma reportagem que já escrevi há tempos. Uma tarde, o major Otelo Saraiva de Carvalho veio prevenir-me de que o chefe sairia de manhã cedo e me convidava para uma operação de contraguerrilha. Perguntei-lhe aonde, ele não soube responder e explicou-me que todas as operações eram estudadas de véspera, num briefing do Estado-Maior, e que o general nunca dizia a ninguém para onde iria, senão ao piloto do helicóptero depois de descolar.

Deviam ser nove horas quando o major me levou ao aeroporto. Levantam dois Fiats com um silvo supersónico, mas eu notei que levavam sob as asas dois grandes pepinos amarelos. O major desviou a minha pergunta, disfarçou... Eu nunca tinha visto aqueles charutos de napalm.

O héli do comandante-chefe seguiu o rasto dos bombardeiros, um quarto de hora depois. Era a primeira vez que eu voava sobre os pântanos da Guiné e confesso que tive medo da sombra do héli de José Pedro Pinto Leite, o malogrado líder da Ala Liberal, que meses antes caíra ali num rio de jacarés.

A nossa viagem foi curta. Passada a orla da cidade, toda esburacada com centenas de crateras recentes, vi uma grande fumarada no mato e percebi que os Fiat já tinham atingido o alvo (...) De regresso à pista, o general mantinha uma pose de cinema. Eu não sabia se toda aquela operação tinha sido encenada para mim ou se de facto era um “ronco” desta guerra camuflada.

E Spínola ali calado, no meio da pista, à espera da minha reacção. Disparei: *“Senhor General, esta operação foi muito perto de Bissau e eu vi muitas clareiras de bombas à volta da sua capital, o que me leva a pensar que o PAIGC está perto da cidade”*. Ele ficou surpreendido, mas a sua resposta foi mais surpreendente para mim. *“Vejo que o senhor é bom observador, mas está muito enganado: é que o PAIGC não está às portas da cidade, já está cá dentro, há uma data de anos”*.

Como interpretar esta franqueza, da parte de um comandante-chefe, que até exibía uma linguagem aparentemente antimilitarista? Uma vez ouvi-o afirmar que, num eventual conflito entre soldados e oficiais, *«é o soldado que tem razão até que se prove o contrário»*.

Divertia-me essa espécie de preconceito classista invertido, o que não podia era adivinhar que sete anos mais tarde um seu admirador chamado Otelo haveria de traduzir aquela consigna em slogan do Copcon: *«os trabalhadores têm sempre razão até que se prove o contrário»*.

Quem lesse os livros de Spínola (foto 14) talvez não entendesse o seu alcance, mas mesmo aí havia surpresas. No entanto, era nos contactos pessoais que mais se revelava, numa surpreendente encenação. Dizia-me: *«O Marcelo não quer que eu fale de política nacional, tente você dar-lhe a volta e escreva de maneira que, quando eu digo Bissau, os seus leitores traduzam para Lisboa»*.

Foi o que tentei fazer, e tive alguma sorte.

Faltavam só dois anos para a guerra acabar. Sabe-se como acabou, mas vem a propósito saber como começou e como durou 13 anos. Em 1961 Portugal perdera Goa, Damão e Diu, o nosso «Estado da Índia», não aquela imensidão da colónia inglesa, jóia perdida da coroa britânica – era apenas um sonho histórico, uma lenda de ouro e fantasia ou, como dizia Nehru, *«uma pequena borbulha no rosto radioso da Índia»*.

Logo a seguir eclode a guerra de libertação nas colónias portuguesas de África, três frentes de guerra em Angola, Moçambique e Guiné. O ano de 1961 fora o “annus horribilis” de Oliveira Salazar. A tal ponto que se deixou atingir por uma paralisia mental que o impedia de agir, só tendo acordado após a vitória contra a “Abrilada” do general Botelho Moniz, com o famoso discurso de 13 de Abril de 1961, com que mobilizou o país para Angola “rapidamente e em força”.

Avalie-se a dimensão do problema. Um pequeno país com dez milhões de habitantes, era chamado a aguentar três frentes de guerra, num esforço impossível. Vou citar números alarmantes, retirados do estudo de Carlos António Morais da Silva, *«Os Capitães do QP na Guerra de África»* (vide Centro de Documentação 25 de Abril 25, Coimbra).

De 1961 a 1974 partiram de Lisboa mais de 2 000 companhias de combate, comandadas por 2370 capitães, sendo 1370 do QP (acrescidos de 13 subalternos) e mais de 1000 do QC (acrescidos de 119 subalternos).

Note-se que mais de 25 % dos mobilizados suportaram duas comissões ou mais, o que não permite comparar o número de capitães com o número de comandantes de companhia e, por outro lado, há que considerar que muitos capitães foram executar tarefas

administrativas e logísticas da máquina de guerra.

Comissões repetidas significam cansaço acumulado. Mesmo assim, poucos chegaram aos calcanhares de Carlos Fabião, Ramalho Eanes e Pezarat Correia, estes das fileiras da Academia, com seis comissões às costas! Acrescente-se que o número de capitães do QP no teatro de operações baixou de 374 em 1970 para 119 em 1974. No mesmo período os do QC cresceram de 248 para 431.

Não é de mais repetir que a crescente falta de oficiais do QP se deve à progressiva falência da Academia Militar, que deixou de interessar às famílias das classes altas, mais interessadas em encaminhar os seus filhos para os cursos civis que davam acesso à chefia das empresas, de que essas mesmas famílias eram sócias e acionistas.

O AFLUENTE DA GUINÉ

Ao longo do ano de 1973, a actividade colectiva do Movimento dos capitães evoluiu da simples reivindicação ético-profissional para um patamar de conscientização cívica contra a ditadura, a ponto de alguns impacientes advogarem uma actuação mais determinada. Mas a maioria nem queria ouvir falar de política.

Nos primeiros meses de 1974, entre os mais impacientes destacavam-se os spinolistas, em especial os que recentemente tinham chegado da Guiné, em companhia de Spínola, que desistira da guerra sem saída, recusando prolongar o mandato na Guiné. Regressava a Lisboa, mas o governo é que não sabia o que fazer dele e, por sugestão de Costa Gomes, que era chefe do Estado-Maior-General, acabou por nomeá-lo seu braço direito, como subchefe.

No seu conjunto os spinolistas eram um grupo de respeito: Casanova Ferreira, Manuel Monge, Almeida Bruno, Rafael Durão, Ramalho Eanes, Correia de Campos, Dias de Lima, Alpoim Calvão, Avelar de

O começo da guerra e a repulsa dela tinham acelerado o Movimento Estudantil, surgido da crise académica de 1961/62, como explicara Francisco Pereira de Moura, líder da CDE – Comissão Democrática Eleitoral – num comício da Oposição Democrática na campanha eleitoral de 1969, sustentando que em Portugal a reacção dos estudantes à guerra colonial se tinha antecipado sete anos aos acontecimentos de Maio 68. Nesse ano de 1969 eu era jornalista de *O Século*, fez a reportagem do comício, que foi totalmente banida pela censura interna do jornal.

O Movimento estudantil revolucionou a Universidade, mas o Governo respondeu da maneira mais desastrada, condenando os mais implicados à mobilização compulsiva para a guerra do Ultramar, onde muitos deles instigaram a contestação política nas fileiras militares.

Na crise académica de 1969, o Regime recaiu no mesmo disparate de expulsar da Universidade numerosos contestatários, que mandou para os matos africanos. (O assunto merece um parêntese para se esclarecer a importância dos milicianos no contexto da guerra).

Um parêntese miliciano

A contaminação das fileiras militares pelos estudantes contestatários alargou-se com a vasta leva de mancebos universitários mobilizados para o serviço militar obrigatório (principalmente médicos, engenheiros, professores do ensino médio e mesmo advogados) que, já licenciados, são coagidos a interromper seus empregos, iniciando em Mafra o Curso de Oficiais Milicianos, com vista à mobilização para a guerra.

Todo este quadro de Alferes e Tenentes fazia a primeira comissão (dois anos) com indignação contida, procurando sobreviver sem problemas. O problema era depois, quando a comissão terminasse, perante a dificuldade de retomar a Universidade ou recuperar empregos, com a agravante de

namoros frustrados e casamentos adiados, cada vez mais inadiáveis.

Para muitos não restava outra saída senão «meter o *chico*» e voltar para uma segunda comissão. A perversão da “arte militar” fizera-lhes ganhar o “gosto ao dedo”. Enfim, generalizava-se o drama dos jovens licenciados que, mesmo contra a sua vontade, eram compelidos a fazer segunda comissão, apressadamente graduados no posto de capitão. Começava aí a saga do Quadro de Complemento.

Esta segunda camada de milicianos, «profissionalizada» na prática de operações, vai assumir o comando de grande parte das companhias de combate (cerca de 1 000 durante os 12 anos de guerra, em pé de igualdade com os poucos que restam da Academia Militar.

No mato uns e outros sofriam os mesmos riscos, onde se esbatiam possíveis conflitos corporativos. Acontece até que, por gosto ou por terem de mostrar serviço, muitos destes milicianos e ex-milicianos se distinguiam em combate, sabe-se lá como, enchendo o peito de medalhas e Cruzes de Guerra. Mas os melindres corporativos (ou «corporatistas», como eu prefiro dizer com licença de Eduardo Lourenço) surgiram necessariamente mais tarde.

Para a continuação da guerra o Governo era forçado a recorrer à população universitária, com prejuízo da estabilidade familiar dos jovens licenciados e da economia geral, durante 24 meses de comissão de serviço, acrescidos de seis meses de instrução (30 meses no total).

Aliciar milicianos implicava melhorar as condições de serviço, apressando a integração no QP, bem como a recuperação do tempo de serviço, que passaria a ser contado a partir da primeira farda de oficial, acabando com o afunilamento profissional dos milicianos, que até ali se queixavam de estar condenados a marcar passo no posto de capitão até morrer.

Mas se esta valorização dos ex-milicianos parecia justa, ela criava uma contradição com os oriundos da Academia, que podiam ser ultrapassados nas promoções. Com uma agravante que melindrava o seu prestígio: o pequeno curso oferecido aos milicianos ficaria praticamente equiparado ao curso da Academia, que os do QP consideravam a sua Universidade. A reacção elitista destes era inevitável e, por sua vez, espoletou o ressentimento dos ex-milicianos que não queriam ser tratados como «espúrios».

Aí Spínola, que se arvorava em chefe dos descontentes dos dois lados, deu aos ex-milicianos a sua bênção e acolheu-os sob o seu chapéu protetor. Por acasos e caminhos ínvios, a maioria destes milicianos, mesmo os de fora da Guiné, tornou-se spinolista, engrossando a corrente de Bissau.

Esta acumulação de quadros spinolistas constituiu um reforço operacional incalculável que veio juntar-se à conspiração, como segundo afluente, em aliança Movimento dos Capitães, o primeiro afluente que dava forma à conscialização dos jovens oficiais de carreira oriundos da Academia Militar.

O spinolismo nascera da crítica spinolista contra a elite política do Regime, que o General estimulava entre os seus comandantes, em contraponto com a “escola do mato” que trazia “endurance” profissional e, para muitos, a exposição à propaganda política da guerrilha. Este caldeirão era o “espírito de Bissau”, a que prefiro chamar o “afluente da Guiné”.

Quando ocorreu a convergência de afluentes entre a corrente spinolista e o Movimento dos Capitães, a conspiração era imparável. Nesta convergência de projectos havia diferenças e desconfianças (*foto 14*) isso via-se desde os primeiros tempos, mas o objetivo estratégico era o mesmo, e o melhor era não ver quem instrumentalizava quem.



foto 14. Três rostos,
três ideias de Revolução:
António Spínola,
Vasco Lourenço e
Otelo Saraiva de Carvalho



Tanto uns como outros já tinham declarado a morte do Regime. Lembro-me de como Spínola na Guiné estava desiludido da política marcelista: «*Podemos vencer esta guerra na Guiné, mas vamos perdê-la em Lisboa*». E explicava-me que a guerra não serve para nada senão para conter o Inimigo e conquistar posição negocial favorável, até que os políticos consigam uma saída política. «*Infelizmente ainda tenho de dar tiros, mas esta guerra não se ganha aos tiros*». E escreveu um livro.

«*Oh pá, já leste a bíblia*»? Era a frase que mais se ouvia em todas as casernas e cafés. Em duas ou três semanas, a editora Arcádia lançou mais de trezentos mil exemplares do «*Portugal e o Futuro*», um best-seller como nunca se vira no país.

CALDAS DA RAINHA PORRADA JÁ!

O afluente africano foi um “ronco”, lá isso foi. Mas era preciso conter a força spinolista, pouco politizada, militarista, voluntarista e até arrogante – tarefa assumida pela Comissão Coordenadora e Executiva (CCE) do Movimento, onde sobressaíam Vítor Alves, Otelo e, mais uma vez, Vasco Lourenço que em 15 de Dezembro de 1973 havia sido escolhido para coordenador operacional, isto é, comandante virtual das forças quando se decidisse sair para a rua.

Se é verdade que os spinolistas eram mais spinolistas que Spínola, nunca isso foi tão manifesto como na crise das Caldas em 16 de Março de 1974. Na ausência de Vasco Lourenço, preso em 9 de Março e exilado para os Açores em 15 desse mês (coincidência ou não, era a véspera da aventura das Caldas) o Movimento

das Forças Armadas perdera o seu primeiro coordenador de operações, que só mais tarde em 24 de Março seria formalmente substituído por Otelo.

Mesmo que nesse ínterim Otelo tivesse legitimidade automática para ocupar o posto (era o anterior secretário da direção operacional e braço direito do coordenador) certo é que ainda não tinha aquecido o lugar nem sequer dominava a rede de informação montada por Vasco Lourenço.

Este ocasional vazio de poder foi preenchido por um pequeno grupo de impacientes spinolistas, acabados de chegar da Guiné. Sob a pressão do major Casanova Ferreira, rabiscou-se à pressa um “plano de operações”, menos que elementar. Voluntarismo e impaciência.

Traído pela sua proverbial generosidade e pelo fascínio de Casanova, Otelo Saraiva de Carvalho deixou-se arrastar para o golpe, na esperança de agarrar as pontas desgarradas da conspiração. Só a falta de informações pode explicar que Otelo tivesse perdido toda a noite de 15 de Março, a correr de um lado para outro e de quartel para quartel.

Em Lisboa, Manuel Monge, Casanova e Almeida Bruno procuram convencer o «Velho» (que era matreiro e havia de ficar-se em copas), e afadigam-se com Otelo Saraiva de Carvalho na tentativa de última hora de mobilizar unidades afectas (mas de facto indisponíveis, porque quase todo o pessoal tinha saído de fim-de-semana (aspecto que deveria ter sido previsto, mas de que os revoltosos só se aperceberam tarde).

O RI5 estava «sobre rodas» desde o dia 13 de Março, quando esteve iminente uma tentativa de golpe (entretanto adiada) para impedir que Costa Gomes e Spínola fossem afastados por causa do livro «*Portugal e o Futuro*».

Era certo e sabido que os dois generais não iriam comparecer na

cerimónia do beija-mão que Marcelo Caetano havia ensaiado no Palácio de São Bento, para a qual convocara os generais do Regime em 14 de Março. A cerimónia era um manifesto acto de vassalagem a Marcelo e à sua política de guerra, por parte daquela «Brigada do Reumático», epíteto que os jovens capitães lançaram sobre os decrepitos generais.

Perante a exoneração confirmada dos dois generais que o Movimento havia escolhido como líderes formais do seu projecto, era enorme a indignação nos núcleos de conspiradores espalhados pela maior parte das «unidades de força».

Os spinolistas estavam convencidos de que seria fácil cavalgar esta força do Movimento para iniciar o golpe, especialmente o RI5 das Caldas da Rainha, no pressuposto de que as tais Unidades se lhe juntassem, Santarém, Lamego, Viseu, Mafra e Academia Militar.

É então que os quatro conspiradores impacientes que em Lisboa julgavam interpretar a vontade da Comissão Coordenadora (de facto paralisada) enviam para as Caldas o capitão miliciano Armando Ramos, como estafeta, com ordem para arrancar. O RI5 era a única Unidade realmente preparada e municiada, só precisava que a CCE desse ordem de saída das tropas.

Quando o capitão Ramos chegou às Caldas pelas 23 horas da noite de 15 de Março, tanto os oficiais do Movimento como os poucos spinolistas do quartel aceitaram a voz do «estafeta» como ordem de marcha da Comissão Coordenadora, no pressuposto de que Otelo já estaria no comando de operações em Lisboa.

Embora minoritários, os milicianos spinolistas do quartel, evidenciaram-se na tomada da iniciativa, com destaque para o capitão miliciano Virgílio Varela que se distinguira na prisão do comandante. Foi total a adesão dos oficiais do Movimento, se bem que o mais antigo deles, o capitão Gonçalves Novo, elemento

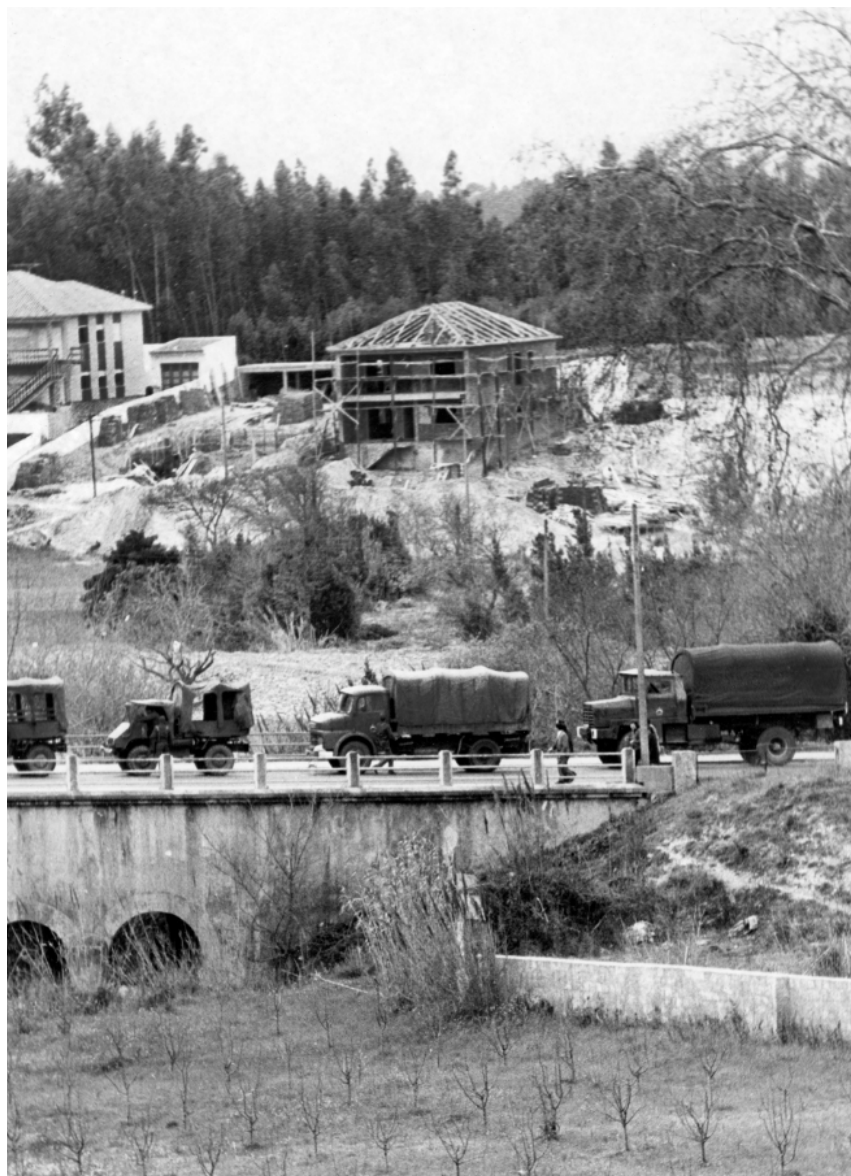


foto 15. Tropas da RMTomar na encosta do Avenal sitiam o RI5 em 16.03.1974

preponderante do Movimento no RI5, se revelasse menos sintonizado com a jactância do «estafeta», não tendo participado na marcha sobre Lisboa. Preferiu assumir o posto de oficial de dia e organizar a defesa da Unidade (*foto 14*).

Também o capitão Piedade Faria, comandante efetivo da Companhia de Caçadores declarava que não cedia o comando da sua Companhia de Caçadores, que constituía a quase exclusiva força de intervenção. A excepção de três maiores (que não residiam no quartel e só compareceram na manhã seguinte) e do primeiro e segundo comandantes, todo o pessoal da Unidade estava supermotivado, comungando do mesmo objectivo (reagir à

exoneração de Spínola e derrubar o governo) num ambiente solidário que congelava polémicas recentes entre ex-milicianos e oriundos da Academia Militar.

E chefes? No RI5 os revoltosos não tinham chefe nem voz de comando, quando o golpe estalou. Parece que ninguém queria chegar-se à frente, os 20 oficiais do Movimento eram todos muito novos e não tinham ambições, era tudo «inter pares» numa sã camaradagem. Além do mais, nada estava planeado internamente.

Lá saiu a coluna-fantasma, que só parou na portagem de Sacavém, por indicação de Casanova e Monge, que assumiram a responsabilidade



foto 16. RI5 - Brigadeiro Serrano, da Região Militar de Tomar, ordena rendição do quartel

do fracasso e acompanharam a coluna no seu retrocesso ao RI5. Entretanto o quartel era cercado (foto 15) por tropas da Região Militar de Tomar, sob o comando do brigadeiro Serrano, que em 1967 eu tinha conhecido como comandante da Unidade.

E afinal quem comandou a coluna para Lisboa? A questão só vale a pena, porque tem sido um cavalo de batalha dos centuriões spinolistas, que sempre se revelaram resolutos mas vazios das ideias progressistas do Programa do Movimento, para além de se declararem vigorosamente “anticomunistas primários” (nome que ao tempo desclassificava qualquer um).

Mas nada anula o facto de que o essencial da força era a Companhia de Caçadores, sob o comando do capitão Piedade Faria, que peremptoriamente declarava não abdicar do comando dos seus homens. Os camaradas reconheciam-lhe a genica, era o «puto Faria» que todos estimavam.

Foi ele que deu ordem de saída à coluna pelas 4 horas da manhã do dia 16 e, mais tarde, consumado o fracasso, foi ele quem foi chamado à porta de armas pelo comandante das forças sitiadas, brigadeiro Serrano (foto 16) para negociar a rendição, que Monge e Casanova tentavam protelar, em nome de Spínola, ao que diziam. Consumada a rendição, todos os oficiais implicados foram presos (foto 17) e o estado-maior spinolista ficou decapitado, incluindo Almeida Bruno que a Pide surpreendera perto da casa de Spínola em Lisboa.

O General ficava sem estado-maior. E o governo, esse, inocentemente declarava uma vitória (de facto, uma vitória pífia), não se dando conta que a sonolência do Regime duraria umas poucas semanas até ao 25 de Abril. Entretanto a conspiração esmoreceu e praticamente passou à clandestinidade.

Mesmo assim, um destacado spinolista confidenciava-me que

REGIMENTO DE INFANTARIA Nº.5

RELACÃO DOS OFICIAIS DO Q.P. QUE SEGUIRAM PARA LISBOA EM 16/MAR/74

Major - Casanova Ferreira (n.º 6 do RI 5)
" - Mante (" " " ")
Cap. - Ramos (? " " " ")

Cap.Inf.º. 08908263 - Luis da Piedade Faria
" " 31685762 - João Henrique Domingues Gil
" " 31652160 - José Marques Gonçalves Novo
" " 46030058 - Francisco António Branco Ramos
" " 09486565 - João Madalena Lucas
" " 49120160 - Virgílio Camêlo Vieira da Luz Varela
" " 00377765 - Ivo Carlos Garcia
" " 03822763 - Virgílio José Fonseca Pereira de Carvalho
" " 02854963 - Alberto da Silva Pereira (de B.Cap.10)

Ten.Inf.º. 37255661 - Victor Manuel da Silva Carvalho
" " 05326363 - João Raul Gomes Bettencourt Coelho
" " 09072963 - Adelino de Matos Coelho
" " 00304866 - Carlos Manuel Gonçalves Abreu Carvalhã
" " 03339363 - Carlos Alberto Rocha Neves
" " 06544166 - Joaquim António Pereira Moreira dos Santos
" " 02341466 - Gabriel Gomes Mendes
" " 08184166 - José Manuel Van Pombal
" " 06481063 - José Pina David Pereira
" QED 07598666 - José António Verdá Martins Mentalvê
" Inf.º. 02545663 - Luis Manuel Garroira Angelo (de B.Cap.10)

Quartel em Caldas da Rainha, 18 de Março de 1974

foto 17 Documento V / Relação dos Oficiais do Q.P. que seguiram para Lisboa em 16/ Mar/74. Regimento de Infantaria 5, 18 de Março de 1974, Arquivo Histórico Militar.

dentro de dois meses iriam organizar outro golpe com resultado infalível, quer vencessem quer não. «*Nas Caldas prenderam-nos trinta camaradas, e o governo tremeu, mas da próxima ou vencemos ou terão de prender duzentos, talvez mais. E com tantos oficiais presos, como é que o governo se aguenta nas canetas e consegue continuar a guerra?*»

Não é possível saber se era uma “boca” ou a antecipação da data do 25 de Abril, talvez uma mera coincidência, mas eu andava a contar os dias pelos dedos da mão. Da aventura spinolista das Caldas pouco mais restou que uma polémica serôdia.

Décadas mais tarde, em Abril de 1999 Armando Ramos escrevia no jornal «*Tribuna de Macau*» que tinha «trazido» a força até Lisboa, dando a entender que teria sido ele o comandante, mas sem empregar a palavra.

Porém, 12 anos mais tarde, em 21 de Abril de 2011 numa entrevista à «*Gazeta das Caldas*», assume claramente o comando da coluna, dizendo que havia sido designado numa reunião dos revoltosos do RI5, por ser titular de duas Cruzes de Guerra e ter experiência de combate. Tinham passado 37 anos após os acontecimentos!

Em apoio da sua asserção, vale-se do depoimento de Gonçalves Novo, inserta no livro «*O Movimento dos Capitães e o 25 de Abril*» publicado em 1974. Só que tal interpretação colide com a dos autores e sempre foi desautorizada pelo próprio Gonçalves Novo, que Ramos passou anos a vilipendiar.

Mas contradiz-se a si mesmo, ao doutrinar no mesmo texto, poucas linhas antes: «*Só se pode comandar uma unidade quando se conhece a tropa que se vai comandar. Isto é uma verdade de La Palisse*. Era o mesmo que dizia o comandante da Companhia de Caçadores, não abdicando do comando dos seus homens.

Em abono da verdade, declaro que me faz confusão o que escreveu

Otelo sobre este assunto na sua “Alvorada em Abril”, só posso admitir que o brilhante estratega não tinha obrigação de ser historiador.

NOTA FINAL MAS NÃO CONCLUSIVA

De tudo o que pude ver, não direi que a polémica das Caldas esteve arrumada, mas aqui me atrevo a propor uma breve análise, que tenho por segura.

1. A coluna das Caldas avançou sem comando porque tinha dois comandos, um era formal (Piedade Faria) outro era «revolucionário» (Armando Ramos). Ainda bem que não tiveram de actuar. Manifestamente os conjurados não tiveram tempo para chegar a acordo, pressionados pela convicção de que estavam atraídos para o presumível encontro com as Unidades do Norte.

Tal como Armando Ramos também Piedade Faria contava entregar a coluna ao comandante operacional, supostamente Otelo, que estaria em Lisboa à espera das colunas que deveriam estar em marcha, como de Lamego se anunciara em vão.

É uma situação bizarra, que inaugura uma série de derrotas dos spinolistas, homens voluntariosos e bons operacionais individualmente mas incapazes de coordenação estratégica, como depois se verá ao longo de todo o PREC e depois.

2. O 16 de Março é uma iniciativa spinolista sem Spínola, provocada por devotados cortesãos mais papistas que o papa. Desejosos de mostrar serviço ao chefe, disputam os seus favores, menos benesses que poder.

Não constituem um corpo orgânico com chefias hierarquizadas, são peões individualistas ao dispor de Sua Senhoria, que de facto teme partilhar

responsabilidades porque não arrisca partilhar poder.

O 16 de Março revela-se como uma tentativa de antecipação spinolista ao Movimento dos Capitães. Mas o caudilhismo bonapartista de Spínola era uma doutrina redutora na política interna (enquanto projecto de «democracia musculada») e uma estratégia neocolonialista utópica na questão africana (enquanto projecto federalista desfasado no tempo).

3. O 16 de Março não foi pensado como ensaio geral do 25 de Abril, mas acabou por ser um exercício muito útil para corrigir falhas técnicas e afinar a base política do Movimento dos Capitães. Daí que ainda agora os spinolistas tentem apropriar-se da intentona das Caldas, considerando-se pioneiros do 25 de Abril

O que não confessam é que o «seu» 25 de Abril seria um golpe para colocar Spínola no poder com a sua política autocrática, onde temporariamente cabia a Pide e a continuação da guerra, além do projeto federalista utópico que almejava aglutinar as ex-colónias numa Commonwealth da portugalidade.

EPÍLOGO BREVE

Gostaria de fazer justiça, se assim posso dizer, à pessoa do General Spínola, no propósito de afastar interpretações erróneas do retrato que nestas páginas tentei. No meio das suas contradições, o general António Spínola ficou-me na lembrança, já o confessei várias vezes, com a grandeza de uma figura de tragédia na derrocada do Império.

Não me surpreendeu que tivesse assumido a Presidência da República, porque sabia das suas ambições, embora desconhecesse ao tempo algumas das suas fragilidades de perfil e de projecto. Nunca o vi no palácio de Belém, porque sempre

fugi de tropeçar com os meus amigos nos corredores do poder.

Quando colapsou no 28 de Setembro de 1974, fui visitá-lo a Massamá. Disse-me que Álvaro Cunhal o tinha enganado e que estava a ler os clássicos da Revolução Russa para não cair noutra. Mas caiu desesperadamente.

António de Spínola não foi um homem do futuro, foi um homem lúcido num momento louco do destino português. Era um patriota puro-sangue, dos que sentem a voz dos seus «egregios e conservam (o quê?) aquilo que merece conservar-se, o património conservador, a saudade do fado lusitano.

O patriotismo está-lhes na massa do sangue, bem longe dos pós-modernistas da treta e de outros presumidos sem tino, que se enfartam de outras lérias, e já não sabem nem sonham o que seja uma nação.

Mas não foi António Spínola quem inventou o Quinto Império, foi António Vieira do sebastianismo messiânico, foi Luiz de Camões da «fé-e-o-império» e da «maravilha fatal da nossa idade», mais o Fernando Pessoa da «Mensagem» que foi a Quinhentos invocar João de Barros para lembrar-nos que «minha pátria é a língua portuguesa» e mais aquele inadiável «falta cumprir-se Portugal».

E também o patriarca Cerejeira que inventou a vocação de Portugal como «novo povo eleito» e visio-nava «novos brasis» em Angola e Moçambique. E para acabar com uma nota geoestratégica, lembro-me de Adriano Moreira que ainda em 1972 se entusiasmava com o seu «Oceano Moreno», amarrado pelo triângulo Lisboa-Luanda-Rio.

Como sofrer o fim do mito? Confundimos o poema com a realidade bruta e crua? Ou não lemos bem os nossos poetas? «Ai esta terra ainda vai cumprir seu ideal / ainda vai tornar-se um imenso Portugal / ainda vai tornar-se um império colonial». Mas o que é isto,

Chico Buarque, então o rio Amazonas desagua no Tejo?

A Pátria? O que é a Pátria? Sejam estas palavras o meu preito aos heróis que não compreendo e morreram por quimeras (ou eu penso que tal). E confesso que nunca esquecerei a experiência de ter conhecido um deles, “o último general romântico”, que procurei desvendar no tablado dos jogos de guerra, a política e a guerra-espetáculo, que ganharam forma na representação mediática dos jornalistas do meu tempo.

E agora, sem poesia nenhuma, sustenho aqui o meu depoimento sobre os preliminares do 25 de Abril, não porque tivesse dito tudo, mas porque o tema é inesgotável e todos os dias tropeçamos com surpresas, sempre que se mexe no assunto.

Não bastam as centenas de estudos parcelares de alguns historiadores, com destaque para os trabalhos preciosos de Aniceto Afonso, Matos Gomes e Pezarat Correia. Tão-pouco chegam os testemunhos memoria-listas, especialmente o registo da «história oral» do Centro de Documentação 25 de Abril (Coimbra).

O que falta é o estudo sistémico de todo o processo histórico, com abrangência holística e rigor metodológico, explorando o espólio dos nossos arquivos nacionais, os testemunhos de quem viveu histórias nunca dantes navegadas, e sem esquecer o outro lado da guerra, ou seja, os arquivos das ex-colónias e a história da guerrilha.

Só que tal trabalho exige equipas polivalentes de investigação académica com historiadores e outros investigadores sociais, além de recursos avultados, que não estão ao alcance dos amantes da História, como eu.

Limitei-me a esboçar alguns preliminares da nossa conspiração, como uma dialéctica minimalista entre dois projectos emergentes, que vi polarizados em dois protagonistas,

um representa um Império que se fina, outro um futuro que renasce.

Mas isto é apenas um jogo de sombras, «*corsi e recorsi*» da espiral da História, como aprendi de Giambattista Vico, pois que o mundo de Galileo Galilei «*eppur si muove*», em evolução solidária e contradição permanente, com o peso do tempo e a mole imponderável dos povos.

Por isso me refugio na ideia de que o 25 de Abril mal começou, mal se conhece e não pára de acontecer. **O**

Avelino Rodrigues iniciou a carreira jornalística em 1969, foi redactor de O Século e do Diário de Lisboa. Após o 25 de Abril integrou o Telejornal da RTP e simultaneamente dedicou-se a investigar o fenómeno do 25 de Abril. Tem estudado a função dos Média na sociedade democrática. Em 1982 coordenou a equipa fundadora da Teledifusão de Macau, de que foi director de canal e administrador, tendo feito a sua peregrinação pelo Oriente, em busca da memória histórica de Portugal, que revelou em documentários televisivos. Costuma dizer que foi no Sol Nascente que descobriu o segredo de ser português. Diz que Portugal é tão vário e encoberto que só pode entender-se visto de longe e de fora.

A Maçonaria e o 25 de Abril

Antes de ser Maçon, fui Capitão de Abril.
Mas, antes de ser Maçon, já era Maçon!
Porquê? perguntar-se-á... Simplesmente porque, em meu entender, os valores de Abril são muito semelhantes aos valores Maçónicos. Liberdade, Paz, Justiça Social, Democracia, Camaradagem, são muito semelhantes a Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Com efeito, se Abril tem como sustentáculo a Liberdade, para com ela se alcançar a Paz e se praticar a Democracia, onde uma sociedade mais justa é a meta, a Maçonaria tem igualmente a Liberdade como sustentáculo, a que junta a Igualdade, o mesmo é dizer, uma sociedade mais justa, só possível em Democracia. Quanto à Fraternidade, vejo-a como sinónimo de Camaradagem.

Analiso aqui o 5 de Outubro de 1910 e o 25 de Abril de 1974, porque haverá aspetos específicos entre dois acontecimentos de rutura e construção de novas sociedades. Não em toda a sua extensão, nomeadamente no facto de o primeiro ter sido interrompido e destruído no seu essencial, passados que foram apenas 16 anos, por um regime que, não tendo a coragem de se assumir na sua verdadeira condição, continuou a chamar-se a si próprio de República.

Quanto ao segundo estamos prestes a atingir os 50 anos passados, mais do triplo da vida da efémera Primeira República (em meu entender porque o segundo evento teve o 25 de Novembro, ao contrário do primeiro que foi derrotado pelo 28 de Maio), e mais

do que a vida da obscura longa noite, que vigorou em Portugal.

Vejamos algumas particularidades dos dois acontecimentos, nomeadamente no referente à ação de maçons e de militares. Se para o sucesso do 5 de Outubro os Maçons (muitos deles militares), que não a Maçonaria enquanto entidade coletiva, tiveram um papel fundamental, no 25 de Abril foram os Capitães de Abril (onde não havia Maçons) e não as Forças Armadas, que desempenharam o papel de principais protagonistas.

É facto que os Maçons, numa heróica e corajosa luta clandestina, muito contribuíram para a criação das condições que permitiram que o Movimento das Forças Armadas tivesse sucesso, mas também temos de reconhecer que não intervieram diretamente no derrube da ditadura.

Procurando similitudes, poderemos considerar que a Carbonária do 5 de Outubro foi, no 25 de Abril, o MFA. Como podemos considerar o inverso.

Quando surgiu o Dia inicial, inteiro e limpo, a Maçonaria em Portugal estava reduzida ao Grande Oriente Lusitano, que atravessara os 48

anos de obscurantismo e repressão, com os consequentes resultados.

Honra aos nossos Irmãos, que souberam manter acesa a Luz da Liberdade, da igualdade e da Fraternidade! Resistiram, lutaram, e nessa Madrugada Libertadora, saíram da clandestinidade, foram devida e justamente reconhecidos pelo MFA,

Puderam então recuperar alguns dos seus bens, durante anos espoliados pelos esbirros do fascismo (apenas alguns, pois muitos haviam sido destruídos pela barbárie e incultura dos mesmos) e encetar, de forma aberta e frontal, a luta por um país mais livre, igual e fraterno.

Pessoalmente, ao contrário de outros Capitães de Abril, resisti durante vários anos aos convites para entrar para a Maçonaria. Convencido por três Capitães de Abril, acabei por aceitar bater à porta e receber a Luz.

Fui iniciado na Respeitável Loja 25 de Abril (só podia ser ...), 24 anos após o 25 de Abril, contando agora já com 26 anos como Maçon.

Como em todos os lugares e circunstâncias, nem tudo foram rosas, na minha procura por tentar que os



D.R.

meus Irmãos me reconheçam por Maçon. Por mais suspeito que possa ser, considero que tenho conseguido ser Maçon, pois penso que sou como tal reconhecido pelos meus Irmãos.

Não tem sido fácil porque também na Maçonaria, como em todas as organizações humanas, existem defeitos, deficientes e falsos praticantes de valores que, muitas vezes, não passam de palavras vãs em bocas malcheirosas. O facto é que não há nada perfeito, quando o ser humano está diretamente envolvido nisso...

Tenho vivido intensamente a luta pela consolidação dos valores da Liberdade, da Paz, da Igualdade, da Justiça Social, da Democracia, da Camaradagem, da Solidariedade, da Fraternidade.

Luta cívica que desenvolvo no seio de duas comunidades que muito me dizem: a comunidade de Abril, na Associação 25 de Abril, e a comunidade Maçónica, no Grande Oriente Lusitano.

Nos dois espaços e contextos, tenho tido a Felicidade de criar Amigos. Amigos que são para mim, nunca hesitarei em proclamá-lo, o cume da realização do ser humano. Por isso, me são tão queridas uma e outra instituições!

Mas, porque a Felicidade, meta suprema do ser humano, só é alcançável em Liberdade e isto só é possível com Coragem, não apenas para a conquistar mas também para a manter (já Péricles o proclamou há mais de dois milénios e meio, muito antes de Jesus Cristo), apraz-me constatar que os Maçons continuam

a ter a necessária e indispensável Coragem para lutar pela Liberdade.

Como acontece que os Capitães de Abril continuam igualmente essa luta pela Liberdade, com Coragem e determinação, não posso deixar de reafirmar que me sinto bem. Ao olhar para o espelho, não tenho vergonha da imagem refletida - enquanto Capitão de Abril e Maçon. **O**

Quem indicou Adelino da Palma Carlos para primeiro-ministro do I Governo Provisório?

O nome do Prof. Adelino da Palma Carlos terá sido sugerido ao general António de Spínola pelo então diretor do jornal República, Raul Rêgo, após uma reunião realizada em casa de Dias Amado, à época o Grão-Mestre do GOL.

Ainda estão por conhecer muito dos bastidores da formação do I Governo Provisório, presidido pelo Prof. Adelino da Palma Carlos. “*Ainda hoje não sei como surgiu o seu nome*”, reconheceu, em 1996, Mário Soares, na extensa entrevista que então deu a Maria João Avelaz, tendo admitido apenas que “talvez” tenha sido “gente da Maçonaria” a indicar o nome de Palma Carlos ao Presidente da República, general António de Spínola.

Anos mais tarde, Raul Rêgo, em entrevista ao *Expresso* e publicada postumamente em 2002, deu a conhecer o seu envolvimento pessoal e do GOL na escolha da personalidade para primeiro-ministro.

Contrariando a versão de Rêgo, o também jornalista António Valdemar, num artigo publicado em 2014, afirmou que o nome de Palma Carlos fora soprado por Fernando Olavo, seu colega como catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa.

O primeiro contacto de António de Spínola com Raul Rêgo data de 1972, quando o então governador-geral da Guiné convidou o diretor do jornal *República* para se deslocar a Bissau. Raul Rêgo não se mostrou disponível, mas passou o convite ao chefe de redação, Vítor Direito, que viajou até à Guiné em outubro desse ano.

Durante vários dias, Vítor Direito esteve em Bissau e noutros locais daquela colónia africana, onde verificou a extensão da guerra desencadeada pelo PAIGC. Segundo a reportagem que escreveu, mas que foi censurada na íntegra, conversou com Spínola durante “*mais de 15 horas repartidas por quatro encontros*”, tendo assistido igualmente a duas sessões do Conselho Legislativo do território.

Na opinião de Raul Rêgo, numa entrevista dada ao *Expresso* e publicada em 9 de fevereiro de 2002, se a reportagem tivesse sido feita no tempo de Salazar, Spínola “*teria sido preso, sem mais. Com o Marcello, já não.*” Só viria a ser publicada dois anos depois, “*na edição do República*

do dia 25 de Abril, a primeira a não ir à Censura”.

No Verão de 1973 Spínola deixou Bissau – onde desempenhara em simultâneo os cargos de governador-geral e comandante-chefe das Forças Armadas da Guiné – e regressou a Lisboa. Uma vez na capital, visitou as redações dos principais jornais diários, num gesto de cortesia muito frequente por parte de quem cessava funções na esfera pública.

“*Conheci-o quando ele foi ao República, depois de ter deixado de ser Governador da Guiné*”, contou Raul Rêgo. “Quando chegou ao *República*, ficou admirado com as instalações e com tudo aquilo. ‘O senhor diretor como é que consegue fazer o jornal todos os dias?’ ‘Um jornal faz-se com a cabeça’, respondi. O jornal não era nada, tudo aquilo era primitivo.”

Acompanhando o crescente mal-estar entre os jovens oficiais e percebendo as divisões existentes quer na hierarquia das Forças Armadas, quer no topo do próprio regime, Rêgo passou a estar

particularmente atento ao percurso do general, dedicando-lhe numerosos comentários na coluna diária que escrevia sob o título genérico de “Momento”.

Atenção que redobrou, primeiro com a sua nomeação para vice-chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, e mais ainda com a publicação do livro “Portugal e o Futuro”, que, lançado em fevereiro de 1974, rapidamente se transformou num best-seller, a confirmar o interesse com que a opinião pública acompanhava as posições do general.

**MFA SUGERIU TRÊS NOMES:
RÊGO, PEREIRA DE MOURA
E MILLER GUERRA**

Em meados de abril de 1974, o nome de Raul Rêgo fez parte do lote de três nomes sugeridos a Spínola pela Comissão Política do Movimento das Forças Armadas para chefiar um futuro Governo Provisório, a ser formado após o derrube do regime. A proposta surgiu no âmbito das negociações entre o general e os jovens oficiais sobre o projeto do Programa Político do Movimento, a ser apresentado ao país.

O major Carlos de Moraes foi quem serviu de intermediário entre o general e os capitães. Se é certo que estes aceitaram numerosas sugestões do general, haviam recusado a sua proposta de constituição de um governo provisório militar.

Anos mais tarde, no seu livro de memórias “País sem Rumo” (SCIRE, 1978), Spínola explicou que um tal governo militar seria “*assistido por técnicos competentes e isentos*”, e teria a incumbência de garantir “a autoridade e a ordem administrativa durante o período crítico de transição”.

Os oficiais rebeldes recusaram, contudo, a formação de um tal governo militar, temendo que, como o próprio Spínola escreveu, “*daria, internacionalmente, à Revolução uma imagem antidemocrática*”.



Adelino da Palma Carlos - foto: Inácio Ludgero

Foi nesse âmbito que, a 13 de abril, Carlos de Moraes informou o general que, reunidos em plenário, os capitães haviam decidido que, uma vez derrubado o regime, a Presidência da República seria entregue ao general Costa Gomes, cabendo a Spínola o cargo de Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas.

Quanto ao futuro Governo Provisório, a Comissão Política do Movimento sugeria que fosse chefiado por um de três nomes: Raul Rêgo, Francisco Pereira de Moura ou João Pedro Miller Guerra.

O programa do MFA, que se transformou numa espécie de magna carta da revolução, determinava que “*o Presidente da República nomeará o Governo Provisório civil*”. Derrubada a ditadura, e ao contrário do que fora decidido pelos jovens oficiais, a

Presidência da República acabou por ser entregue a António de Spínola, que, na área da Oposição, via em Rêgo uma das pessoas em quem mais confiança podia depositar.

“*Ele vira o papel e a importância que o República tinha tido na democratização do país*”, observou Rêgo. “*O Spínola não era burro. Era um sujeito inteligente (não superiormente inteligente) e com bom senso.*”

**RÊGO APRESENTOU A SPÍNOLA
OS LÍDERES DO PS E DO PCP**

Imediatamente a seguir ao 25 de Abril, foi o diretor do *República* quem terá apresentado ao general, já como Presidente da Junta de Salvação Nacional, os dois principais dirigentes da Oposição, Mário Soares e Álvaro Cunhal, ambos

vindos do exílio em Paris. “O Spínola mandou-me trazê-los à Cova da Moura” assim que chegassem a Portugal, contou o jornalista na referida entrevista.

Quando, a 28 de abril, Rêgo foi esperar o líder do PS à estação de Santa Apolónia, já tinha a incumbência de o levar depois ao palácio da Cova da Moura, em Alcântara, que servia de sede provisória do novo poder.

“Assisti ao primeiro encontro entre os dois. Eles não se conheciam.” Spínola estava acompanhado pelo tenente-coronel João Almeida Bruno, enquanto Mário Soares, para além de Rêgo, tinha a seu lado Manuel Tito de Morais e Francisco Ramos da Costa, regressados igualmente do exílio.

“Lembro-me que o Tito de Morais abraçou o Spínola: ‘Eu sou o 35!’. Tinham sido colegas no Colégio Militar, porque o pai do Tito de Morais também era militar, era o almirante Tito de Morais. Foi um encontro de gente que andou afastada e que só se reencontrou graças à revolução.”

Dias depois, a 30 de abril, foi a vez de Álvaro Cunhal regressar a Portugal, mas de avião. Rêgo não esteve no aeroporto, mas mais tarde dirigiu-se à sede, ainda provisória, do Partido Comunista Português. “Estava lá o Octávio Pato, que eu já conhecia, e disse-lhe que o Spínola queria receber o Cunhal às tantas horas. E assim foi.

“Quando lá chegaram e veio ordem para a gente entrar no gabinete, o Pato perguntou-me: ‘Oh Rêgo, entra só você e o Cunhal, ou também posso entrar?’ ‘Entramos todos, homem’, respondi. E entramos todos no gabinete do Spínola.” Nem Rêgo nem Spínola conheciam pessoalmente o líder comunista. “Foi um contacto quase protocolar, sem atrito nenhum. É claro, o PC, nessa altura, estava numa atitude perfeitamente democrática. Depois das eleições é que eles quiseram dar um golpe no Parlamento.”

SPÍNOLA PREFERIA VEIGA SIMÃO

Após o 1º de Maio, Spínola deitou mãos à formação do Governo Provisório. Atendendo aos nomes que lhe haviam sido indicados, começou por receber Francisco Pereira de Moura. Professor Catedrático de Economia, oriundo da área do catolicismo progressista, era um dos principais rostos do MDP/CDE, a frente oposicionista que em outubro de 1973 se havia candidatado às eleições para a Assembleia Nacional, sem, contudo, as disputar, devido à ausência dos mais elementares direitos políticos.

Spínola não gostou de Pereira de Moura. No já referido livro de memórias, diz que ele revelou “uma total desorganização de ideias, demonstrativa da sua incapacidade para o desempenho do cargo”, e sobretudo um alinhamento político “claramente de formação comunista”.

Recebeu em seguida João Pedro Miller Guerra, outro professor universitário, da Faculdade de Medicina de Lisboa. Ex-deputado da “ala liberal”, Miller Guerra distinguira-se na Assembleia Nacional em vários confrontos verbais com o sector mais retrógrado do regime, sobretudo em torno do caso da Capela do Rato, após o que viria a renunciar ao mandato, convicto que o regime era incapaz de se reformar.

Na versão de Spínola, Miller Guerra, “ao impor como condição a entrega imediata do Ultramar, obviamente afastou qualquer hipótese” de ser escolhido para chefe do Governo Provisório.

Quanto a Raul Rêgo, ainda segundo Spínola, não terá sido abordado no âmbito da escolha do primeiro-ministro. Ao contrário de Pereira de Moura e Miller Guerra, Spínola já o conhecia pessoalmente e considerou que não tinha “as características de liderança indispensáveis para o desempenho do cargo”.

Na entrevista a Maria João Avillez (Soares. Ditadura e Revolução, Círculo



de Leitores, 1996), Mário Soares contou que Spínola, “quando me pôs a questão de quem devia ser o Primeiro-ministro, falou-me do Raul Rêgo. Fiquei espantado! Disse-lhe que teríamos de discutir essa possibilidade no seio do PS – de que Rêgo era um dos dirigentes”.

Conhecendo muito bem o diretor da República, as suas convicções e qualidades de resistente, Soares admitia, contudo, que não estivesse à altura para ser “um bom primeiro-ministro, designadamente no momento tão complexo que então vivíamos”. A verdade é que, segundo a versão de Soares, “antes que lhe desse qualquer resposta” sobre a hipótese Rêgo, “Spínola mudou de ideias”.

Muito anos mais tarde, na sua última entrevista (concedida ao *Expresso* e publicada a 30 de abril de 1994), Spínola contou: “A minha escolha pessoal era de Veiga Simão”, o último ministro da Educação Nacional do Governo de Marcello Caetano, e que havia ajudado o general na feitura do livro “Portugal e o Futuro”.

“Mas ele e eu, em conversa havida no dia 26 de abril, concordámos em que não seria exequível nem sensato tentar uma solução desse tipo. Veiga Simão disse-me que, mesmo que fosse possível, não poderia aceitar por razões éticas... No entanto, solicitei-lhe que fosse ele a elaborar o projeto de programa do Governo Provisório, o que fez, tendo este sido aprovado com pequenas alterações.”

UMA REUNIÃO EM CASA DO GRÃO-MESTRE DIAS AMADO

A versão de Raul Rêgo não coincide nem com a de Spínola nem com a de Soares. Na já citada entrevista ao *Expresso*, o ex-Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano afirmou que chegou a ser sondado para primeiro-ministro e relatou os pormenores.

“Foi poucos dias depois de eu ter acompanhado o Mário Soares à Cova da Moura. Ele disse-me que ‘precisamos de si para primeiro-ministro’. Não respondi logo. À noite, houve uma reunião em casa do Dias Amado, que ficava num quarto andar da Avenida Manuel da Maia.”

Para além do anfitrião, que à época *“era o Grão-Mestre do GOL, estávamos eu, o Adelino da Palma Carlos e não sei quem mais. ‘Eles querem o Rêgo para primeiro-ministro’, informou o Dias Amado. ‘Não’, disse eu; ‘o primeiro-ministro deve ser o Adelino, que tem experiência e formação jurídica, e até um nome como jurista que o impõe.’”*

Palma Carlos, um respeitado catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa e contemporâneo de Marcello Caetano, era uma figura conhecida de Spínola. *“Claro, toda a gente o conhecia. O Palma Carlos era um grande advogado.”*

A reunião, que Rêgo não conseguiu datar, tratou-se na prática de um encontro maçónico. *“Sim, éramos todos maçons: eu, o Adelino, o Dias Amado e já não sei quem mais - ao todo, uns cinco ou seis. Na prática, foi a Maçonaria quem indicou o primeiro-ministro.”*

«Acompanhando o crescente mal- estar entre os jovens oficiais e percebendo as divisões existentes quer na hierarquia das Forças Armadas, (...), Rego passou a estar particularmente atento ao percurso do general Spínola»

O local não era propriamente onde a Maçonaria costumava reunir-se. *“A casa era onde vivia o Dias Amado, que era o Grão-Mestre. A Maçonaria nunca deixou de se reunir, mas não no Grande Oriente, que, como se sabe, tinha sido encerrado e ocupado pela Legião Portuguesa. Funcionávamos nos baixos da Escola nº1, na Graça, que, aliás, era da Maçonaria. Na prática, era a sede clandestina.”* No interior do GOL, nessa altura *“o Palma Carlos tinha a mesma posição que eu, não tinha nenhuma posição hierárquica. Aliás, nunca chegou a ser Grão-Mestre.”*

Ter-se-ia seguido um novo encontro com Spínola. *“Estávamos uns quatro, cinco ou seis, incluindo o Adelino. O Spínola convidou-me e eu disse logo que, ‘para primeiro-ministro, está aqui uma pessoa que tem mais técnica do que eu, que conhece bem o Direito, que conhece isto e aquilo, que foi sempre da Oposição, pelo que me parece que deve ser ele e não eu.’ E indiquei o Adelino, que nem agradeceu...”*

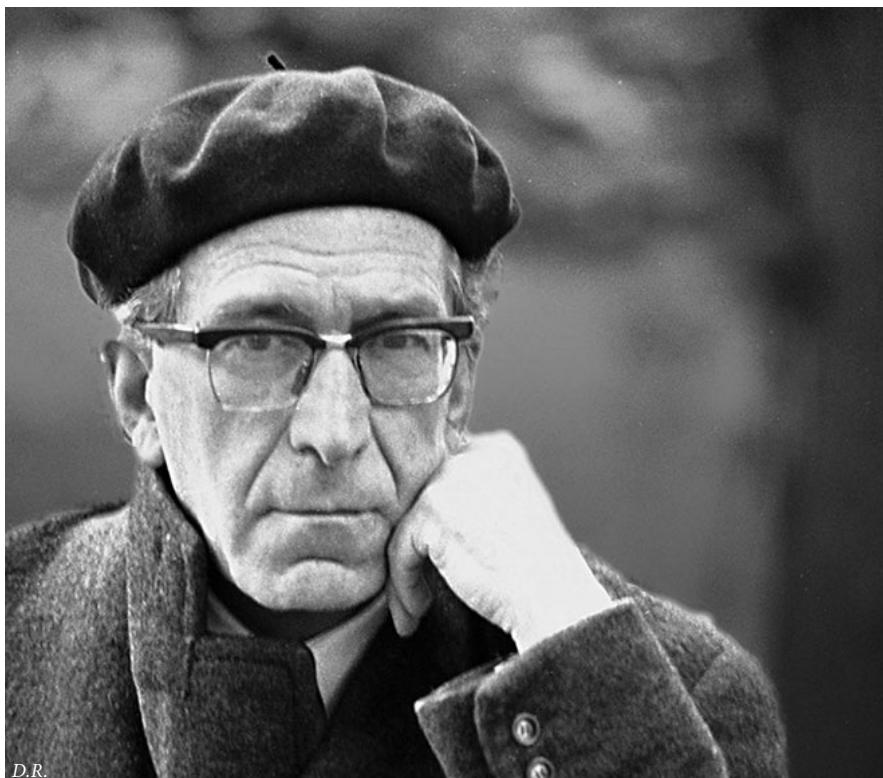
VERSÕES DIFERENTES SOBRE A ESCOLHA DE PALMA CARLOS

A avaliar pelo testemunho de Raul Rêgo, o primeiro-ministro do I Governo Provisório foi indicado pelo GOL. *“Foi a Maçonaria que o escolheu e o indicou. É claro que isso não está contado, não sei porquê. Mas foi a Maçonaria quem indicou o Palma Carlos - que não correspondeu. Enganei-me na minha avaliação! O Palma Carlos tinha um defeito tremendo, que era a vaidade.”*

Uma característica aliás comumente apontada também ao general. *“O Spínola era vaidoso, mas era persistente, sabia o que queria. O Palma Carlos achava que ser primeiro-ministro era quase uma honra que lhe era devida.”*

Também Mário Soares admitiu, como se viu, que tenha havido uma intervenção da maçonaria. Spínola, no entanto, omitiu o envolvimento do GOL no processo de seleção do primeiro-ministro. Nas suas memórias, relata: *“Após a eliminação de outros nomes, sugeridos verbalmente, acabei por tomar a iniciativa de apresentar à Junta de Salvação Nacional o nome do Prof. Adelino da Palma Carlos, professor muito respeitado da Faculdade de Direito de Lisboa, distinto advogado, largamente conhecido dos meios jurídicos internacionais pelas suas firmes convicções democráticas e que, por isso, em meu entender, reunia condições de exceção para presidir a um Governo de coligação que necessariamente iria integrar políticos de diversas tendências”.*

O jornalista António Valdemar, ele próprio membro do GOL, descartou no entanto a participação da maçonaria na escolha de Palma Carlos. Num artigo no *Público*, em 25 de abril de 2014, assegura que Rêgo *“não chegou a ser abordado”* para chefiar o gabinete e pormenoriza: *“Já com nomes para o Governo, mas sem estar definido, faltava a Spínola o primeiro-ministro. Foi a casa do seu amigo Fernando Olavo pedir-lhe uma solução”.*



D.R.

«Na opinião de Raul Rego, numa entrevista dada ao Expresso e publicada em 9 de fevereiro de 2002, se a reportagem (na Guiné) tivesse sido feita no tempo de Salazar, Spínola “teria sido preso, sem mais. Com o Marcello, já não.”»

Jurista de renome, Olavo não pertencia à maçonaria, diferentemente de vários membros da sua família, mas era um dos principais amigos de Spínola desde os bancos do Colégio Militar. De acordo com Valdemar, Olavo indicou então ao general o nome de Palma Carlos. “*E justificou: é ‘republicano e antifascista’, um ‘catedrático de Direito’ e ‘um gajo com muita prática de assembleias gerais’.* Palma Carlos deu conhecimento à família e alguns amigos e aceitou”.

RÊGO MINISTRO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

A posse do executivo foi a 16 de maio, dia imediato ao empossamento do Presidente da República. Raul Rêgo foi um dos três ministros socialistas do I Governo Provisório, ao lado de Mário Soares (nos Negócios Estrangeiros) e de Francisco Salgado Zenha (na Justiça). Ficou com a sensível e complexa pasta da Comunicação Social. Quando convidado, aceitou prontamente: “*Isso, evidentemente. Eu tomo conta dos Restauradores.*” E tomei.”

Quanto a Pereira de Moura ficou como ministro sem pasta, em representação do MDP, um dos

quatro partidos representados no Governo, ao lado do PS, PCP e PPD. Numa entrevista dada ao *Expresso* dois anos depois, Palma Carlos contou que recusou a ida de Pereira de Moura para a Educação e que convidara José Magalhães Godinho, outro membro do GOL, para a Administração Interna, pasta que acabou por ser entregue a Joaquim Magalhães Mota, um dos fundadores do PPD. Já Miller Guerra não fez parte de executivo, vindo mais tarde a filiar-se no PS.

A 29 de maio, Spínola fez a sua primeira visita oficial como Presidente da República. Foi ao Porto, tendo-se feito acompanhar pelos ministros Magalhães Mota e Raul Rêgo. Na citada entrevista, o ministro da Comunicação Social do I Governo Provisório recordou a grande manifestação que acolheu o novo Presidente: “*Estávamos na Câmara Municipal e fiquei ao lado do bispo do Porto. Há um filho da puta que trepa para a cabeça da estátua do Garret, que fica mesmo em frente e eu viro-me para o bispo: ‘Oh senhor D. António, prepare-se para dar a absolvição àquele gajo, que não tarda nada cai.’*”

Mais tarde, no princípio de julho, François Mitterrand visitou Portugal. Na oposição, o líder socialista francês foi o primeiro político europeu de nomeada a visitar o Portugal democrático, a convite do PS. Raul Rêgo evocou, com orgulho: “*O primeiro banquete oficial, depois do 25 de Abril, fui eu que o ofereci: ao Mitterrand e aos franceses que nos visitaram, quase logo a seguir à tomada de posse do Governo. Ofereci-lhes um almoço nos Restauradores, e o Mário Soares um jantar nas Necessidades. Foi o primeiro contacto oficial com a democracia europeia.*” 

José Pedro Castanheira é jornalista profissional desde 1974, autor de vários livros sobre episódios e personagens da história recente de Portugal e das antigas colónias; não pertence a nenhuma organização maçónica e escreveu a pedido da Direção da «Revista Grémio Lusitano».

Américo Amorim Leitão

Um Obreiro que não aspirou ao repouso em tempos de ditadura

E escrever sobre Américo Leitão não é, para mim, tarefa fácil. Conseguir conservar a necessária neutralidade axiológica para poder apresentar uma perspectiva biográfica distanciada de alguém que, em pleno inverno, e estando eu ainda nos meus primeiros anos de vida, me vinha buscar a casa dos meus Pais para eu passar uns dias na sua residência, tendo sempre o cuidado de me embrulhar no seu sobretudo para que eu não me constipasse durante a viagem de Alvalade até ao Bairro das Colónias, é tarefa quase impossível.

Como também o é não me recordar dos muitos anos em que convivemos, nos quais ele me viu crescer, sempre presente ao meu lado, sempre disponível para me desvendar novos mundos, novos livros, novas ideias, novas realidades.

Tal era o meu Tio-Avô, e hoje meu Irmão, Américo Amorim Alves Leitão, Maçon iniciado em 5 de outubro de 1929, na Augusta, Benemérita e Respeitável Loja Liberdade, nº 197, ao Oriente de Lisboa, sob os auspícios do Grande Oriente Lusitano Unido. Oficina esta à qual pertenceu, até à sua Passagem ao Oriente Eterno, em 1982, e na qual trilhou uma aventura Maçónica de 53 anos, iniciada já em tempos de ditadura, e que compreendeu todo o período da clandestinidade.

Na realidade, a convivência Maçónica de Américo Leitão terá começado muito antes desse dia, no qual, apenas com 20 anos de idade, comemorou o 5 de outubro vendo a

Luz. Seu pai, José Alves Leitão, morador na Rua do Terreirinho, e proprietário de uma loja de cafés na Rua da Prata, tinha sido um dos muitos pequenos comerciantes lisboetas que, na sequência da instauração da República, bateram à porta das Lojas do Grande Oriente Lusitano Unido empenhados em contribuir para a construção de um País no qual tinham deixado de ser súbditos, para acederem à cidadania.

Faria, certamente, parte dessa pequena burguesia que, no final do séc. XIX, aderiu ao republicanismo, engrossando as fileiras do movimento laico português, empenhado em separar a Igreja da Sociedade Civil, e em promover a educação, entendida como meio de combate à superstição, e como porta de acesso à emancipação dos indivíduos e das sociedades.

José Alves Leitão foi iniciado em 21 de agosto de 1912, na Respeitável Loja Liberdade, adoptando o Nome Simbólico de *José Fontana*. Esta Oficina, do Rito Escocês Antigo e Aceite, fundada em 1896, era a mais significativa Loja do GOLU, tendo vindo a dispôr, ao longo da sua existência durante a primeira República, de um Quadro de Obreiros superior a 200 membros, que suportou um Capítulo, um Areópago, e um Consistório.

José Alves Leitão revelou-se um Maçon comprometido, que desempenhou durante muitos anos o Ofício de Tesoureiro da Loja, no qual se destacou na administração da Caixa de Previdência criada pela Liberdade, para apoio dos Irmãos

que, a partir de 1926, foram perseguidos e deportados pela Ditadura.

Situação esta que lhe valeu um louvor do Conselho da Ordem do GOLU, no qual também é referido o contributo económico prestado pela Loja Liberdade a algumas instituições de apoio à infância desvalida, e a escolas.

«Depois da instauração da República, José Alves Leitão bateu à porta das Lojas do Grande Oriente Lusitano Unido empenhado em contribuir para a construção de um País no qual tinha deixado de ser súbdito, para aceder à cidadania.»



Américo Leitão, na sua loja na Rua da Prata, a atender o Ir José Roberto de Brito

Tendo realizado todo o seu percurso maçónico na Respeitável Loja Liberdade, e nas Oficinas de Altos Graus a ela agregadas, José Alves Leitão acompanhou todas as vicissitudes pelas quais a Liberdade passou, tendo saído da Obediência em 1914, com a sua Loja, aderindo à cisão então verificada no Supremo Conselho, liderada pelo seu Muito Poderoso Soberano Grande Comendador, Ferreira de Castro.

Regressou ao GOLU já decorado com o 20º Grau REAA, em 1920, quando a Liberdade abandonou o Grémio Luso-Escocês, voltando a trabalhar no Palácio Maçónico com Carta Patente do Rito Francês, emitida pelo Soberano Grande Capítulo de Cavaleiros Rosa Cruz, de modo a não prejudicar as negociações que a Obediência mantinha em curso com o Supremo Conselho dissidente, com vista à reunificação global dos dois Corpos Maçónicos.

Tendo a Liberdade voltado, em 1925, a praticar o seu Rito de origem, José Alves Leitão prosseguiu o seu percurso nos Altos Graus do Escocismo, tendo ascendido ao 33º Grau em 1928.

Toda esta vivência maçónica do Irmão *José Fontana* influenciou diretamente o seu filho Américo, que realizou os seus estudos primários no Centro Escolar Republicano Almirante Reis, antes de ter frequentado o Liceu Central de Gil Vicente, no qual foi encontrar colegas que se vieram a notabilizar no GOLU, e até na Respeitável Loja Liberdade, como foi por exemplo o caso de Armando Adão e Silva, com quem manteve um relacionamento de forte amizade ao longo de toda a sua vida.

A ligação de Américo Leitão ao Liceu Gil Vicente foi, aliás, marcante, tendo eu tido oportunidade, em junho de 1974, de participar com ele no almoço anual de antigos alunos, organizado pela respetiva Associação, da qual foi dirigente por largos anos. Nesse momento de confraternização, realizado nas instalações do Liceu, convivemos com vários amigos e antigos colegas dele, que hoje sei que os posso reconhecer como tal.

Todos transbordavam de felicidade, encontrando-se ainda a vivenciar, muito emotivamente, a recente

Revolução dos Cravos. Eram tempos de grande esperança, que chegaram a estes Irmãos já no ocaso das suas vidas, mas que os encontraram de pé e à Ordem para darem o seu melhor, em prol da força e vigor de uma Ordem, que amavam profundamente, e que quase tinham visto morrer.

Ser Iniciado numa Loja Maçónica no Portugal de 1929, já não era um ato para o qual não fosse requerida uma grande dose de coragem. Recordemo-nos que em Lisboa, pouco tempo antes, na noite de 16 de abril, a Guarda Nacional Republicana e a Polícia, sob instruções do Ministro do Interior, invadiram o Palácio Maçónico, interrompendo uma Iniciação que se encontrava a ser realizada pela Loja Acácia, tendo conduzido para o Governo Civil, sob prisão, todos os presentes, com excepção dos que eram militares, os quais apenas foram identificados.

Este episódio, que antecedeu acontecimentos ainda mais penalizantes para a Maçonaria Portuguesa, levou a que o Conselho da Ordem tenha determinado o encerramento

do Palácio Maçónico, mantendo nele apenas os serviços de solidariedade e beneficência, o que implicou uma redução drástica da atividade das Lojas.

Daí que não se possa determinar com precisão qual foi o local onde o Irmão Américo Amorim Leitão, de Nome Simbólico *Febo Moniz*, foi Iniciado. O que podemos é supor que, para este jovem de 20 anos fortemente influenciado pelo seu Pai, do qual já era, à época, empregado na firma *Alves Leitão & C^a*, e funcionário de balcão na *Casa Leitão – Chocolates, Chá e Café – Cacau*, sita nos números 252 e 254 da Rua da Prata, e que foi educado num meio profundamente anti-clérical e republicano, onde certamente conviveu com outros membros da Loja Liberdade, bater à porta desta Oficina terá sido um passo muito natural.

Consta da sua Petição de Iniciação a referência de que, mesmo muito jovem e ainda profano, já era associado do Centro Escolar Republicano Almirante Reis, do Centro Republicano Dr. Alberto Costa, da Associação de Socorros Mutuos dos Empregados do Comércio e da Indústria (da qual, muitos anos depois, pertenceu à Direção), do Grupo de Beneficência *Os bem intencionados*, e da Associação de Beneficência *Missão do Bem*, supondo-se que, para algumas destas instituições, tenha sido levado por José Alves Cardoso.

É igualmente mencionado, no mesmo documento, que era sócio do Ginásio Clube Português, agremiação desportiva na qual praticava uma das suas paixões da época, a esgrima, pela mão do histórico Mestre de Armas António Martins.

Durante toda a minha infância o florete dele, arrumado atrás de um sofá no escritório da sua residência (quando não estava estrategicamente colocado sobre um armário, a uma altura que me era inacessível, para eu não me magoar), alimentou a minha imaginação infantil.

O mesmo levou-me, um dia, a ter franqueado as portas de uma Sala de Armas. Passados tantos anos, depois de ter trilhado um longo percurso de atirador e de Mestre de Esgrima, o único ferro que ainda conservo na minha posse é, precisamente, o velho florete do meu Tio-Avô.

Pode-se, também, constatar no seu registo no livro de Matrícula da Loja Liberdade, que o seu proponente foi José Alves Leitão, cujo nome na Petição de Iniciação vem assinalado com a nota: *Grau 33 e Obr da Loja Liberdade*.

Trata-se, pois, de uma situação de candidatura nada vulgar, de um Pai que propôs para ser Iniciado na sua Loja o seu filho, que ainda por cima ainda não tinha atingido a idade regulamentar mínima para ser recebido (21 anos), o que talvez tenha justificado que tivessem sido acrescentados, no documento em causa, os *pergaminhos maçónicos* do Padrinho, para dar força à candidatura junto do Conselho da Ordem.

Mas, apesar da pouca idade do neófito, o Irmão *José Fontana* assegurou um bom recrutamento para a sua Oficina. O jovem Américo veio a ser um Obreiro muito

empenhado, o que lhe valeu uma progressão excepcionalmente rápida nos Altos Graus do REAA, sendo já decorado com o 20º Grau apenas seis anos depois de ter sido recebido na Loja.

A razão deste percurso tão rápido encontra-se plasmada numa proposta, de 1935, na qual é referido: «*O Areópago Liberdade, atendendo aos relevantes serviços prestados durante a presente situação pelo Poderoso Irmão Américo Amorim Leitão, Simbólico Febo Moniz, Grau 20, desempenhando com a maior dedicação, zelo, e altruísmo, em acumulação, os cargos de Tesoureiro Adjunto, cobrador gratuito, e de Secretário Adjunto, além dos serviços que tem prestado ao Grande Oriente, encarregando-se do pagamento das pensões das Viúvas, Órfãos, e outros seus protegidos, votou-lhe a passagem ao Grau 25.*»

Claro que à excepcionalidade deste percurso não é alheia a excepcionalidade dos tempos que se atravessavam, e que foram dramáticos para a Maçonaria Portuguesa. Entre 1926 e 1933, quando se consolidou o Estado Novo, os sucessivos movimentos revolucionários republicanos, que ficaram conhecidos como Reviralhistas, em especial os



Proposta de Iniciação Américo Leitão - Arquivo Grémio Lusitano

levantamentos militares de 1931, ocorridos sobretudo na Madeira, Açores, e no Continente, levaram a que o Regime tenha promovido fortes ações repressivas, de prisão e de deportação, que abrangeram numerosos Maçons.

Apesar de a Loja Liberdade ter tido um número significativo de membros envolvidos nestas situações, os anos 30 constituíram ainda um período notável na vida da Oficina, que apresentava, em 1935, um Quadro de 225 Obreiros.

A Loja Liberdade para além de contar com nomes como o de Bernardino Machado entre os seus membros honorários, integrava nas suas Colunas ainda Obreiros tais como: o seu Venerável Mestre de há muitos anos, Capitão José Bernardo Ferreira, os fotógrafos Maurice e Joseph Lazarus, o industrial Sebastião Herédia, os advogados Filipe da Silva Mendes e Armando Adão e Silva, o médico Fernando da Silva Araújo, o tenente de infantaria Joaquim Videira, o general Alfredo de Sá Cardoso, o funcionário colonial e antigo deputado pela Guiné José Ferreira Diniz, ou o estudante António Maldonado de Freitas.



José Alves Leitão

De notar que, neste Quadro de Loja, se encontram assinalados 61 Obreiros isentos do pagamento de captações, a maior parte dos quais por se encontrarem abrangidos pelas perseguições políticas em curso. Naturalmente, a aprovação da Lei Cabral e a consequente ilegalização da Maçonaria, vieram mergulhar a Loja Liberdade numa lenta decadência, que conduziu a que, em 1974, o seu Quadro apenas contasse com duas dezenas de Obreiros.

É difícil de precisar qual foi a atividade da Loja Liberdade na década de 40. No acervo documental que conservo de Américo Leitão ainda existe uma fotografia de um almoço, realizado no Lusitano Club no 1º de dezembro de 1941, no qual podemos ver um conjunto significativamente numeroso de homens sentados numa mesa em “U”.

Outra existe, datada de precisamente nove anos depois, na qual a cena se repete no mesmo espaço e no mesmo dia do mês, sendo comuns bastantes dos presentes. Tratar-se-ia de reuniões anuais da Liberdade?

Fernando Marques da Costa, num artigo relativo a Luís Rebordão publicado no primeiro número da *Revista de Maçonaria*, refere que a Loja Sympathia e União terá recommçado a reunir por volta de 1948, tendo esta iniciativa motivado idêntico esforço, por parte da Liberdade, impulsionado por Carlos de Sá Cardoso.

A Loja terá, desde 1949, tido atividade ininterrupta até ao 25 de Abril de 1974, tendo Carlos de Sá Cardoso sido o Venerável Mestre da Oficina por longos anos. De facto, e também proveniente do acervo de Américo Leitão, disponho de um Quadro de Loja da Respeitável Loja Liberdade de 1935, que foi retificado à mão nos anos 50 pelo Irmão *Febo Moniz*, atualizando os Graus dos Irmãos, e acrescentando a cada nome referências tais como *Falecido*, ou *Irrradiado*.

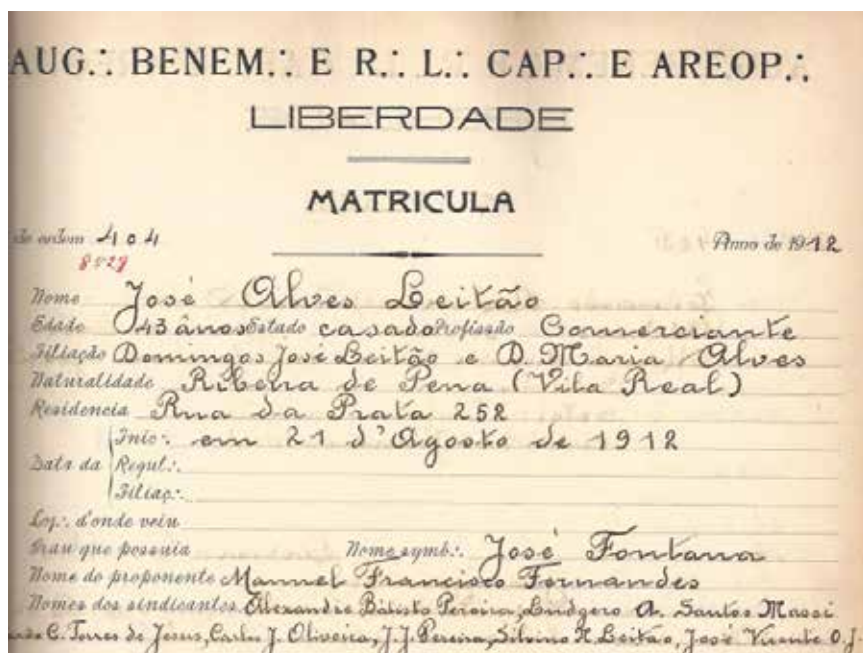
Vários nomes foram acrescentados, em forma manuscrita, ao fim da listagem de 1935, sem referências às

«A GNR e a Polícia invadiram o Palácio Maçónico, interrompendo uma Iniciação que se desenrolava na Loja Acácia, tendo conduzido para o Governo Civil, sob prisão, todos os presentes, com excepção dos que eram militares, os quais apenas foram identificados.»

datas de entrada na Loja, o que pode indicar que se tratam de membros admitidos já no tempo da clandestinidade.

Pode-se encontrar, no Arquivo do Grémio Lusitano, um documento manuscrito, que inclui o Quadro de Obreiros da Liberdade em 1974. O Colégio de Oficiais era presidido por Armando Adão e Silva, sendo Américo Leitão, então a convalescer de um primeiro acidente vascular cerebral, e já com imensas limitações físicas, o Mestre de Cerimónias, o que dá uma ideia da situação em que se encontrava a Loja, quando se deu o 25 de abril.

De qualquer das formas, é precisamente a partir do princípio da década de 50 que encontramos Américo Leitão ligado àquele que foi o Estaleiro da Maçonaria Portuguesa no qual se envolveu mais, a Escola Oficina nº 1, da qual foi Secretário até 1975/1976.



Matricula José Alves Leitão - Arquivo Grémio Lusitano

Este estabelecimento de ensino foi fundado por iniciativa de Irmãos de várias Lojas Maçónicas, tendo a Respeitável Loja José Estevão, nos tempos da Primeira República, tido grande influência na sua gestão.

No início dos anos 50, a escola não trabalhava mais com o modelo pedagógico inovador, de inspiração anarquista, introduzido por Adolfo Lima, tendo tido de se adaptar às orientações impostas pelo Ministério da Educação do Estado Novo.

À época, era uma escola primária para crianças do sexo feminino, que se debatia com enormes dificuldades financeiras derivadas da falta de capacidade económica do GOLU, e das suas Lojas, para apoiar.

Num Relatório de Atividades da Loja José Estevão de 1953, que está incluído no acervo documental desta Loja ainda existente no Arquivo do Grémio Lusitano, podemos encontrar um excerto que contextualiza esta situação: «Esta Respeitável Loja nos seus já longos anos de vida – foi instalada a 11 de fevereiro de 5230 – já teve dias de glória e de brilho; com um Quadro numeroso, com grandes dedicações, conseguiu elevar a Escola-Oficina nº 1 a instituição modelar, considerada de utilidade pública pelo Governo, olhada por pedagogos ilustres

como instituição escolar digna de ser copiada.

Os anos passam, a morte vai-nos roubando os companheiros e o ambiente social manifesta-se contrário aos altos e humanitários princípios da nossa Augusta Ordem. Perdido o livro-mestre, sem os seus valores, arquivo, bandeira e os valiosos e artísticos malhetes – tudo ficou no Palácio Maçónico – o desânimo invade o seu diminuto Quadro e a Loja cai numa grave e prejudicial apatia.

Felizmente a Respeitável Loja Liberdade já havia chamado a si as responsabilidades inerentes à direção da Escola-Oficina; bem haja pela resolução tomada, a qual permitiu que a Ordem continuasse a orientar tão útil e necessário estabelecimento.»

Terá sido a intervenção da Loja Liberdade, através de Américo Leitão, que passou a assegurar toda a Secretaria da Escola, e de António Ferreira Marques Campos, que passou a tomar conta da Tesouraria, que esta instituição sobreviveu até 1974.

Visitei-a muitas vezes, durante a minha infância, recordando com saudade a fantástica Biblioteca infantil, as récitas das alunas, a Sementeira (hino da Escola-Oficina nº 1) cantada com entusiasmo e

sempre acompanhada ao piano, o magnífico Museu de História Natural, os almoços no refeitório, o convívio, os discursos.

Enfim, todo um microcosmos que, nos anos 60, parecia ter atravessado o tempo incólume, fazendo-nos regressar ao ambiente escolar da Primeira República, no qual Américo Leitão, impecavelmente vestido com o seu fato azul dos dias de festa, distribuía pelas alunas, que se aglomeravam como moscas em torno dele, rebuçados de várias cores que tinha trazido da loja, e que lhe enchiam os bolsos do casaco.

Ele era, nitidamente, o motor que fazia tudo andar, situação aliás reconhecida no mesmo Relatório de Atividades da Loja José Estevão, no qual é justificada a sua admissão como membro honorário da Oficina: «O Venerável Irmão Febo Moniz, Grau 33, Obreiro ativo da Respeitável Loja Liberdade, é um dedicado maçom que, há já alguns anos, faz parte dos corpos dirigentes da Escola-Oficina nº 1; neles ocupa lugar de destaque e neles se tem feito notar pela perseverança, pela dedicação e pela competência.

A Respeitável Loja José Estevão está ligada à Escola-Oficina nº 1 por laços que difíceis são de quebrar ou mesmo de esquecer; a ação que o Venerável Irmão Febo Moniz tem desenvolvido naquele estabelecimento de ensino é, pois, de molde a ficar registado no nosso coração.

Independentemente do que acima fica dito, o Respeitável Irmão Febo Moniz tem sido um amigo sincero da Loja José Estevão e à mesma tem prestado alguns serviços, sempre de forma amável e em fraternais atenções.»

Tudo isto retrata bem o que testemunhei. Recordo-me muitas vezes de ter passado tardes na loja de café na Rua da Prata, na qual Américo Leitão era sempre o primeiro a chegar, para abrir as portas, e o último a sair, muitas vezes para, depois de um dia de trabalho passado ao balcão, chegar a casa para

Q U A D R O					
da					
Aug., Ben. e Resp. L. JOSÉ ESTEVÃO, nº 199					
relativo ao ano de 5286					
Obreiros activos					
Nº de matrícula	Nome simb.	Gr.	Forma de admissão	Data de admissão	Obs.
1	Rubens	33	Pundador	11-2-5230	
2	Ulisses	33	Inic.	14-5-5239	(a)
3	Bulhão Pato	30	"		
4	Justiniano	30	"		
5	Myriel	33	Passag.	1-7-5286	
6	José de Castro	18	"	1-7-5286	
7	Dr. Manuel de Arriaga	33	Pil.	1-8-5286	
8	Fernandes Cruz	32	Passag.	1-8-5286	
9	Câmara Leme	3	Reg.	26-8-5286	
= Obreiro honorário =					
Febo Moniz, gr. 33, Obr. activo da R. L. LIBERDADE nº 197, eleito em 8-11-5286					
(a) - Obr. hon. da R. L. LIBERDADE nº 197					

Quadro RL José Estevão anos 50

jantar a correr e voltar a sair, para ir à Escola-Oficina nº 1.

Ou dos longos serões que fazia, para tratar do expediente da respetiva Secretaria, nos quais, muitas vezes, fingia que me deixava ajudá-lo, dando-me umas contas para eu fazer, ou um texto para eu dactilografar.

Recordo-me, com nostalgia, do ambiente mágico da loja de café, decorada com lindíssimas mobílias chinesas. Frequentemente, parece-me que continuo a ver Américo Leitão, no canto mais discreto do balcão, a conversar com amigos, sempre homens de avançada idade, que falavam baixo, e interrompiam as conversas quando eu me aproximava.

Suponho hoje que seriam conversas que eles pretenderiam ter a coberto da indiscrição dos profanos. Numa altura em que as lojas históricas da baixa lisboeta estão a desaparecer, engolidas pela especulação, tenho muita pena de não ter ficado com

mais nenhuma relíquia deste espaço, que não seja a fotografia que ilustra este artigo, na qual Américo Leitão atende ao balcão o Irmão José Roberto de Brito (NS *Eça de Queiroz*).

Tendo em conta toda esta envolvimento no dia a dia da Escola-Oficina nº 1, não é de estranhar que as questões relacionadas com a educação fossem um dos grandes centros de interesse de Américo Leitão.

Admitido como membro efetivo do Supremo Conselho REAA em 1954, o Irmão Febo Moniz escolheu para título da sua Tese *Eduquemos*. Neste trabalho, do qual subsiste uma cópia no Arquivo do Grémio Lusitano, identificam-se alguns dos aspetos que, nesta matéria, direccionavam o seu pensamento, ainda muito influenciado pelas ideias que tinham sustentado o modelo pedagógico original da Escola-Oficina, como se pode constatar neste excerto: «... a conquista de uma Educação que parte da criança como ela é, e a conduza ao

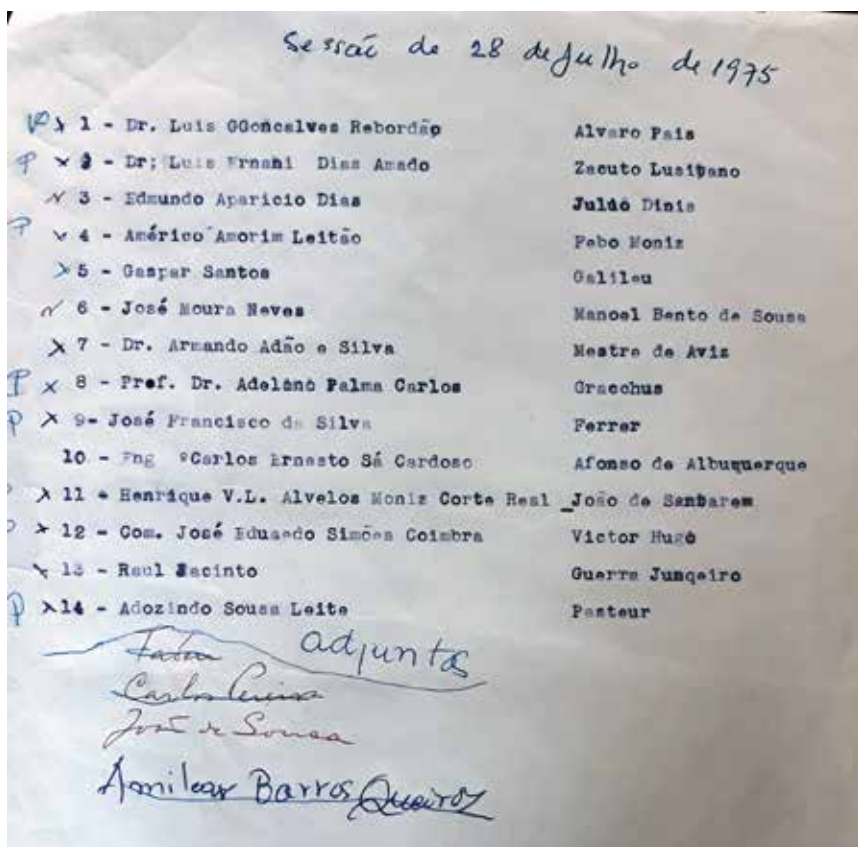
que deve ser para a Sociedade, que a encaminha para a senda dos ideais generosos, ensinando-a a resolver pela cooperação todos os problemas que se lhe deparam, cada vez com mais insistência, não pode deixar de ser um objetivo que deve reunir os esforços de todos os homens livres e assim muito se contribuindo para evitar que os homens se dividam, em vez de se unirem fraternalmente para o Trabalho, para a Paz, e para a Felicidade.»

Objetivos estes que, no entender dele, o Estado Novo não estaria a assegurar, pelo que não deixou de referir neste documento, de uma forma discreta, esta sua opinião: «Falar de Educação faz-nos surgir, imediatamente, na sua apavorante extensão, esse defeituoso sistema porque hoje é legalmente ministrada...».

Todavia, não é só o Estado quem responsabiliza pelas deficiências de educação verificadas no Portugal dos anos 50, em especial no que concerne à educação feminina. Assim, Américo Leitão não deixou de referir que: «O bom liberal, a quem se impõe a inteligente propagação das Luzes do seu espírito esquece-se, quase sempre, deploravelmente, que o primeiro campo de educação a fomentar, a esclarecer o espírito, a iluminar, deve ser o da Esposa para quem recebeu as luvas brancas de significado tão eloquente. E continua esquecendo-se da responsabilidade que assume não intervindo diretamente na educação de seus filhos, para que se faça livre de credices e superstições.»

Esta sua preocupação com a educação e com a infância não terá sido alheia ao seu envolvimento nos Corpos Sociais do Asylo (hoje Internato) de S. João. Depois de uma passagem pelo Conselho Fiscal e pela Direção entre 1935 e 1942, e pela Mesa da Assembleia Geral entre 1943 e 1945, foi precisamente neste último órgão que veio a ocupar o cargo de 1º Secretário, em 1958, só o abandonando em 1976 quando a doença o incapacitou.

Tendo sido recebido como membro efetivo do Supremo Conselho dos Grandes Inspetores Gerais do 33º e



Presenças reunião Supremo Conselho 1975 - Arquivo Grémio Lusitano

Último Grau do Rito Escocês Antigo e Aceito para Portugal e Países da sua Jurisdição, depressa Américo Leitão, antigo Secretário-adjunto da Loja Liberdade, e Secretário da Escola-Oficina, veio a assumir o Grande Secretariado desta Câmara de Rito, cargo este que exerceu cerca de 20 anos, até 1975.

Quando o meu Tio-Avô faleceu, ajudei a minha Tia-Avó Argentina Leitão a empacotar os papeis do Marido, pois *tinha de os entregar*. Tratava-se de um conjunto de folhas manuscritas, que incluíam alguns documentos dactilografados, impenetráveis ao meu *voyeurismo* profano.

Passados 40 anos, na sequência da minha nomeação para Diretor do Arquivo do Grémio Lusitano, vim a reencontrá-los numa das pastas do Supremo Conselho. O que era indecifrável tornou-se claro com a Luz da Iniciação, e os mesmos apontamentos manuscritos explicam as muitas vezes em que, na sua casa, assisti à chegada de vários amigos, que entravam à pressa, com ar

desconfiado, e que eram rapidamente encaminhados por ele para o seu escritório, sem falarem a ninguém.

Lá ficavam reunidos, à porta fechada, sendo eu desviado pela minha Tia-Avó para outra zona da casa. Vinham um após outro, saíam da mesma forma, todos sempre com um ar muito conspirativo.

Provavelmente foi nessa qualidade de Grande Secretário do Supremo Conselho, que passou a ser depositário do espólio museológico do GOLU, guardando zelosamente em sua casa muitas das peças que hoje constituem a coleção do Museu Maçónico Português, tais como: a máquina de escrever, o malhete em prata de Inácio Francisco Silveira da Mota e de José da Costa Pina, a esfera que se abre em cruz contendo todos os Símbolos Maçónicos, ou numerosas Joias dos Altos Graus do REAA.

Um dia, no princípio dos anos 70, já na minha adolescência, o meu Tio chamou-me ao seu escritório, porque *queria mostrar-me uma coisa*.

Abriu um contador fechado à chave, e retirou uma gaveta, na qual se encontravam numerosos emblemas, que configuravam verdadeiras joias. Saltou-me à vista um, composto por uma águia bicéfala, que segurava nas suas garras uma espada e, fascinado, perguntei-lhe o que era.

Ele respondeu-me que se tratavam de emblemas Maçónicos, relativos a *uma coisa que tinha existido, mas que já não existe, a Maçonaria*. Hoje, quando vejo estas peças expostas no Museu, penso sempre que ele ficaria feliz por as ver ali.

Ele, que sempre se preocupou tanto por me levar a locais de cultura, certamente ficaria orgulhoso por saber que aquilo que ele tantos anos, zelosamente, escondeu, pode hoje ser disfrutado por todos os que visitam o Palácio Maçónico.

O 25 de abril encontrou Américo Leitão já doente, a recuperar do referido AVC. No sábado seguinte à Revolução, fui com os meus Pais visitá-lo à sua casa, na Rua de Moçambique. Como era costume, subi as escadas de acesso àquele terceiro andar a correr, tal era a alegria que tinha sempre em ir a casa dele.

Fui encontrá-lo sentado num sofá do seu escritório, naquela mesma divisão onde costumava reunir com os seus amigos, e onde sobressaía um magnífico busto da República. Lá estava ele, vestido com o seu roupão de inverno, as pernas enroladas numa manta, com um ar bastante fragilizado.

Mas era enorme a sua alegria quando disse aos meus Pais, assim que eles entraram: *Finalmente livrámo-nos daqueles malandros!* O sonho tinha-se tornado realidade e, na extrema debilidade física, exultava com a esperança num futuro melhor. Quando me despedi dele, na ingenuidade dos meus 13 anos, perguntei-lhe: *E agora, o que vais fazer?* A resposta veio, com a

irreverência de sempre: *Agora vou ser Presidente da República!*

Todavia, esta felicidade não durou muito tempo. Em 1975, um segundo acidente vascular cerebral foi fulminante, privando-o da locomoção e da fala até à sua Passagem ao Oriente Eterno, em 1982. Teria, certamente, gostado de ter dado o seu contributo no renascimento do GOLU, que tanto amou.

Mas, como é dito na lindíssima letra da canção da fadista Marisa (*O melhor de mim*): *É a vida que segue e não espera pela gente*, e Américo Leitão acabou por passar ao lado dessa História, e partir, sete anos depois, com a mesma simplicidade com que tinha vivido, tendo sido sepultado como sempre tinha manifestado ser seu desejo: *na Terra, e sem Padre*.

A História da Maçonaria, na maior parte dos casos, é feita por Maçons que levaram vidas profanas vulgares, por ilustres desconhecidos a quem a morte mergulha na penumbra do esquecimento.

Quando eu, em 2011, bati à porta do Templo, a memória de Américo Amorim Leitão estava completamente obliterada. Os Irmãos da sua geração tinham desaparecido, a própria Escola-Oficina nº 1 poucos anos lhe sobreviveu, apenas o Internato de S. João conservava mais ou menos as mesmas características e ambiente da instituição que eu tinha conhecido nos anos 60, mas já com um reduzidíssimo número de educandas.

De Américo Amorim Leitão só se recordavam as colaboradoras da Grande Secretaria, D. Maria da Luz e D. Manuela, pelos rebuçados que ele lhes tinha dado na sua infância, e a D. Fátima, do Internato, que conservava uma fotografia fantástica dos meus Tios-Avós. Lá estavam eles, na primeira fila de uma Assembleia Geral da instituição, sentados ao lado do Grão Mestre Luís Rebordão.

Américo Leitão foi um homem humilde, um autodidata que prezava

muito a amizade, e a liberdade de pensamento. Adorava crianças, talvez por nunca ter tido filhos e, na realidade, todos nós acabámos por ser um pouco filhos dele, tanto as alunas da Escola-Oficina nº1, como as educandas do Internato e, finalmente, os sobrinhos-netos. Sobretudo eu, que por ter sido ainda bastante tempo sobrinho-neto único, fui o que tive a sorte de ter usufruído mais da sua companhia e, atrevo-me até a dizer, da sua transmissão.

Foi um Maçon apaixonado, que vivenciou o Ideal Maçónico intencionalmente, na Maçonaria que as circunstâncias lhe permitiram fazer, conservando um conceito da vivência maçónica certamente

**Em tempos
díficeis, e até
dramáticos,
não há a menor
dúvida que as
Cadeias de União
têm sempre
de ser bem
cerradas. Tanto
as da Maçonaria
como as da
Humanidade!**

interiorizado nos momentos de maior fulgor, que testemunhou na Loja Liberdade, e que se encontra bem plasmado nestes excertos de um discurso que proferiu, nos anos 50, num Ágape anual da Respeitável Loja José Estevão.

A Oficina encontrava-se, então, reduzida a menos de 10 Obreiros, mas com utópicas esperanças de relançamento, tendo organizado este almoço, no qual Américo Leitão terá disfrutado do fraterno convívio

dos seus grandes amigos Joaquim Nunes de Almeida (NS *Ulisses*), Eurico Aguiar Cruz (NS *Myriel*), e do Grão Mestre Luís Gonçalves Rebordão (NS *João de Barros*).

Disse-lhes, então, que: *«Quando se repara nas inúmeras vicissitudes do momento, tem de se notar com admiração, a regularidade com que a RL José Estevão continua realizando os seus trabalhos e cumprindo zelosamente os deveres estabelecidos nas Leis e Regulamentos.*

[...] A solidariedade, esse dever admirável, encontra a sua significativa expressão na constituição do Fundo de Reserva, naturalmente de reduzidas proporções neste seu início, mas, sem dúvida, uma página brilhante do programa da Oficina.

Afervoram-se os sentimentos de fraternidade que devem unir todos os Irmãos; sente-se, com alegria, a existência de um fluxo de afetos tornando mais fortes os nós da cadeia de união que tem de ser cerrada...»

Em tempos difíceis, e até dramáticos, não há a menor dúvida que as Cadeias de União têm sempre de ser bem cerradas. Tanto as da Maçonaria como as da Humanidade!📍

A Canção como arma de agitação social em Portugal

Os grandes movimentos sociais da Europa do séc. XIX são sempre acompanhados pelo que chamamos, hoje, de uma banda sonora de filme. Com o despontar do romantismo os povos começam a tomar uma nova consciência da noção de Pátria através, entre outras, da massificação do teatro de ópera nas grandes cidades europeias.

A música, que era prática quase exclusiva da igreja e da nobreza, torna-se popular e os povos tomam-lhe o gosto. Os grandes compositores incluem nas suas obras árias inspiradas na música popular e de acesso fácil ao ouvido. O levantamento revolucionário dos italianos contra os austríacos, e incendiado pelas árias triunfais de Verdi, cantadas com exaltação pelas ruas. Nas barricadas da comuna de Paris compõe-se um cancionário de incitação à luta pelas ideias da revolução.

Em Portugal as ideias da revolução fermentaram e desenvolveram-se com as três invasões francesas que Napoleão Bonaparte ordenou, e que tiveram como resultado o fim do absolutismo e diminuíram fortemente a influência da igreja, designadamente através a extinção das ordens religiosas, em 1834.

Entre muitos levantamentos populares, que aconteceram em toda a Europa, desenvolveu-se em Portugal, no ano de 1846, uma revolta de mulheres que marca o início muito

nítido da utilização da canção como arma de agitação social.

Em Lisboa, um jovem estudante revolucionário de seu nome Paulo Midosi escreve a letra do Hino “Maria da Fonte”, sendo compositor da música o maestro italiano Angelo Frondoni. Este hino triunfal e romântico foi cantado pela primeira vez na casa do Marquês de Nisa, por uma dama do teatro lírico.

O texto escrito pelo estudante é de linguagem sofisticada, mas depressa foi acrescentado com quadras populares que circularam pelo povo que as cantava incitando à revolta contra o governo dos Cabrais e pela santa liberdade:

*Viva a Maria da Fonte
Com as pistolas na mão
Para matar os Cabrais
Que são falsos à nação;*

*É avante, portugueses
É avante, não temer
Pela santa liberdade
Triunfar ou perecer!*

O séc. XIX português foi um suceder de agitação social de revoluções e contra-revoluções, muitas vezes sanguinárias, sempre acompanhadas pela música, de composição rural ou erudita, que de forma continuada fizeram parte dos movimentos republicanos e anarco-sindicalistas já na transição para o Sec. XX. E trocam entre si as músicas das suas origens criando outras mais ricas e mais cosmopolitas e que começam a fazer parte das rotas e dos costumes de viajar cada vez mais longe.

O Fado tem uma história muito interessante e um começo muito difuso, mas sem dúvida que é de torna viagem e cresce com o movimento social e revolucionário em Portugal que vai resultar na implantação da república em 5 de outubro de 1910.

Enquanto que nos salões dos palácios e nos teatros de ópera se ouvia com atenção a música para elites urbanas, e públicos que cada vez mais se alargavam e frequentavam as galerias mais distantes dos palcos, fermentava nas tabernas e nos locais de divertimento fácil e



vivido pela marinhagem e pela classe operária que começava a instalar-se na periferia das cidades, um fado contestatário, repentista que cada vez mais atacava a monarquia exigindo melhores condições de vida entre a ópera e a taberna.

O teatro musicado e de revista, assumia cada vez mais importância com canções que se tornaram êxitos retumbantes e que muitas vezes descambavam em manifestações espontâneas de rua ao som da Portuguesa adotada em 1910 como hino nacional.

Os costumes também se agitaram e começaram a aparecer em palco atrizes famosas travestidas de homens a cantarem fados revolucionários. Nasceu então um fado social e mesmo socialista e um fado operário, de queixumes por um lado e por outro de linguagem muito radical que refletia o estado de espírito das populações que despertavam para a revolta que veio a derrubar a monarquia:

*Anarquia é liberdade
Igualdade e Comunismo
A anarquia contradiz
Privilégio e egoísmo*

Esta é uma quadra escrita, ou talvez improvisada num convívio de operários, onde começavam a aparecer alguns que sabiam ler e escrever, pois o analfabetismo no fim do Sec. XIX rondava 80% da população.

Outra quadra do “Fado Republicano” cujo autor diz ter sido composto poucos dias após a queda da monarquia.

*Ao ribombar da metralha
E ao som da “Portuguesa”
O Povo tornou-se herói
Expulsando a realzeza*

Com a República já implantada, a música continua a ser a companheira preferida do movimento social que à falta de escolas e locais de aprendizagem, cria grêmios e recreativas de convívio, cumprindo assim partes do

programa cultural republicano cujo lema era pão e instrução.

As associações culturais populares são o apoio essencial das escolas de música que se implantam em todo o país por influência forte das ideias anarco-sindicalistas, onde além da música, se pratica o teatro, se aprende a ler e a escrever e se faz a discussão das ideias em liberdade, pois a República é burguesa e de castas, e ao primeiro ano de vida começa imediatamente a votar e aprovar leis repressivas do movimento operário.

O movimento reage saindo para a rua nas grandes urbes enquanto convive canta e improvisa fados e canções que espelham a agitação social e incitam à luta com grande eficiência na transmissão das ideias para a ação.

*Derrubou-se a Monarquia
Essa corte indecente
Foram-se uns, outros ficaram
Pois é tudo a mesma gente.*

Estava, pois, lançado o Mote para uma série de golpes e reviravoltas que caracterizam o movimento social português pós-implementação da República, desiludido e confundido, mas sempre atualizando os seus estados de alma, improvisa da canção e do teatro de revista que entra numa fase de grande ascensão, e onde se faz a crítica mordaz ao poder com textos e composições muito interessantes, e de leitura e compreensão muito fáceis.

Em 1926, e no sentido que a história da Europa prosseguia, dá-se em Portugal uma revolução de cariz autoritário que instala um regime pós-fascista, confirmado pela constituição de 1933.

Foi retomada a censura, criada por uma polícia política e de costumes, que começou de imediato a proibir manifestações, a fechar locais de convívio onde tinham sido praticados ideais revolucionários, e a vigiar e controlar os textos das canções e fados que contestavam o poder.

Desapareceu a imprensa anarco-sindicalista e socialista, e começou a instalar-se, com o apoio da igreja católica, uma cultura de subserviência e fatalismo, que mudou completamente o sentido dos textos cantados.

Os fados populares mantiveram as melodias tradicionais onde começaram a ser encaixadas letras de apoio ao regime do estado novo. Também os hinos revolucionários foram substituídos por hinos fascistas e de inspiração italiana, orientando o gosto das populações num sentido único e conservador na forma e conteúdo.

Todas as ideias despoletam movimentos opostos, que no caso português de resistência ao fascismo, ficam centrados na universidade, nas organizações operárias e camponesas e nos sindicatos. A Universidade de Coimbra manteve a sua tradição de contrapoder e começou uma rutura de transição do fado de Coimbra para uma canção mais profana e de conceito social.

O fado de Coimbra é um género musical muito interessante, sendo os seus estudantes os únicos em todo o país que o praticam. Devido a esta exclusividade e elitismo, o fado de Coimbra atinge níveis de qualidade muito elevados em termos de composição vocal e acústica, de cantores e músicos e, tal como no fado de Lisboa, utiliza a guitarra portuguesa e a guitarra clássica (guitarra espanhola) para acompanhar ou para tocar a solo.

E se os temas que motivavam estas canções eram o amor e a saudade, nas décadas de 40-50 do século XX, os compositores começam a introduzir influências da música popular das populações rurais, iniciando uma nova abertura - ou mesmo uma rutura - com a tradicional serenata centenária.

O movimento estudantil torna-se político e mais radical (embora de forma um pouco clandestina), e organiza greves, reuniões e

manifestações de rua, nas quais a canção tem um papel crucial e é, na maioria das vezes, o motivo essencial da mobilização social.

Na década de 60, a Universidade de Lisboa é abalada pelas agitações sociais de tal forma que a ditadura do Estado Novo teme uma revolução e endurece a repressão. Assim, todos os estudantes que se opunham ao regime foram enviados para combater nas três zonas de guerra em África (a guerra colonial em Angola, Moçambique e Guiné).

«A Universidade de Coimbra manteve a sua tradição de contrapoder e começou uma rutura de transição do fado de Coimbra para uma canção mais profana e de conceito social.»

À medida que o movimento universitário se radicaliza, a canção de protesto também se desenvolve, acompanhando de perto todas as agitações e ações de propaganda que o país atravessa. Dezenas de compositores, letristas e poetas surgem e tornam-se o principal elemento de mobilização do povo em protesto contra a ditadura.

Estas circunstâncias e este grupo de autores, compositores, cantores e músicos definem a qualidade da canção do movimento de intervenção (que se torna melhor a cada dia) contra a música oficial do regime que é amplamente difundida

pela rádio e televisão oficiais do regime.

No entanto, há uma música muito peculiar, com expressão popular rural de uma grande qualidade em termos de letras que ainda está muito viva no sul de Portugal: o género Moda Alentejana. Ao contrário dos universitários cultos e urbanos, os compositores deste género são anónimos e, na maioria das vezes, analfabetos.

Este género cancionero acompanhou de alma e coração o movimento social do início do século XX. Há registos de modas verdadeiramente revolucionárias e contestatórias ao regime ditatorial, que permanecem presentes e bem vivas ainda hoje.

Era de tal forma incómodo para os poderes vigentes, que na maioria das vezes era proibido cantar à alentejana, ou mesmo permitir que os cantadores se juntassem para iniciar a atividade, uma vez que este género é cantado «à cappella», junta as vozes de mulheres e homens em uníssono, causando um impacto tal que traz na melodia e no texto a convicção profunda das ideias de quem canta.

José Afonso, um homem atento que fez o seu percurso académico na Universidade de Coimbra, teve em conta o paradigma da canção de intervenção e incluiu nas suas composições elementos de melodias e textos das modas alentejanas com uma intervenção desafiadora tão clara e uma letra tão eficaz, que resultaram em verdadeiras e inspiradas obras de arte:

***Chamava-se Catarina
O Alentejo a viu nascer
Ceifeiras viram-na em vida
Baleizão a viu morrer***

As forças do regime proibiam que esta canção passasse na rádio ou na televisão e, se nos atrevessemos a cantá-la em público, arriscávamo-nos a ser presos. De facto, no início dos anos 70, participei com José Afonso e outros cantores numa cerimónia comemorativa da



revolução dos marinheiros,, na
Marinha Grande.

O teatro estava repleto de espectadores, mas foi cercado pela Guarda Nacional Republicana, armada de espingardas e baionetas. O comandante aproximou-se do organizador do evento e proibiu os cantores de cantarem (eu escondi-me atrás de um piano, com medo do que pudesse acontecer). Mas depois, o público começou a cantar as canções que íamos cantar. O comandante ficou sem saber o que fazer.

Numa das últimas reuniões antes da revolta, os conspiradores militares decidiram que quando uma canção composta por José Afonso e inspirada nas modas alentejanas passasse na Rádio Clube Português, seria o sinal para as tropas iniciarem o movimento.

Este é o facto mais relevante da importância e homenagem que o grupo insurreto prestou à canção de intervenção como elemento crucial da agitação e da alta política. Uma canção e cravos vermelhos tornaram-se o símbolo da mudança mais profunda e radical do último quartel do século XX português, durante a progressiva recuperação da liberdade e das ruas para os seus legítimos donos.

A este percurso seguiu-se um movimento de tão forte dinâmica de cultura popular centrada na música e na canção como nunca se vira na história do povo português. Tive a sorte de ter participado nesse movimento com toda a alegria e



força que me animaram nesse dia. Tive a sorte de ter feito parte desta banda sonora que sempre mostrou a sua disponibilidade para todas as reivindicações desencadeadas com a imaginação e o humor que só uma sociedade livre pode ter.

E hoje, em pleno século XXI, como resposta aos constantes e ferozes ataques à débil fortaleza da Liberdade, continuamos a resistir-lhes, graças à nossa arma mais leal e que nunca largaremos: a canção de intervenção.

Com moldes mais subtis e desenvolvidos, que os meios técnicos podem proporcionar e uma divulgação muito eficaz, mesmo que as *majors* (que mal nos toleravam) bem como os media alinhados com os grupos financeiros se unam, esta música perfura e resiste.

Termino com uma estrofe da canção que serviu de sinal para o início da Revolução de 25 de abril em Portugal:

*Grândola, vila morena
Terra da fraternidade
O povo é quem mais ordena
Dentro de ti, ó cidade !*

25 de Abril de 1974

50 Anos depois

Cinquenta anos passados da Revolução dos Cravos, fala-vos alguém que só viveu os últimos trinta e seis. Alguém que já não viveu a falta de liberdade no corpo, alguém que já não sentiu que as paredes tinham ouvidos.

Num Portugal maioritariamente analfabeto, pobre e em guerra, um grupo de quadros intermédios das Forças Armadas decidiu pôr um ponto final a um regime que não servia. Fartos de treze anos de uma guerra colonial que não era sua, decidem, clandestinamente, derrubar o Governo e entregar o poder ao povo. Comprometiam-se a que houvesse eleições livres para uma Assembleia Constituinte no prazo de um ano, cujo objectivo seria discutir e aprovar uma Constituição. Na noite de 24 de Abril, Otelio Saraiva de Carvalho instala, secretamente, um posto de comando no Quartel da Pontinha. Pelas 22h55, e com transmissão dos Emissores Associados de Lisboa, é disparada por João Paulo Diniz «E Depois do Adeus», a senha escolhida pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) para dar início ao golpe. Mais tarde, pelas 00h20, toca na Rádio Renascença, pela mão do jornalista e poeta moçambicano Leite de Vasconcelos, «Grândola, Vila Morena», até então proibida pelo Governo.

Começa assim um dos dias mais importantes e belos do nosso país. Em direcção ao Terreiro do Paço, Salgueiro Maia e suas tropas gritam «Liberdade».

Mesmo não os tendo testemunhado, estes acontecimentos que me foram passados pelos meus pais e familiares arrepiam-me.

Eu já nasci no tempo em que «A minha mulher não é minha./ É da cabeça dela», como diz Manel Cruz. E que bom que isso é.

Deu luta. Custou a muitos e a muitas. Nada do que conseguimos e temos hoje nos foi dado de mão beijada. Foi exigido.

Daí achar sempre alguma graça quando vejo pessoas, já com grande parte dos seus direitos reconhecidos, pedirem mais ponderação a grupos que ainda estão longe de o conseguir. Demonstra uma facilidade em esquecer que os próprios direitos foram conseguidos quando uns quantos decidiram, e bem, não serem tão moderados assim.

Actualmente, as preocupações serão outras, não muito diferentes mas, ainda assim, outras. Um jovem, hoje em dia, teme pelo seu futuro, pelo menos se quiser trabalhar, morar, constituir família e viver em Portugal. Trata-se de um Portugal que soube formar, mas onde a criação de postos de trabalho qualificados e os salários não conseguiram acompanhar essa formação.

Muitos dirão: “ah, mas dantes vivia-se muito pior”. Sem dúvida, mas é normal que, conforme o nível de vida vá melhorando, também as pessoas se tornem mais exigentes, ambicionem mais. Esse sonho, nos tempos em que vivemos, parece esmorecer.

O desespero criado por estas dificuldades e a falta de luz ao fundo do túnel - juntamente com o avançar dos anos e estando o 25 de Abril e tudo o que o antecedeu cada vez mais distante da memória das novas gerações - levam a que se ceda a populismos e a soluções fáceis para problemas estruturais e complexos.

Para muitos jovens - não todos, felizmente - o 25 de Abril começa a não ser uma referência. A Democracia começa a não ser basilar. Os políticos começam a parecer todos iguais e pouco credíveis. O jornalismo e os meios de comunicação tradicionais parecem ser controlados por um “eles”, sejam “eles” quem forem. Tudo é uma teoria da conspiração, fazendo igualmente credíveis um jornalista com carteira profissional e um qualquer anónimo nas redes sociais. Tudo vira um espectáculo mercantilizado e o eleitorado passa a ser uma claqué de futebol. Por mais que o videoárbitro mostre que não foi penálti, ninguém acredita, tal é o fanatismo e a polarização.

Se nada for feito, podemos correr o risco de, daqui a 20/30 anos, não se celebrar mais o 25 de Abril.

Após cinquenta anos, temos na Assembleia da República gritos, mentiras e insultos com o objectivo de destabilizar e enfraquecer as instituições. Discursos que legitimam na sociedade portuguesa ideias xenófobas, racistas, misóginas e homofóbicas. Pensamentos que sempre existiram mas que, ao menos por uns tempos, as pessoas tinham o mínimo de vergonha em expressá-los publicamente e, agora, com este fenómeno populista voltaram a ser "aceitáveis".

Custa aperceber-me de que muita da sua adesão seja de jovens. Sim, jovens que, diria, já deviam ter outra mentalidade que não a do tio reaccionário que diz uns disparates no jantar de Natal. Pelos vistos, afirmam nas redes sociais: "namorada minha não sai à noite sem mim"; "mulher minha é para cuidar dos meus filhos e da casa"; "o meu papel enquanto homem é sustentar e proteger a minha mulher"; "Portugal está perdido, deixam cá entrar toda gente"; "se não fizermos nada a nossa segurança está em perigo". Não sei para onde caminhamos.

Começamos a viver e a alimentar-nos de sensações e não de factos. Por exemplo, sentimos uma crescente insegurança com a imigração quando tudo indica exactamente o contrário. Os dados do Observatório de Migração dizem-nos que, de acordo com o SEF, Portugal tinha, em 2022, 782 mil imigrantes, perto de 8% da população. Pois, o Relatório Anual de Segurança Interna (IASI) de 2022 mostra-nos que, comparando a evolução da criminalidade entre 2019 e 2022, esta desceu 7,9%.

A sensação e o medo instalam-se através de políticos populistas; canais de televisão sensacionalistas que difundem crimes hediondos o dia todo; e redes sociais que, através de um algoritmo ciente que somos muito mais movidos pelo ódio e pelo medo do que pela concórdia e verdade, só nos faz chegar vídeos de

assassínios, rixas, atentados, actos de terrorismo e violência, etc.. A verdade é que o mundo já teve muito mais violência e terrorismo do que tem hoje, só que agora cada acontecimento aparece-nos em menos de 5 minutos no telemóvel, fazendo-nos acreditar que o mundo está para acabar de tão mal que, supostamente, está. Ficamos reféns do imediatismo e da desinformação.

Posto isto, muitos jovens começam a enveredar por um nacionalismo exacerbado e bacoco. Uma devoção cega pelos "nossos costumes" e símbolos nacionais. Esta devoção raramente se traduz numa real admiração e preservação da cultura portuguesa.

«Num mundo globalizado, mesmo que nem tudo sejam rosas, a mistura faz de nós mais portugueses e não menos. E a palavra é essa mesmo, mistura. É uma soma, não uma subtração»

"Viva a nossa cultura", mas querer mais do que 1% de orçamento de Estado é ser subsidiodependente. Normalmente, esse amor à Pátria nunca nos dá para amar livros, filmes, pinturas, esculturas, bailado.

O logótipo é intocável, mas não assistimos a teatro português.

No hino não se toca, mas não ouvimos música portuguesa.

Hasteamos orgulhosamente a bandeira, mas não vemos cinema nacional.

"Portugal aos portugueses", mas com Netflix, iPhone e sushi.

Num mundo globalizado, mesmo que nem tudo sejam rosas, a mistura faz de nós mais portugueses e não menos. E a palavra é essa mesmo, mistura. É uma soma, não uma subtração. Somos mais ricos. Partilhamos mais. Recebemos mais. Aproximamo-nos mais. Com a diversidade percebemos que até nos costumes e hábitos não somos assim tão diferentes. Damos-lhes outros nomes e outra estética mas, no essencial, somos iguais.

É muito perigoso vivermos de sensações e de estados de espírito em vez de dados concretos e de factos. O populismo alimenta-se justamente disso. Das nossas sensações, medos e ódios.

E para ajudar a sustentar e cimentar tudo isso é sempre preciso arranjar bodes expiatórios. Culpados. Sempre foi assim. Há um "buffet" interminável de minorias para responsabilizar pelas nossas frustrações. Negros, ciganos, judeus, brasileiros, muçulmanos serão só alguns que podemos enumerar. E ao longo dos tempos a maçonaria também não foi excepção. Desde os tempos da Inquisição ao, mais recente, período do Estado Novo.

Chegada a ditadura militar de 1926, a 16 de Abril do respectivo ano, a maçonaria portuguesa, Grande Oriente Lusitano Unido à época, viu o seu palácio maçónico cercado por forças policiais e militares. Algumas dezenas de pedreiros livres foram, então, levadas para o Forte de Monsanto. Passando tempos conturbados, a 18 de Maio de 1931, as suas instalações viriam mesmo a ser usurpadas após buscas no interior.

A 21 de Maio de 1935 é decretada a lei n.º 1901 que iria proibir qualquer interacção ou pertença a sociedades secretas, sob pena de prisão, multa ou exílio para as ilhas ou para as, então, colónias ultramarinas.

**Tempos houve
em que não
pudemos ser
o que somos.
Tempos houve
em que o Sol não
pôde nascer a
Oriente.**

Até o nome da rua “Grémio Lusitano” foi reduzido ao seu nome original, “Travessa do Guarda-Mór”, com o intuito de apagar da memória dos portugueses tudo o que à maçonaria dissesse respeito.

As instalações do Grémio Lusitano ficaram na posse da Legião Portuguesa e os poucos maçons que resistiram tiveram de operar na clandestinidade.

Tudo indica que durante os 37 anos em que a maçonaria viveu na clandestinidade, apenas se mantiveram activas duas lojas. A Respeitável Loja Simpatia e União, n.º 4, com 30 obreiros, e a Respeitável Loja Liberdade, com outros 18 irmãos.

Agora vivemos em Democracia e muitos são os que perguntam, “tudo bem, a maçonaria sempre foi perseguida em regimes autoritários, mas faz algum sentido haver sociedades secretas agora que vivemos em Democracia?” Pois bem, primeiro não é rigoroso dizer que a maçonaria é uma sociedade secreta. Será, quando muito, uma sociedade com segredos. Segredos esses que o são pelo simples facto de a maçonaria ser uma ordem iniciática. Ou seja, uma ordem exclusivamente para membros que tenham sido iniciados. Segundo, é justamente num regime de liberdade e de democracia que os cidadãos têm todo o direito a ter segredos. Não para praticar quaisquer actos ilícitos, como muita gente



D.R.

apregoa, mas para justamente viverem na plenitude a sua liberdade que também consiste em terem a privacidade assegurada.

E terceiro e talvez um pouco alarmista, a Democracia e a Liberdade não são direitos que devamos tomar por garantidos. Todos os dias são ameaçados e postos à prova. Ninguém nos garante que tempos ditatoriais ou pelo menos mais autoritários não possam voltar. Nunca serão exactamente iguais e virão silenciosamente camuflados pelos tais medos e inseguranças específicos de cada tempo, mas já sabemos que serão sempre os mesmos a serem privados das suas liberdades e, sim, a maçonaria sempre esteve sobe ameaça nesses casos.

Tempos houve em que não pudemos ser o que somos. Tempos houve em que o Sol não pôde nascer a Oriente. Lembremo-nos que, tal como as relações humanas ou até a acácia mais robusta, também a Liberdade precisa de ser regada todos os dias. Com a água do sonho e o cravo da utopia. Para que mesmo nas trevas e na noite mais escura, haja sempre um rasgo de luz. **🕒**

O arquivo da Maçonaria foi salvo por uma porta secreta

Quando o palácio do Grande Oriente Lusitano foi confiscado na ditadura, os maçons conseguiram salvar o arquivo. Uma boa parte regressou a “casa” depois do 25 de Abril, mas outra parte terá sido queimada ou perdida, até porque o arquivo da maçonaria portuguesa estava disperso pelas várias lojas.

Na sede maçónica - que o Estado Novo converteria em sede da Legião Portuguesa - havia uma tipografia, a Minerva Peninsular, propriedade do Grémio Lusitano. Essa tipografia tinha uma porta secreta que dava acesso ao palácio: foi por essa porta secreta que os maçons se introduziram e conseguiram retirar e salvar os arquivos e os “livros de cadastro” quando o palácio do Grande Oriente Lusitano é ocupado.

É por isso que ainda existe hoje um grande arquivo maçónico na Escola Oficina da Graça. Na altura em que os maçons passaram à clandestinidade, o arquivo foi repartido por vários irmãos. Só depois do 25 de Abril é outra vez reunido. Aliás, parte dele.

Tanto António Ventura, o historiador que é responsável pelos arquivos da maçonaria, com vasta obra publicada, como o diretor (ao tempo) do museu maçónico, Fernando Sacramento, admitem que nem todo o arquivo regressou ao Grande Oriente Lusitano.

Por razões simples, como o facto de alguns dos guardadores do arquivo durante a ditadura terem morrido, e não terem dado indicação aos descendentes. Contudo, os livros de

cadastro apareceram todos e também livros de registo e muita correspondência entre as várias lojas maçónicas e o Grande Oriente Lusitano.

Mas os arquivos da maçonaria estavam por natureza dispersos, porque cada loja tinha o seu arquivo próprio - e sabe-se que muitas famílias temendo consequências queimaram os arquivos que tinham em seu poder durante a clandestinidade.

Mas apareceram arquivos completos da Loja Madrugada, da Loja Obreiros do Trabalho e da Loja Magalhães Lima, por exemplo. Parte deste espólio está na Biblioteca Nacional.

Há uns anos, o Grande Oriente Lusitano comprou 500 processos individuais de maçons que apareceram à venda num leiloeiro. Mas desconhece-se quantos processos foram queimados por razões de segurança.

Mas apesar da atividade maçónica ter diminuído drasticamente durante a ditadura havia figuras do regime que eram maçons destacados: Byssaia-Barreto, o inventor do Portugal dos Pequeninos - e da

“Casa dos Pobres de Coimbra”, entre outras atividades - era maçom.

O prémio Nobel Egas Moniz, que tinha tido grande atividade política durante a República da qual depois se arrependeu, tornando-se depois amigo de Óscar Carmona e respeitador de Salazar, também era maçom.

Mendes Cabeçadas, o homem que bombardeou o palácio do rei no dia 4 de outubro de 1910 mas depois organiza a revolução do 28 de maio de 1926 em Lisboa, não é maçom quando lidera a revolta a bordo do cruzador mas será iniciado em 1911. “A maioria dos oficiais da Marinha que participaram no 5 de outubro não eram maçons”, diz António Ventura.

MAÇONARIA E PODER

A maçonaria não era republicana nem monárquica, sustenta o historiador. Enquanto organização, a maçonaria não está na origem da revolução do 5 de outubro, embora muitos maçons estejam. Mais do que a maçonaria, a carbonária esteve na origem da revolução.

O almirante Cândido dos Reis, o chefe militar do 5 de outubro, que se suicida quando pensa que a revolução foi derrotada, apenas é iniciado na maçonaria escassos 10



meses antes da República. Também o outro chefe-mártir da revolução republicana, o psiquiatra Miguel Bombarda, que é assassinado por um doente nas vésperas do 5 de outubro, é iniciado em 1879, irradiado em 1881 e só reintegrado em agosto de 1909.

**«Na sede
maçónica - que
o Estado Novo
converteria em
sede da Legião
Portuguesa
- havia uma
tipografia, a
Minerva
Peninsular,
propriedade
do Grémio
Lusitano.»**

“Nenhum deles tinha qualquer influência na maçonaria, eram de iniciação recente”, garante. No entanto, o historiador afirma que “a partir do momento em que a República

é fundada há uma republicanização da maçonaria”.

Para sustentar que antes de 1910, a maçonaria era “equidistante” entre monarquia e República, António Ventura invoca o facto da revolta republicana do 31 de janeiro, no Porto, ter sido condenada pela maçonaria. Mas a loja Montanha era unanimemente republicana.

“O Grande Oriente Lusitano assume os ideais republicanos a partir do momento em que a República é proclamada. Muitos maçons acharam que a mudança de regime era um imperativo nacional e não partidário, e isso é corroborado por monárquicos que participam ativamente na proclamação da República”, diz António Ventura.

Assim, “a partir de 1910 serão escassos os monárquicos na maçonaria”. Mas as guerras intestinas dentro dos partidos republicanos terão uma “implicação negativa na maçonaria: os principais líderes dos partidos republicanos eram maçons, atacavam-se permanentemente nos jornais e no parlamento”.

António Ventura terminou um livro sobre todos os chefes de governo que pertenceram à maçonaria. Do pós-25 de Abril, apenas Adelino da Palma Carlos, o primeiro-ministro do primeiro Governo Provisório e Mário Soares, que foi iniciado em França, mas nunca passou do grau de “companheiro”, já que deixou de ter qualquer atividade maçónica. Mas

Adelino da Palma Carlos tinha já ascendido a um dos graus mais altos da maçonaria: era Grande Comendador do grau 33.

Se em democracia apenas se contam dois maçons Chefes de Governo, na monarquia constitucional e na República, há uma enorme quantidade: Costa Cabral, Duque d’Ávila, Fontes Pereira de Melo, Rodrigues Sampaio, Afonso Costa, Anselmo José Braamcamp, António Granjo, João Chagas e José Dias Ferreira, bisavô de Manuela Ferreira Leite, que chegou a ser grão-mestre uma obediência maçónica, a Grande Loja de Maçons Antigos, Livres e Aceites de Portugal.

Também José Luciano (chefe de governo durante a monarquia constitucional), Mendes Cabeçadas e Sidónio Pais eram maçons. Regressando à democracia, Nuno Rodrigues dos Santos que foi líder do PSD em 1982 (numa troika), era detentor nessa altura do grau 32 da maçonaria. Tinha sido militante na clandestinidade da Loja Liberdade.

António Ventura diz que existem hoje maçons do PS, do PSD, do CDS e do Bloco de Esquerda. “Do PCP há um ou outro à revelia das diretrizes do partido”. Lembra que o primeiro secretário-geral do PCP, José Carlos Rates, que depois abandonará o partido, era maçom.

Houve três presidentes da República maçons: António José de Almeida, Bernardino Machado e Sidónio Pais. Presidentes da Assembleia da República maçons foram Vasco da Gama Fernandes e Teófilo Carvalho dos Santos. Henrique de Barros também tinha sido iniciado antes do 25 de Abril, mas não retomou atividade. ❶

**Ana Sá Lopes, é atualmente
Redatora-Principal do
jornal PÚBLICO**

LUAR - Uma organização de resistência armada

A GÉNESE HISTÓRICA

Os acontecimentos verificados no ano de 1961 contra o véu de intolerância que encobria um regime de ditadura incapaz de compreender o mundo que o cerca, colocaram a nu o estendal de angústias, de incontidas revoltas, de férrea censura e repressão em que um Povo estava mergulhado.

Acirrar contra os descontentes uma odiosa polícia política, que exercia o poder de juízes, que torturava, que prendia sem culpa formada, que decidia medidas de segurança indefinidamente prorrogáveis, constituía uma tara congénita de um governo, que insistia em sobreviver isolado do mundo e, sobretudo, da Europa.

Não entender a evolução histórica, insistindo na colonização de povos que despertaram para a sua autode-terminação e independência, envolvendo o país numa guerra com várias frentes, é não ter em consideração as experiências de outras potências colonizadoras e o que sobre esta matéria as organizações internacionais à altura aconselhavam.

Não escutou ainda os dirigentes dos movimentos de libertação, que na conferência de Londres, em dezembro de 1960, lhe fizeram um apelo a negociações para evitar a guerra.

Enfim, estamos perante um regime caduco, com um governo constituído por governantes com cultura medieval, daí que os acontecimentos

desencadeados em 1961 fossem previsíveis, e fizessem cair o manto preto tenebroso duma política totalitária, supra e arbitrariamente policiada, e que pôde ser observada, lida e analisada, nacional e internacionalmente.

Considerado ano *horribilis* pelo regime, em 1961, verificou-se a “Tomada do Pacote Santa Maria”, em janeiro, o “Desvio do Avião”, em novembro, a “Invasão de Goa, Damão e Diu”, pela União Indiana, em dezembro, e o “Assalto ao Quartel de Beja”, na noite de 31 de dezembro de 1961 para 1 de janeiro de 1962.

Foram os acontecimentos com maior visibilidade e constituíram acções que possibilitaram que o mundo tivesse conhecimento da realidade política portuguesa, até porque despertaram a consciência dos portugueses face às características autoritárias do regime e ao hermetismo a que votou o País.

Nas colónias, Salazar teve de enfrentar a revolta dos trabalhadores da firma de algodão Cotonang com fuzilamentos e bombardeamentos aéreos. Passado um mês do massacre dos trabalhadores da empresa algodoeira no Cassange, o MPLA assaltou a casa de reclusão militar em Luanda, o quartel da PSP e a delegação da Emissora Nacional.

O governo respondeu com mais um massacre de habitantes dos musseques. Em março, a UPA iniciou uma frente de guerra no norte de Angola, desencadeando uma chacina de colonos e de trabalhadores. Famílias inteiras pagaram com a vida, tendo

«A invasão de Goa, Damão e Diu nos dias 18 e 19 de dezembro de 1961, pôs claramente a nu a incapacidade diplomática de o governo português resolver a questão colonial, assumindo a decisão irracional e suicida de ordenar que as tropas portuguesas resistissem até à morte em defesa da colónia.»

sido vítimas inocentes do obscurantismo lorpa e irracional dum regime teimoso, cego e autoritário.

Nesse mesmo mês a ONU discutiu a questão da autodeterminação dos povos das colónias portuguesas, mas os representantes do governo português abandonaram, em protesto, a conferência. Em abril, a palavra de ordem de Salazar era avançar com soldados para Angola, “*rapidamente e em força*”.



Mas não seria apenas em Angola que a guerra teria o seu início. Na Guiné o massacre de cerca de 50 trabalhadores no porto de Pidjiquiti, levou o PAIGC a iniciar a luta de guerrilha em 1962, e em Moçambique a FRELIMO, criada nesse mesmo ano, conduziu uma greve dos pescadores e paralisou os principais portos moçambicanos, em 1963, prenúncio da luta armada iniciada em setembro de 1964.

A partir desta data, Portugal enfrentou três frentes de guerra, originando a sangria da nossa juventude e o luto das famílias portuguesas e dos povos das colónias portuguesas em África, a que apenas o 25 de Abril de 1974 criou condições para pôr fim, e que deixou mazelas que ainda hoje são manifestamente visíveis, nomeadamente, no que concerne à reconciliação entre povos.

Cada acontecimento teve o seu destaque com maior ou menor dimensão, mas todos no seu conjunto apontavam para o fim da ditadura e do colonialismo. Aliás, a invasão de Goa, Damão e Diu nos dias 18 e 19 de dezembro de 1961,

pôs claramente a nu a incapacidade diplomática de o governo português resolver a questão colonial, assumindo a decisão irracional e suicida de ordenar que as tropas portuguesas no oriente resistissem até à morte em defesa da colónia.

Não fora o bom senso do General Vassalo e Silva, em assinar a rendição, e os 3 000 militares sob o seu comando seriam chacinados sem sentido pelas forças indianas, que rondavam os 40 000 elementos. A expulsão das Forças Armadas foi o castigo que lhe foi aplicado por esta decisão patriótica, cuja honra e dignidade o 25 de Abril de 1974 lhe restituiu, reintegrando-o no seu posto. Os militares na altura em comissão de serviço na colónia oriental, poupados pelo general ao previsível massacre e os seus familiares, ficaram-lhe eternamente gratos.

Na Metrópole, ainda o governo português não tinha gerido a perda da colónia no oriente quando se viu confrontado, na noite de 31 de dezembro, com o assalto ao quartel de Beja, levado a cabo por dois

comandos, um civil e outro militar, operação que acabou por ser abortada.

Sobre o assunto falou-me o meu saudoso irmão e amigo, já desaparecido, coronel Eugénio de Oliveira, participante ativo no Movimento e que sobre o assunto me disse: “o Movimento estava previsto para novembro de 1961 e o desvio do avião da carreira comercial de Casablanca/Lisboa, estava previsto para transportar o general Humberto Delgado e o capitão Henrique Galvão de Marrocos para o palco das operações em Portugal.”

Do comando militar de assalto ao quartel fizeram parte: os capitães do quadro permanente, Varela Gomes, Eugénio de Oliveira e Manuel Pedroso Marques; o major do quadro permanente, Francisco Pestana; os tenentes do quadro permanente, Hipólito dos Santos, Brissos de Carvalho e o tenente miliciano, Jaime Carvalho da Silva.

O capitão do quadro permanente, João da Cruz Quintino, disponível para participar, foi aconselhado pelo

Coronel Eugénio de Oliveira para o não fazer atendendo a que se tratava de um oficial chefe de uma família numerosa e podia ser vítima da ferocidade do regime caso o movimento não tivesse sucesso, como aliás aconteceu.

O Movimento previsto teve que ser adiado, pelo que, a partir de Tânger, foi decidido manter o desvio do avião, mas agora, para uma ação de propaganda que foi levado a cabo por dois comandos de resistentes. Um, constituído por quatro pessoas que partiram clandestinamente para Portugal para fazer contatos, entre as quais constava o nosso irmão, José Paulo da Silva Graça (past. GMA) e passado ao OE. A quarta pessoa era o Capitão Henrique Galvão, que ficou em Tânger, a preparar o terreno político para garantir das autoridades marroquinas o regresso do avião a Tânger. O outro Comando, que desviou o avião e entrou em Casablanca, era constituído por Maria Helena Vidal, Palma Inácio, Camilo Mortágua, Fernando Vasconcelos, e o nosso irmão, Amândio Silva, também passado ao OE. Face a estes acontecimentos, o regime agravou a repressão.

Em novembro de 1961, a PIDE abateu em Alcântara o ativista do Partido Comunista, José Dias Coelho. Em março de 1962, face à greve de protesto dos estudantes de Lisboa e Coimbra contra a repressão da polícia, o ministro da Educação suspendeu os órgãos sociais das associações de estudantes que declararam luto nas academias.

Os estudantes deram o mote e os mineiros de Aljustrel, em abril, dão-lhe sequência. O resultado foi negro e saldou-se no assassinio de dois grevistas. Reagindo ao sangue dos dois mineiros que irrigaram terras de Aljustrel, em maio, o povo saiu à rua e concentrou-se na baixa de Lisboa, em protesto, aqui tombando mais um manifestante, abatido pelas balas do regime.

No 1º de Maio de 1963, o manifestante Agostinho Fineza, foi abatido pelas forças da repressão,

juntando-se a sua morte ao assassinio de José Dias Coelho, dos dois mineiros grevistas das minas de Aljustrel e do trabalhador que sucumbiu na baixa de Lisboa.

Na verdade, estas mortes, reveladoras da crueldade das forças que suportavam a ditadura, não fizeram parar a resistência dos trabalhadores, e no ano de 1964 os pescadores do Algarve recusaram-se a ir para o mar, paralisando, no decurso de quinze dias, as lotas algarvias.

O drama do povo português, como o dos povos das ex-colónias, resultou da incapacidade do governo em ler o mundo em mudança e os novos equilíbrios na correlação de forças

«O drama do povo português, como o dos povos das ex-colónias, resultou da incapacidade do governo em ler o mundo em mudança e os novos equilíbrios na correlação de forças internacionais que se institucionalizavam.»

internacionais que se institucionalizavam. Na verdade, a utilização de terceiros para alargar as suas influências era a estratégia política das duas potências em confronto indireto. E tanto em Portugal como nas colónias, as sensibilidades politico-ideológicas no terreno da ação abraçaram as ideologias em moda no tempo.

Como resultado de cisões no PCP, foram criadas estruturas que, ideologicamente, vieram a abraçar a novidade maoísta. Falamos de grupos de extrema-esquerda, quase todos saídos das fileiras do PCP e que abraçaram uma orientação pró-chinesa, porventura entusiasmados com o sucesso da revolução liderada por Mao Zedong.

De entre elas destacamos: o CMLP - Comité Marxista-Leninista Português; o GAP - Grupo de Ação Popular; a FAP - Frente de Ação Popular. A ASP, criada na Suíça em

1964, por elementos saídos do PCP, tais como Mário Soares, Tito de Morais e Ramos da Costa, abraçou o Socialismo em Liberdade e a Social-Democracia, que se afirmavam na Europa Ocidental, e teve a adesão dos velhos Republicanos e Liberais que, como a oposição clássica do PCP, não defendiam como orientação política estratégica a resistência armada contra o regime.

Salazar respondia com mais tropas para as colónias. E, mesmo isolado internacionalmente, fazia divulgar, para consumos interno e externo, a ideia de que as decisões políticas que o seu governo tomava, visavam o combate ao comunismo em ascensão

em Portugal, nas colónias e no mundo, e ao caos que se instalaria caso este viesse a vencer.

O agravamento da repressão teve a sua faceta de crueldade máxima na forma como, em fevereiro de 1965, o general Humberto Delgado e a sua secretária Arajaryr Campos, foram emboscados, assassinados e enterados pela PIDE em Vilannueva del Fresno, Espanha.

Em maio, passados apenas três meses do assassinato do general, o governo extinguiu a SPE (Sociedade Portuguesa de Escritores) e ordenou que a PIDE e a Legião Portuguesa a ocupassem. Uma das consequências foi a vandalização do seu património, como, aliás, já tinha ocorrido na década de trinta com o encerramento e a ocupação do Grémio Lusitano pela Legião Portuguesa. Decidiu ainda, em setembro, a

ocupação da CEI - Casa de Estudantes do Império.

Que crimes terão cometido estas estruturas de representação máxima da intelectualidade e das juventudes portuguesa e das colónias? Para o regime, atuaram contra a segurança do estado. Não obstante, a SPE cometeu crime de maior dimensão ao ter decidido atribuir o prémio Camilo Castelo Branco ao escritor angolano Luandino Vieira, encarcerado no Tarrafal a cumprir uma pena de 14 anos por ligações ao MPLA.

E a CEI, foi encerrada com a acusação de ali se desenvolverem ações em prol da independência das colónias, quando, afinal de contas, se tratava de um local onde estudantes das colónias e da metrópole se encontravam para conviver, discutir e refletir sobre temas com que se confrontavam e, como não podia deixar de ser, também discutir temas ligados à guerra colonial, para a qual seriam chamados se interrompessem os estudos ou terminassem os cursos.

Enfim, quatro décadas de Estado Novo, trouxeram aos portugueses o mais baixo nível de vida de todos os povos europeus, sentença que os condenou a procurar no estrangeiro o que o governo do país lhes negava. Em 1964 abandonaram Portugal 84 000 emigrantes, número que aumentou nos anos subsequentes.

“Só para França, nos primeiros 9 meses do ano de 1965, por cada emigrante legal saíram 3 clandestinos...uma tal hemorragia, que deixou os campos...ao abandono”¹. A partir do início da década de 60, muita da juventude portuguesa e das colónias, condenada à guerra, refratava ou desertava das forças armadas, juntando-se, fora do país, aos movimentos oposicionistas radicados na Europa e nas Américas.

Não entende o governo que a guerra semeia a violência, desenvolve o nacionalismo, põe em perigo a língua, uma das heranças de comunicação mais notáveis, pela rutura previsível dos laços sentimentais, afetivos e intelectuais entre os povos das colónias e da metrópole.

No mínimo, deixa mazelas difíceis de ultrapassar, sobretudo pelo sangue desnecessário que se derrama, seja da juventude da metrópole, seja da das colónias, tanto uma como outra, ávidas da sua autodeterminação e independência, que o governo insistia em sonegar.

“Dezenas de professores, cientistas e intelectuais que por discriminação política, foram compelidos a abandonar as suas cátedras, locais de trabalho e de investigação, vivem... no exílio, cruelmente afastados da sua terra, lecionando em universidades estranhas ou trabalhando em organismos estrangeiros e internacionais de renome. Os que ficaram no país, dezenas de professores, cientistas, artistas e intelectuais... vivem sem qualquer estímulo, afastados dos seus centros naturais de trabalho e permanentemente rondados por aquela suspeição relativamente à inteligência que é outra das taras do regime”.

A crise económica, a sangria financeira provocada pela guerra colonial, o atraso, com índices assustadores de analfabetismo, falta de saneamento básico, de fornecimento de água e de comunicações, as assimetrias regionais, a repressão, o silêncio imposto pela censura, as perseguições de um governo autoritário e inadaptado ao mundo real, desacreditado e isolado, em contraponto com as oposições tradicionais, brandas nos costumes e adversas à ação armada, uma, defensora do levantamento nacional popular antifascista preconizado pelo PCP, outra, que esperava

pacientemente por uma revolta militar resultante da pressão do descontentamento e da agudização das contradições de classe, tese suscitada pelas correntes liberais, socialistas e católicas, continuavam, no dealbar do ano de 1967, a constituir o paradigma das denominadas oposições clássicas.

Palma Inácio e seus companheiros não se inseriam em nenhum destes pressupostos engajados a dependências externas. Uns e outros já haviam tido participação em várias iniciativas: - Golpe dos generais, 1947; tomada do paquete Santa Maria, 1961; desvio do Avião, 1961, e oposição à Guerra Colonial desde 1961.

O envolvimento direto nestes acontecimentos, conferiram-lhes experiência bastante para inferirem que a luta contra o regime, condicionada a estes parâmetros, não deu e nunca dará qualquer resultado, a não



Palma Inácio - Arquivo “A Capital”

ser a virtude da denúncia das características autoritárias do regime, pelo que, a resistência armada foi o caminho que Palma Inácio e um conjunto reduzido de generosos companheiros vieram a abraçar.

Quando teve conhecimento de que o movimento civil e militar previsto

¹ Soares, Mário; Escritos Políticos; pág. 49; Edição de Autor; Lisboa; 1969.

para deflagrar em novembro de 1961, em Portugal, tinha que ser adiado, Palma Inácio, inserido no movimento com a missão de pilotar um avião para apoiar por ar a insurreiçāo, manteve o desvio de um avião, agora para uma missāo de propaganda contra Salazar, e, com dificuldades financeiras gritantes, dirigiu-se nos seguintes termos ao capitāo Henrique Galvāo e aos companheiros: «nunca mais participo em açōes despidas de meios. Se o regime a combater é declaradamente o inimigo, entāo terā de ser o inimigo a pagar a revoluçāo». O que faltava era apenas uma estrutura organizada e disciplinada, com objetivos e meios para a sua operacionalizaçāo.

O assassinato do general Humberto Delgado, apanhou de surpresa a oposiçāo no Brasil, que ficou com a sensaçāo que a cilada que a PIDE lhe moveu nāo foi alheia às divergências existentes entre elementos da FPLN (Frente Patriótica de Libertaçāo Nacional), e à falta de cuidado na sua segurança e proteçāo pessoal.

Aliás, após o assassinato de Delgado, exilados em Argel foram responsabilizados pelos dirigentes da FPLN pelo assassinato e presos pelas autoridades argelinas. Foi uma autēntica “caça às bruxas”, com características tipicamente autoritárias, e que levou muitos dos seus membros a abandonarem a FPLN e Argel, para criarem outras organizaçōes antifascistas ou juntarem-se a organizaçōes já existentes.

Galvāo, desde a operaçāo Vagō em 1961 - desvio do avião da carreira

«A LUAR constituía-se como um projeto que recusava o sectarismo, o dogmatismo e qualquer visāo autoritária/totalitária do regime a adotar no futuro em Portugal. Era um projeto novo, inovador, (...) para uma juventude a contas com a ditadura, com a emigraçāo e com a guerra colonial.»

comercial Casablanca/Lisboa - havia renunciado à açāo direta e vivia o sonho de que os americanos e os ocidentais o nomeassem a personalidade portuguesa do pós-Salazar, considerando-o a barragem segura contra o “perigo comunista”.

Para continuar a luta armada, era preciso estar mais próximo

fisicamente da Europa, local para onde a juventude portuguesa desertava, fuga da guerra e da repressāo, e onde os emigrantes se fixavam na busca de subsistēncia.

Consciente dessa necessidade, Palma Inácio reuniu-se com aqueles companheiros de confiança que já haviam feito parte de outras operaçōes contra o regime e decidiu abandonar o Brasil, levando na bagagem um projeto com objetivos bem definidos: criar uma organizaçāo de cariz revolucionário sem dependências imperialistas e arranjar dinheiro para garantir operaçōes armadas contra o regime.

A força desta decisāo sedimentou mais um compromisso revolucionário entre aqueles que apostavam na resistēncia armada. Abandonaram o Brasil, Palma Inácio, Camilo Mortágua, Carlos Alberto, Júlio Alves e Viegas Aleixo, com França como destino. Já em Paris, a este pequeno grupo, mas dispostos a continuar a luta, vieram a juntar-se o desertor do exército português, a operar na guerra da Guiné, António Barracosa, e o operário emigrante Luís Benvindo.

Decididos de armas na māo a combater a tirania e o colonialismo, sem se deixar aprisionar por grupos ou partidos que estavam a residir na cidade das Luzes enfeudados às diretivas das ideologias protagonizadas pelas superpotências do tempo, criaram uma estrutura de resistēncia armada.

A AÇĀO REVOLUCIONÁRIA DEMOCRÁTICA

O nome foi simples de consensualizar: ARD (Ação Revolucionária Democrática), mas, mais importante do que o nome da organizaçāo, era a necessidade de este pequeno grupo se preocupar em planejar atividades de caráter verdadeiramente revolucionário, e alargar, com os cuidados pré-estabelecidos, a seleçāo e recrutamento para a mesma causa, sobretudo, junto de desertores das forças armadas portuguesas, exilados, e de operários



portugueses emigrados, sobretudo, na França e na Bélgica.

Munidos de algum dinheiro da venda dos seus bens pessoais, de uma «carta de recomendação» da Comissão Executiva do MNI (Movimento Nacional Independente) para o seu representante em França, Emídio Guerreiro, partiram do Brasil para França. Depois de lida a carta chegada do Brasil, Palma Inácio, foi informado que existia o compromisso de haver um financiamento de um empresário português ligado à banca, que se veio a confirmar não dar em nada.

Palma Inácio, Camilo Mortágua, António Barracosa e Ângelo Cardoso, a quem se juntou, em território português, Luis Benvindo, conduzidos no carro de Ângelo Cardoso, decidiram procurar o dinheiro onde ele existia.

Partiram para Portugal com a maior discrição. A luta clandestina tem regras rigorosas e sabia-se que pides e informadores frequentavam cafés, clubes, enfim, estavam presentes nos locais onde se concentrava a comunidade de portugueses.

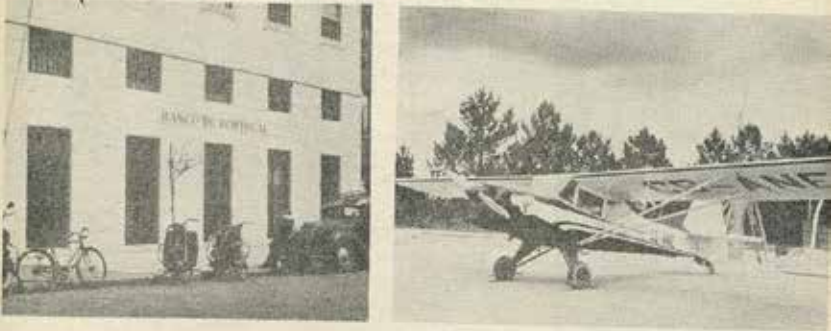
Era preciso um elevado grau de secretismo, e era claramente importante que, quando abandonassem os locais de sociabilização em Paris, deixassem algumas pistas enganadoras, para dar a ideia nos locais que frequentavam que a sua ausência apontava em várias direções, como exemplo: regresso ao Brasil, de uns; deslocação para os países de Leste, de outros. Porém, quando partiram, traziam a ideia bem amadurecida de um assalto a um banco do Estado.

Depois de deslocações várias pelo território nacional, chegaram à conclusão de que a delegação do Banco de Portugal na Figueira da Foz, reunia todas as condições entendidas necessárias para a operação.

Assim, o plano foi traçado e estudado. Antes de ser operacionalizado, houve necessidade de alguém

REPORTAGEM

O ASSALTO AO BANCO DA FIGUEIRA DA FOZ



ASSALTANTES E NOTAS

Da agência do Banco de Portugal na Figueira da Foz voaram, pouco depois, para o Algarve, na avioneta de aeródromo do Centro da Associação Académica de Coimbra, instalado em Cernache

**30 MIL CONTOS
DESAPARECERAM EM 30 MINUTOS**

17 de Maio de 1967. Nada fazia prever o caso sensacional que havia de registar-se, ecoando de Norte a Sul do País e atravessando as fronteiras até aos pontos mais distantes.

Fora cometido, no nosso País, o assalto mais audacioso, levado a efeito apenas por quatro indivíduos. Em pleno dia entraram na agência do Banco de Portugal da Figueira da Foz. Temerariamente, apoderaram-se de vultosa quantia que, imediatamente, levaram para bem longe.

A cidade tremeu com a notícia do acontecimento, e durante muito tempo, passou a ser assunto obrigatório de todas as conversas.

Entretanto, as autoridades diligenciavam averiguar as identidades dos protagonistas do importante golpe, considerado inédito em Portugal, hábilmente preparado e executado.

Como sempre acontece, as hipóteses começaram a circular, velozmente, à mistura com boatos, afirmando-se que o crime visava fins políticos. Recordava-se o importante caso do Angola e Metrópole, que tivera envolvimento com figuras da política da época e as mais variadas opiniões surgiam, uma vez que nada de absolutamente concreto era referido.

Ao corrente do caso, a Interpol difundiu, para todas as capitais, o pedido de colaboração para identificação e detenção dos assaltantes.

Os jornais do dia 19 noticiaram o sucedido, referindo os pormenores do assalto.

Dizia-se que haviam sido roubados milhares de contos e que os assaltantes, cujas identidades se desconheciam, utilizaram um avião de Cernache, próximo de Coimbra, para os transportar até Vila do Bispo, no Algarve. Os quinze funcionários e alguns clientes foram encerrados nas casas-fortes e nas instalações sanitárias, sendo feita, depois, a recolha do dinheiro dos cofres e das caixas, após cerca de meia hora de permanência no edifício do Banco, enquanto na Praça em frente se registava o costumeiro movimento.

**23 IMPLICADOS, 113 TESTEMUNHAS,
22 DECLARANTES E 18 ADVOGADOS
NO JULGAMENTO A EFECTUAR EM 7 DE
JANEIRO, NA BOA HORA**

v. M. — 19/XII/68

47

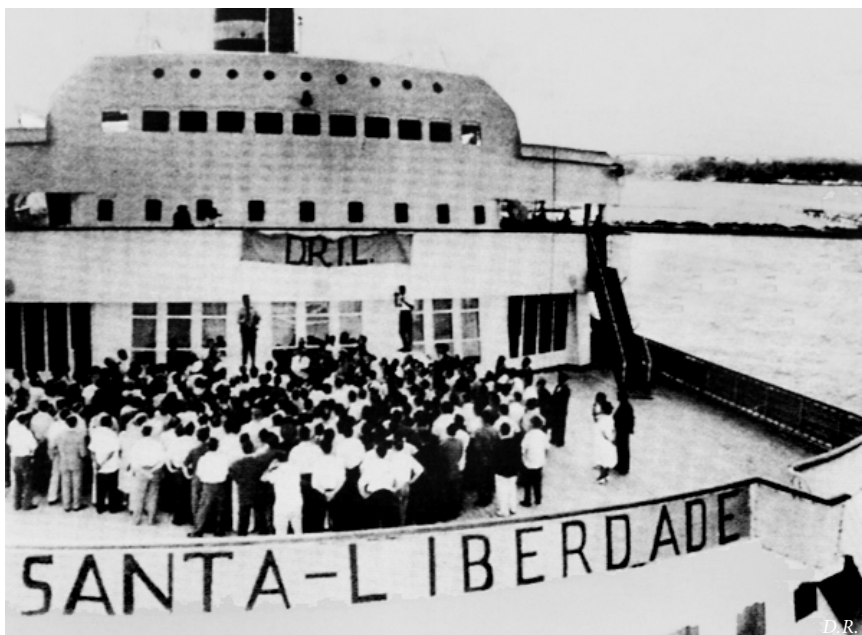
proceder ao isolamento da cidade. José Natário, residente em Alhos Vedros, assumiu esse compromisso. Despachou no comboio uma motoreta de Vila Franca para Coimbra, e, dessa cidade, serviu-se desse meio de transporte para se deslocar até à Figueira da Foz, onde cortou os cabos axiais das comunicações que passavam sob a Ponte em Maiorca, isolando a cidade na altura prevista de entrada no banco.

Era preciso um transporte para a fuga. Assim, Palma Inácio, portador do brevet de piloto, passou pelo aeródromo de Cernache, em Coimbra, e mandou encher o

depósito de uma avioneta que alugou para utilizar na tarde do assalto.

No início da tarde do dia 17 de maio de 1967, a estratégia prevista foi levada à prática com sucesso. Após recolherem o dinheiro, cujas notas colocaram em três sacos de lona, deslocaram-se com o produto do confisco para o aeródromo, colocaram os sacos na avioneta e levantaram voo, aterrando em Vila do Bispo. Daí, partiram numa viatura que os aguardava na pista improvisada de uma quinta, que os transportou até Guadalupe, na estrada que vai para Lagos.

Essa viatura viria a ser abandonada na Praia da Luz, para dar a ideia



de que os operacionais fugiram por via marítima para o norte de África. Outra viatura aguardava-os em Guadalupe, e seguiram por Mértola até à fronteira Portugal/Espanha, que atravessaram a pé clandestinamente. Do lado de lá da fronteira, encontravam-se duas viaturas, que asseguraram a retirada de pessoas e bens rumo a França.

A NOTÍCIA DO ASSALTO DADA PELO “LE MONDE” MARCA O NASCIMENTO DA LUAR.

Em Argelés-sur-Mer, pararam para se vingar da “fominha” que passaram desde o dia 17 e ... para saber notícias. Estamos em 20 de maio de 1967, e as notícias, divulgadas pelo jornal “Le Monde”, constituíram uma revelação.

Noticiava que, “nascida de parto violento, uma organização secreta portuguesa, a Liga de União Antifascista Revolucionária (LUAR), lhe fez saber que reivindica o assalto à sucursal do Banco de Portugal na Figueira da Foz, apresentando-se como uma organização clandestina e não como um partido político, que foi criada recentemente, não tem nada a ver com os meios oposicionistas radicados em Argel, e reclama-se da tendência que encarna o assassinato do general Delgado e a vingança da sua morte”.

A notícia já dava conta de que “os autores do assalto cometido, arriscam-se a ver frustrada a operação, uma vez que grande parte dos 27 milhões de escudos roubados não tinham entrado em circulação, de modo que o banco já advertiu o público que não assumirá nenhuma responsabilidade contra o seu reembolso e já avisou todos os estabelecimentos bancários portugueses e estrangeiros e as autoridades portuguesas, solicitando-lhes, de imediato não só a apreensão das notas virgens como também de todos aqueles que as detinham na sua posse ou que as tentassem trocar.” Ficaram estupefactos com a notícia!

Argelés-sur-Mer, dista muitos quilómetros de Paris. Sentados naquela cafetaria a confortar o estômago e a beber café, e preparados para reivindicar o assalto em nome da ARD, são confrontados com a notícia e, inicialmente, riram às gargalhadas, com o seguinte desabafo: - *Olhem, não fomos nós, não temos nada a ver com o assunto. Parece que a informação é do Guerreiro.* Entretanto, alguém, espontaneamente, teve o seguinte desabafo_ - *“filho da p...”*

Porque razão é que Emídio Guerreiro se apressou a comunicar ao mundo, via “Le Monde”, que o assalto constituiu uma ação política de uma organização cujos intervenientes só por intuição conhecia, e porque Palma Inácio lhe terá confidenciado que, se o empresário não arranjava o dinheiro necessário para apetrechar de toda a logística a organização, teriam que ir buscá-lo onde ele exista? Ora, tendo tido



conhecimento pelas notícias do assalto, pensou logo que este feito ousado só poderia ter sido levado a cabo por Palma Inácio.

Especulações várias se fizeram sobre assunto. Os operacionais, e com legitimidade, defendem ainda hoje, os que se encontram ainda vivos, que Emídio Guerreiro, correu a dar a notícia por oportunismo político, para manter incólume a sua liderança da oposição em França e evitar o início da resistência armada.

Outra tese, para nós a mais razoável: Emídio Guerreiro (EG), deu a

informação ao jornal com o único propósito de proteger politicamente Palma Inácio e os demais companheiros intervenientes. A tese mais radical diz respeito ao facto de considerar que EG, correu a dar conhecimento do assalto ao jornal “Le Monde” no pressuposto de que, se tiver sido Palma Inácio, vem ter aqui a Paris... se escaparem e não forem presos.

Na verdade, os operacionais que escaparam ao fervor totalitário de Salazar e de Franco, chegados a Paris, quiseram explicações de Emídio Guerreiro, acabando por,

como afirma Camilo Mortágua, “contra a minha vontade, entregar o dinheiro ao bandido que ficou a gerir o quinhão, e a partir daí, ficarmos novamente reduzidos à condição de pedintes, de parvos e voluntariosos ativistas, condenados, a esmolar os meios para continuar a arriscar a vida, prosseguindo o combate”.

Porém, os operacionais do assalto acabaram por reconhecer a LUAR, para evitar que surgissem especulações na oposição que poderiam vir a facilitar a extradição dos assaltantes já solicitada pelas autoridades do governo português.

Verdade, verdadinha, é que a LUAR não existia quando se deu o assalto, em 17 de maio de 1967, e que foi dada a conhecer ao Mundo em 20 de maio de 1967. Porém, veio a gerir o quinhão de cerca de 4 774 390\$00 de notas com curso legal.

As notas sem poder liberatório, de cerca de 24 milhões, eram constituídas por notas virgens, isto é, que não tinham curso legal nem poder liberatório, e que voltaram ao banco de Portugal, pelas mãos da PIDE/DGS, que as localizou em Paris e em Guimarães.

Palma Inácio, ainda tentou cambiar as notas virgens. Para isso, deslocou-se aos EUA, mas sem sucesso, e quando regressou, foi preso, no princípio de agosto de 1967, achando-se numa posição embaraçosa na prisão de Santé, Paris, aguardando uma decisão dos juízes do Tribunal de Apelação, que podiam determinar a sua extradição para Portugal, pedida pelas autoridades do regime totalitário que ele combatia.

Esta ameaça ao retorno à liberdade, resultava dos fundamentos que as autoridades portuguesas utilizavam para o pedido de extradição, que consistiam em defender que as atividades desenvolvidas por Palma Inácio e por quem o seguia, correspondiam a atividades do foro do delito comum, como era caso do assalto à delegação do Banco de Portugal na Figueira da Foz.

A OPERAÇÃO DIANA

Era necessário que a L.U.A.R. contrariasse essa tese, que punha em causa, não só a pessoa do mais audaz opositor político contra Salazar, como também dava a ideia de que a Organização não teria capacidade para vir a operar sem a orientação e recurso ao seu líder.

Sabia-se que o espírito e a letra da Lei de 27 de março de 1927, estabelecia que a extradição não é concedida quando o delito tem um carácter político ou quando resulta de circunstância em que seja pedida com um fim político. Nesse sentido, foi mobilizada a Comunidade antifascista portuguesa espalhada pelo mundo, e a sociedade francesa - referência máxima da LIBERDADE - que levaram a cabo manifestações de solidariedade, pedindo a libertação de Palma Inácio.

Enquanto a LUAR se movimentava politicamente em Paris, um Comando das suas “Forças Armadas” deixava a cidade das Luzes, pela meia noite do dia 9 de setembro de 1967, em carro alugado, dirigindo-se para a cidade alentejana de Évora, para levar a cabo, no quartel geral, uma operação de recolha de armas.

Ali chegados, reuniram com o militante da LUAR a atuar no interior, Aspirante a oficial miliciano, Seruca Salgado, que prestava serviço militar no Quartel de Évora.

Pelas 20h20 do dia 17 de setembro de 1967, o comando da Luar, agora constituído por Francisco Seruca Salgado, que estava de Oficial de dia ao quartel, António Barracosa e Luís Benvindo que tinha vindo de Paris:

- Apoderaram-se de um número reduzido de armas, munições e outro equipamento militar e colocaram-no em dois sacos de viagem;
- Depositaram em vários locais estrategicamente visíveis do quartel inúmeros panfletos escritos e impressos em Paris,

com a justificação política da “operação”;

- Escreveram nas paredes interiores da unidade militar, em letras garrafais e num vermelho carregado, “A LUAR VENCERÁ”;
- Abandonaram o quartel na viatura do aspirante miliciano;
- Dirigiram-se de seguida ao Monte da Machuqueira, entregando um dos sacos ao proprietário do Monte, Joaquim Calhau, que viria a ser descoberto pela PIDE/DGS;
- O outro saco, com duas armas de guerra e algum equipamento, seguiu com o comando de regresso a Paris.

Estava consumada a “OPERAÇÃO DIANA”, nome de batismo que lhe foi atribuído pela LUAR e que a imprensa estrangeira divulgou ao mesmo tempo que também divulgava a decisão dos juizes do Tribunal de Apelação de Paris em recusar unanimemente a extradição de Palma Inácio, o que configurou uma pesada derrota política para as autoridades portuguesas, e jurisprudência para as europeias.

E o aspirante miliciano Seruca Salgado? Chegado a Paris, integrou as denominadas “Forças Armadas” da LUAR e, à frente de um dos seus comandos, quando se dirigia a Portugal para levar a resistência armada para dentro do País, foi preso em Espanha com os companheiros, em Irun, colocado na prisão de Carabanchel misturado com os presos de delito comum, e depois transferido para a prisão de Martutene - S. Sebastian, onde todos coabitaram com prisioneiros da ETA até ao fim da pena aplicada por uso e porte de armas ilegais.

Passados dez meses de clausura, também a justiça espanhola recusou o pedido de extradição para Portugal, e foram obrigados a abandonar o território desse país, tendo partido os três para Argel,

onde se radicaram temporariamente. Posteriormente, Seruca Salgado, partiu acompanhado pela mulher e filho, decidindo radicar-se Londres. Já fora da LUAR, assina, na Alemanha, a ata com a fundação do PS. Regressou a Portugal com a família após o 25 de Abril de 1974, foi jornalista na RTP, e faleceu na noite de 15 para 16 de junho de 2007, em Lisboa.

COMANDOS DAS FORÇAS ARMADAS DA LUAR (FAL) TENTAM CERCAR A CIDADE DA COVILHÃ

No seu primeiro comunicado, de maio de 1968, mês da sua fundação, a LUAR, declarou que “*não se trata de mais um partido político ou de qualquer estrutura terrorista, mas tão somente uma organização democrática e antifascista que deseja destruir com armas na mão o regime infame existente em Portugal*» e estabelecer no país uma nova ordem “*autenticamente democrática, com liberdade de expressão, liberdade de imprensa, liberdade de reunião, liberdade de organização sindical e de partidos políticos*”.

A LUAR constituía-se como um projeto que recusava o sectarismo, o dogmatismo e qualquer visão autoritária/totalitária do regime a adotar no futuro em Portugal. Tratou-se de um projeto novo, inovador, com um líder como referência para uma juventude a contas com a ditadura, com a emigração e com a guerra colonial.

Assim, quem a veio a integrar identificava-se com a nova organização, mas, sobretudo, com o seu líder natural, Palma Inácio, como sendo alguém com coragem e abnegação antifascista, que, durante longos anos, tinha dedicado a sua vida à causa da libertação do povo português, e, por essa razão, constava da lista negra como o mais audaz adversário do regime.

Outros houve que colaboraram com a LUAR, movidos por aquele herói romântico que:

- Em 1947, sabotou toda uma esquadra da aeronáutica do regime;
- Em 1961, desviou um avião que, saído de Casablanca, despejou sonhos pelo céu de várias cidades portuguesas, recriando a lenda das filhas dos Vikings que, nuas, decidiram banhar-se em águas inimigas, mas, sentindo-se vigiadas, vestiram o seu manto de plumas e levantaram voo, e afastaram-se para fugir do inferno da clausura em que todo um povo se encontrava;
- Confiscou dinheiro de bancos e carrinhas de valores públicos para garantir, sem tréguas, uma luta armada de oposição a Salazar e Caetano;
- Tentou a ocupação temporária da cidade operária da Covilhã com cinco comandos armados, vindos da cidade das Luzes, na convicção de que colaboraria para dar Luz a todo um País, há décadas tocado pelas trevas.

Preso por várias vezes, no País e no estrangeiro, também por várias vezes protagonizou fugas espetaculares, uma, em 16 de maio de 1948, da prisão do Aljube, na cidade de Lisboa. Não foi preciso serrar grades, bastou a criatividade de atar e enrolar lençóis e atirar-se para um pátio, atravessar o portão e, na rua, confundir-se com os transeuntes, ação só possível em filmes de ficção.

A última fuga verificou-se da prisão da PIDE/DGS do Porto. Aí, sim, esteve dias e noites a serrar as grades para, num dia de tempestade e trovões, desaparecer numa manhã de nevoeiro, mas não se tornando num mito, pois, passado cerca de um mês, percorreu clandestino o coração de Lisboa, de onde fugiu para fora do País, a coberto de mão amiga.

Apareceu à luz de todos na Espanha do caudilho, deu entrevistas em

«(...) a LUAR, teve a virtude de trazer esperança a uma juventude ávida de paz e de Liberdade que decidiu desafiar as estruturas do regime pela via da resistência armada.»

Itália, Inglaterra e países democráticos do norte da Europa, sensibilizando-os para a causa a que a LUAR se propunha, isto é, derrubar o governo português, assumindo perante estes solidários e amigos políticos que iria mandar comandos da organização no estrangeiro para se associarem aos comandos do interior, levando a resistência armada para dentro do território nacional, comandada por ele próprio, comandante supremo das FAL (Forças Armadas da LUAR).

À FRENTE DE VÁRIOS COMANDOS PALMA INÁCIO É PRESO EM LISBOA

A LUAR, Liga de União e Ação Revolucionária, nasceu decidida a lutar efetivamente pela libertação do Povo, a derrubar pela resistência armada o regime de opressão, e a pôr fim à guerra colonial suicida que tanta juventude estava a ceifar.

Não abundavam muitas pessoas dispostas a pegar em armas e a arriscar a vida em ações cujo sucesso era imprevisível. Mas, a LUAR, teve a virtude de trazer esperança a uma juventude ávida de paz e de Liberdade que decidiu desafiar as estruturas do regime pela via da resistência armada.

Os seus principais dirigentes, a residir no estrangeiro, estavam identificados e eram sobretudo procurados pelas autoridades. E, embora tivessem consciência dos riscos que corriam, porque a sua cabeça estava a prémio, decidiram levar a ação armada para dentro do território nacional, e a partir de 1973, organizou-se a vinda do exterior de vários comandos, para operar em território nacional, juntando-se a alguns núcleos que já laboravam no interior e com ligações à organização.

Palma Inácio, haveria de regressar clandestinamente à resistência armada, dentro do País, tendo como prioridade, aprisionar personalidades do regime, desde ministros ao diretor da PIDE, que a LUAR negociaria como moeda de troca pela libertação dos prisioneiros encarcerados nas cadeias portuguesas.

Mas instalou-se também para levar à prática ações de guerrilha urbana, como por exemplo, sabotar postes de abastecimentos de energias, dinamitar estruturas logísticas do governo e confiscar dinheiro nos bancos menos vigiados com o qual garantiria a continuação da resistência armada.

Porém, em 22 de novembro do ano de 1973, o líder da LUAR, Palma Inácio, foi, com vários companheiros, novamente preso, na Av. Duque de Ávila, em Lisboa, e colocado na prisão da PIDE em Caxias.

BREVE NOTAS DE E PARA REFLEXÃO

Poucos como Palma Inácio e seus companheiros, contribuíram para dar em Portugal e no estrangeiro, visibilidade à resistência armada, não obstante a ação de outras estruturas antifascistas existentes, cujos elementos, de igual modo, foram também vítimas do sistema político, embora distinguindo-se da LUAR, que nunca aceitou gravitar em redor da influência das duas superpotências, e, tendo sido uma

**«(...) o ideal
mais acentuado
do homem é o
Progresso de toda
a Humanidade.
E o Progresso
só se alcança
em LIBERDADE.
E a LUAR foi
fundada para a
reconquistar.»**

organização de resistência armada, pelos cuidados que tinha na preparação das suas ações, não tem na sua História, um único crime de sangue.

Isso não obstou a que os inimigos da Democracia e da Liberdade precipitassem contra o líder da LUAR e seus companheiros uma enlameada torrente de agravos e rebaixamento, que perdurou até aos nossos dias.

Ontem como hoje, para a nossa geração, a Liberdade, continua a ser aquela deusa por quem nos apaixonamos, porque, como uma Mãe, enche a nossa alma de entusiasmo e de impulsos mal definidos, mas, fortemente sentidos. Por isso, não teremos sido indiferentes ao aparecimento da LUAR. A gente sabia lá por que motivo amava tanto aquela deusa, que encarnava o aparecimento desta nova organização de resistência armada?

Possivelmente, foi esta meia ignorância que insuflou, na minha geração, tanta força e tanta convicção que criou sentimentos com raízes tão profundas. Com mais idade e mais cultura, e porque começamos a usufruir dela, jamais houve demonstração que no-la fizesse arrancar cá de dentro, e esperamos que até do fim do nosso ciclo de vida não venhamos a sentir a desilusão de uma volta à mocidade

sofrida! Sim, porque o inimigo espreita a cada esquina, e os homens de hoje são diferentes! Diferentes, mas existindo num mundo cada vez mais complexo, mais feroz, mais desumano.

Como se irá sair dessa complexidade? Pensamos que nunca vencerá aquele que mais capacidade tem para infligir, mas sim aquele que mais capacidade tem de sofrer e de resistir. Quando todo o mundo se sentir adestrado na arte da guerra, qual será a aspiração humana? Correr constantes aventuras de heroísmo?

Se apenas for esta a ambição da Humanidade, confesso que é muito e ... é pouco. Muito, como esforço a despende, mas pouco como finalidade a atingir. Se o homem tiver apenas como fito matar e morrer, possuirá um ideal muito limitado, atendendo a que tal idealidade, não poderá ser senão passageira, porque o ideal mais acentuado do homem é o Progresso de toda a Humanidade. E o Progresso só se alcança em LIBERDADE. E a LUAR foi fundada para a reconquistar.

Pela primeira vez, em Liberdade, a LUAR, promoveu uma festa de convívio socialista revolucionário em Faro, em que intervieram; José Afonso, Francisco Fanhais e Adriano Correia de Oliveira. Como afirmava, não era um Partido Político e apenas foi criada para derrubar a ditadura e estabelecer no País uma nova ordem democrática, após a qual seria extinta.

E foi o que se verificou: passados que foram alguns períodos de instabilidade política e social, a LUAR foi extinta em 13 de janeiro de 1976. Cada um dos seus militantes seguiu o seu caminho. O líder da LUAR, Palma Inácio, faleceu, pelas 13H30 horas, do dia 14 de julho de 2009, no Lar da ACS (Associação Casapiana de Solidariedade).

Vítima da calúnia e da má fé, faleceu, pobre como nasceu. Foi cremado no cemitério do Alto de S. João, e as

suas cinzas depositadas no templo da memória, cumprindo o normal ciclo de vida, tão sabiamente epigrafado na fachada principal do cemitério de MAPUSA, em Goa: "AIZ MAKÁ FALEA TUKA"- HOJE SOU EU, AMANHÃ SERÁS TU.

Post Scriptum: Na passagem dos 50 anos do derrube da ditadura, curvo-me perante a memória daqueles que conheci e com quem convivi, e de outros que não me lembro, e que fizeram parte da Resistência armada, ao serviço da LUAR, e passados ao OE, respetivamente, os nossos IIR.: Emídio Guerreiro, José Augusto Seabra, José Paulo da Silva Graça, Amândio Silva e Filipe Frade. Felizmente no ativo ainda há bastantes.

Curvo-me perante a memória dos membros da LUAR, que tombaram vítimas da PIDE, respetivamente, o estudante de direito, António José da Silva Matias e Daniel Teixeira.

Honro a memória de todos aqueles que, não tendo feito Resistência Armada na ARD ou na LUAR, desapareceram, e que durante uma vida resistiram ou no degredo, ou no exílio, ou nas prisões da polícia política.

Estendo esta minha homenagem a todos os ainda vivos que deram o seu contributo para o derrube daqueles que não nos permitiam sermos livres na Pátria onde nascemos.

Finalmente, presto a minha homenagem aos capitães de Abril, que deram a estucada final, no regime de ditadura: - aos que desapareceram, na figura do capitão Salgueiro Maia, e aos que ainda existem, na figura do Presidente da Associação 25 de Abril, coronel Vasco Lourenço. **o**

A pescadinha de rabo-na-boca, ou 50 anos de Democracia

Aos 16 anos fui votar pela primeira vez. Tinha ficado órfão de pai, e por esse motivo fui emancipado. Estava em 1969 e a primavera marcelista parecia uma janela aberta de esperança para a melhoria das condições de vida dos portugueses, e em particular para todos os que tinham vivido no regime salazarista, onde eram escassas as liberdades, sendo mais as obrigações do que os direitos sociais.

Ignorante como a maioria da população portuguesa que não tinha círculos de amigos para debater os problemas políticos – atividade de resto proibida pelo sistema, fácil era de perceber que o sistema de partido único iria ganhar, ainda que possuísse uma imagem reformista quando comparado com a União Nacional do anterior regime.

Sendo naturalmente manipuladas as eleições, tanto ao nível processual, como na obtenção de resultados, houve ainda uma grande participação do eleitorado, verificando-se uma taxa de abstenção de 38,4% em 1969.

O que sucedeu posteriormente é conhecido daqueles que viveram esses tempos: homens envolveram-se no que se chamou a oposição democrática, que entre outros reuniu nomes como Mário Soares, Francisco Salgado Zenha, José de Magalhães Godinho, Gustavo Soromenho, Jaime Gama, Raul Rego, os quais na sua maioria vieram a pertencer ao Grande Oriente Lusitano.

Em 1975, depois da dita “Revolução dos Cravos” de 25 de abril de 1974, protagonizada pelos militares, a participação dos portugueses no primeiro ato eleitoral foi a maior de sempre, havendo apenas 8,5 % de abstenção.

Brotou na sociedade portuguesa o desejo da mudança, mudança essa que era proporcionada pela escolha plural dos eleitores.

E sem dúvida que ao longo de 50 anos, que as condições de vida dos portugueses se alteraram no sentido positivo. Perderam-se as colónias que alcançaram a sua autonomia política, mas Portugal integrou-se na Comunidade Económica Europeia.

O sistema político alcançado proporcionou a rotatividade entre os dois maiores partidos democráticos, sem grandes desequilíbrios; criaram-se direitos, liberdades e garantias que ficaram plasmados num texto constitucional, o bem-estar dos portugueses foi melhorado, embora sempre na cauda da Europa. Pode dizer-se que os 50

anos se passaram mais ou menos em harmonia, apesar de algumas crises económicas e sociais.

Ao final de 50 anos há que tomar o pulso à democracia que tivemos e que temos.

No que respeita à maçonaria, representada então em 1974 apenas pelo Grande Oriente Lusitano, a situação de ilegalidade em que se encontrava enquanto associação secreta desde 1935, foi anulada por uma lei de novembro de 1974, o que permitiu o recrudescimento do número de lojas em todo o território nacional, e a pluralidade de obediências, que existem no presente.

A principal divisão surgiu em 1984 quando os interesses profanos se imiscuíram no seio da maçonaria, politizando esta. De facto, os maçons do período da clandestinidade, na sua maioria ligada ao partido socialista, viram no Grande Oriente Lusitano um bastião de determinados interesses partidários, e houve maçons que patrocinaram as

candidaturas de Mário Soares e Maria de Lurdes Pintasilgo à presidência da República.

Os desiludidos desta tendência política, criaram uma nova obediência, onde não fosse tão vinculada a politização, refugiando-se na formação maçónica individual dos seus membros, aliando-se ao bloco maçónico da United Grand Lodge of England, enquanto o Grande Oriente Lusitano permaneceu junto das grandes obediências maçónicas liberais.

Contudo, nos anos da década de 90 surgiu uma crise no seio do Grande Oriente Lusitano, em que se confrontaram a linha liberal, que defendia a abertura da obediência à sociedade civil, contra a linha da tradição histórica que defendia o secretismo, o republicanismo, o anticlericalismo e o antifascismo.

Esta normal oposição das tendências manteve-se ao longo do tempo e ainda hoje se mantém, com é visível na questão da admissão das mulheres no seio da obediência. No entanto, dir-se-á que há uma maior visibilidade da obediência junto da opinião pública, embora muitas das vezes não seja pelas suas iniciativas, mas mais pelos aspectos negativos das ações de alguns dos seus membros.

E então a sociedade civil? Como evoluiu nestes 50 anos? Como se disse foi criada uma democracia, mas esta ofereceu fraquezas desde o seu início. Desde logo o sistema que foi adotado - a democracia, ou seja o governo da sociedade pelos representantes eleitos pelo povo eleitor - não foi conquistada, no sentido de ter sido obtida por um processo de luta dialética no qual os agentes da mudança constroem uma responsabilidade sobre o sistema que defendem.

Historiadores há que defendem que a revolução dos cravos, não foi uma verdadeira “revolução”, no sentido de corte epistemológico com o passado, mas um simples acelerar

das circunstâncias que iriam naturalmente gerar a mudança.

O agente acelerador do processo de combustão revolucionária, foram os militares que permitiram que a mudança ocorresse mais cedo, sem que houvesse necessidade da criação de uma real consciência coletiva da mudança.

O momento em que esta ocorreu - 25 de abril - permitiu a adesão da maioria das massas populacionais, sedentas de mudança, que ambicionavam uma mudança de vida, o fim de um ciclo. Mas pode perguntar-se que consciência política e revolucionária tinha essa massa informe? Se alguns a tinham, a maioria juntou-se ao movimento numa tentativa de perceber a mudança e o que se passava.



«Mafalda» por Quiono D.R.

Outros historiadores defendem a tese da revolução, com as análises e visões marxistas da revolução, estando ainda por demonstrar se existia uma verdadeira consciência política coletiva e maioritária, ou se o movimento foi obra de uma franja minoritária, uma elite esclarecida, não só de militares, como de alguns outros intelectuais e políticos.

O sistema que se impôs foi o da democracia. Entendo a democracia como um sistema de compromisso entre o cidadão e a sociedade, isto é, tem de haver uma responsabilidade recíproca entre os governantes e os governados, entre os eleitores e os

eleitos. E esse compromisso baseia-se na obrigatoriedade da participação do cidadão no ato eleitoral, aquele em que nomeia os seus representantes.

Tal como no salazarismo, não se curou ao longo destes 50 anos de construir o cidadão, ou seja, aquele que deve ter consciência-conhecimento político da sociedade, preferiu-se antes prosseguir com o partidarismo tribal assente essencialmente em dois grandes blocos partidários que se revezavam no poder.

Perdeu-se a importância das festas da religião civil, - Dia da Liberdade (25 de abril), Dia do Trabalhador (1 de maio), Dia de Portugal (10 de junho), Dia da República (5 de outubro) e Dia da Restauração da Independência (1 de dezembro) - e as que ainda são comemorados, são de cariz manifestamente político-partidário: Liberdade e Trabalhador. Já ninguém, ou muito poucos querem saber da Restauração da Independência, nem da República, nem de Portugal.

Que importância atribuíram os sucessivos governos democráticos ao longo de 50 anos à formação da cidadania, da consciência política individual e coletiva? Os balões de ensaio que foram experimentados tiveram sucessivas oposições dos setores mais conservadores da sociedade, alguns com razão, outros sem ela. Não se definiram linhas de ensinamento do que é a coisa pública e o dever que todos tem de contribuir e participar na sua gestão.

Os reflexos de tal atitude foram notórios: uma escalada de desinteresse dos que podiam mudar a situação das coisas (o que demonstra que a política recém-descoberta em 1974 não se mostrou atrativa para o grande eleitorado) uma vez que na classe política, apesar das diferenças ideológicas, na prática “eram todos iguais”.

Chegou a haver atos eleitorais, em que a abstenção ganhou em percentagem, como ocorreu em 2015 em

que houve 51,4 % de abstenção. De resto, dir-se-á que o desinteresse na política está bem patente nas eleições legislativas, na curva estatística da evolução sempre crescente da abstenção desde 1975 (8,5%) até 2015 (51,4%), começando então a diminuir para 48,6% em 2022 e para 40,2% em 2024.

Será democrática uma eleição em que ganha um partido que nem sequer chega a conquistar a metade do corpo eleitoral ? Formal e materialmente sem dúvida, segundo as teorias políticas, ao nível ético, reservo as minhas dúvidas.

A opção pela abstenção, voto nulo ou branco, não significa por si que o eleitor não se ralava com o resultado das eleições, aceitando este de forma passiva; há que admitir que a abstenção é uma forma de contestação silenciosa, que pelo número expresso - ou percentagem - mostra a discordância dos que não votaram pelo e no sistema (eleitoral, político, social) existente.

Um escravo libertado nunca irá escolher o caminho da servidão do seu dono, tal como um cidadão libertado do despotismo nunca irá escolher submeter-se a nova dependência.

O sistema do 25 de abril de 1974 baseia-se na existência de uma sociedade que escolheu o caminho liberal ou libertário, em que foram estabelecidos direitos constitucionais, como o direito ao emprego, à habitação, à saúde, à educação, etc. mas que se revelaram com o tempo, e após a extinção do Estado Providência, direitos meramente programáticos, por não poderem ser exequíveis numa sociedade em que apenas um terço dos portugueses pagam impostos para a coisa pública, para o Estado; em que grande parte vive (ou sobrevive) à custa de subsídios (que muitas das vezes tal apoio se traduz na totalidade do seu rendimento); em que há perto de dois milhões de portugueses residentes à beira da pobreza (c/ 600 €/mês).

A proclamada aspiração da redução das desigualdades sociais tanto à

direita, como à esquerda, central ou extremistas, não obteve ao longo dos 50 anos de democracia uma melhoria significativa, embora a sociedade garanta um Banco Alimentar contra a Fome, e os apoios mínimos, a quem carece.

Pelo contrário, as desigualdades económicas, educacionais, sociais, etc., acentuaram-se ao longo dos anos, e tal facto refletiu-se no surgimento de bolhas de populismo e nacionalismo, facilmente manipuláveis por agentes de contestação organizados, que laboram no discurso fácil, contestatário, oposicionista, que mais não fazem do que pôr em xeque a precária estabilidade conseguida - mal ou bem - ao longo destes 50 anos.

Perceber e compreender estes movimentos, é urgente e necessário. Em vez de marginalizar e excluir as pessoas da sociedade é imprescindível integrá-las e incluí-las num desiderato comum, numa única

**«O agente
acelerador do
processo de
combustão
revolucionária,
foram os militares
que permitiram
que a mudança
ocorresse mais
cedo, sem
que houvesse
necessidade da
criação de uma
real consciência
coletiva da
mudança.»**

sociedade, seja ela de forma mais ou menos democrática e liberal.

Não vale a pena embarcar em teorias conspiracionistas e falaciosas, que falam do regresso ao fascismo ou ao nazismo, mas é preciso estar alerta para que tais fenómenos não nasçam, os quais são manifestamente inconstitucionais.

Esses movimentos de contestação nasceram no seio do próprio sistema democrático, o sistema permitiu a sua génese, quando logo à partida devia ter sido cortado os brotos emergentes.

Não se cuidou disso e por isso assistimos após 50 anos de democracia a um milhão de portugueses descontentes com o sistema político democrático, tal como o conhecemos. A responsabilidade é das várias gerações que ao longo dos 50 anos não se empenharam em criar um homem novo, o cidadão responsável, participante e interveniente, preferindo criar clientelas partidárias, com as respetivas consequências.

Estamos no ponto inicial do 25 de abril de 1974. Muito descontentes, desta vez organizados sob uma bandeira partidária, que surge como uma espada de Dâmocles sobre o sistema político democrático existente.

Lembre-mos que em 1969, em regime da ditadura de Marcelo Caetano a abstenção eleitoral foi de 38,4%. E em 2024 esta foi de 40,2%. Dá que pensar, qual a diferença da participação dos cidadãos num ato eleitoral entre uma ditadura e uma democracia.

O trabalho na pedra bruta tem de ser constante e sucessivo, no caminho do aperfeiçoamento. Apesar de tudo, não se pode negar que na generalidade, os portugueses vivem melhor do que há 50 anos.

E como diria Thomas Jefferson, “o preço da liberdade é a eterna vigilância” e eu acrescentarei o mesmo para a Democracia por pior que seja. ❶

O Grande Oriente Lusitano em 1974

O GOLU - Grande Oriente Lusitano Unido – Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa, era à data de 25 de Abril de 1974 a única Obediência maçónica activa em Portugal.

Debilitada por quatro décadas de clandestinidade, a Maçonaria e os maçons portugueses tinham logrado, contra todas as contrariedades e a repressão do regime salazarento, sobreviver e manter viva a Luz da Liberdade, Igualdade e Fraternidade. A madrugada libertadora projectava a Obediência para uma nova vida, mas muito caminho havia para desbravar no retorno das Lojas e dos Obreiros ao trabalho maçónico livre da mordaça da ditadura.

O GOLPE MILITAR DE 1926 E A DITADURA

Com o advento da ditadura militar de 28 de Maio de 1926, o GOLU viu a repressão abater-se paulatinamente sobre os seus membros. A 16 e 17 de Abril de 1929 forças da PSP e da GNR cercaram a sede do Grémio Lusitano e Palácio Maçónico do GOLU e levaram sob prisão meia centena dos seus associados, encarcerando-os no Forte de Monsanto.

As dificuldades dos maçons de Lisboa em reunirem no seu Palácio foram-se acentuando, culminando em 18 de Maio de 1931 com o encerramento forçado das instalações por forças policiais que realizaram buscas no seu interior.

A 17 de Maio de 1935 o regime de Salazar ocupa com carácter

permanente a sede do Grémio Lusitano, promulgando em 21 do mesmo mês o famigerado Decreto-Lei n.º 1901 proibindo as sociedades denominadas de secretas, e enviando os seus membros sob pena de prisão, de multa ou de desterro para as ilhas ou as então colónias ultramarinas.

O processo persecutório à Maçonaria Portuguesa culmina, em 21 de Janeiro de 1937, com uma Portaria do Ministério do Interior determinando a dissolução da Associação Grémio Lusitano, seguindo-se a Lei n.º 1950, de 18 de Fevereiro, pela qual o edifício e bens nele existentes são entregues à Legião Portuguesa, instalando-se ali os Serviços de Acção Social e Política daquela organização paramilitar do Estado Novo, criada um ano antes.

Em Agosto desse ano, o Município de Lisboa deliberou que a Rua do Grémio Lusitano, denominação topográfica atribuída pelo Município em 1888, voltasse a designar-se Travessa do Guarda-Mor, procurando com este acto apagar da memória dos maçons e dos cidadãos de Lisboa a existência da Maçonaria.

Durante 37 anos (1937-1974), a sede do Grémio Lusitano, face legal do Grande Oriente Lusitano Unido, será ocupada pelos serviços da



Legião, ocupação que só terminará na madrugada libertadora de 25 de Abril. A Maçonaria Portuguesa podia voltar a trabalhar no seu Palácio em liberdade, porém o mesmo tinha sido usurpado em 1937 e o momento exigia uma acção célere para retomar a sua posse.

A RECUPERAÇÃO DO PALÁCIO MAÇÓNICO

Escreve José Eduardo Simões Coimbra nas memórias que nos deixou sobre aquele período de grande exaltação e urgência, que logo na tarde de 26 de Abril, passeando na Praça de Londres com Dias Amado falavam da sua relação com o pai de Pinheiro de Azevedo, seu antigo camarada de armas e irmão que assistira à sua iniciação no Lobito, Angola.

Pinheiro de Azevedo tinha sido nomeado membro da Junta de Salvação Nacional (JSN) pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), decidindo ambos que ele, Simões Coimbra, iria fazer uma diligência junto de Pinheiro de Azevedo no sentido de se obter a devolução da sede do Grémio Lusitano.

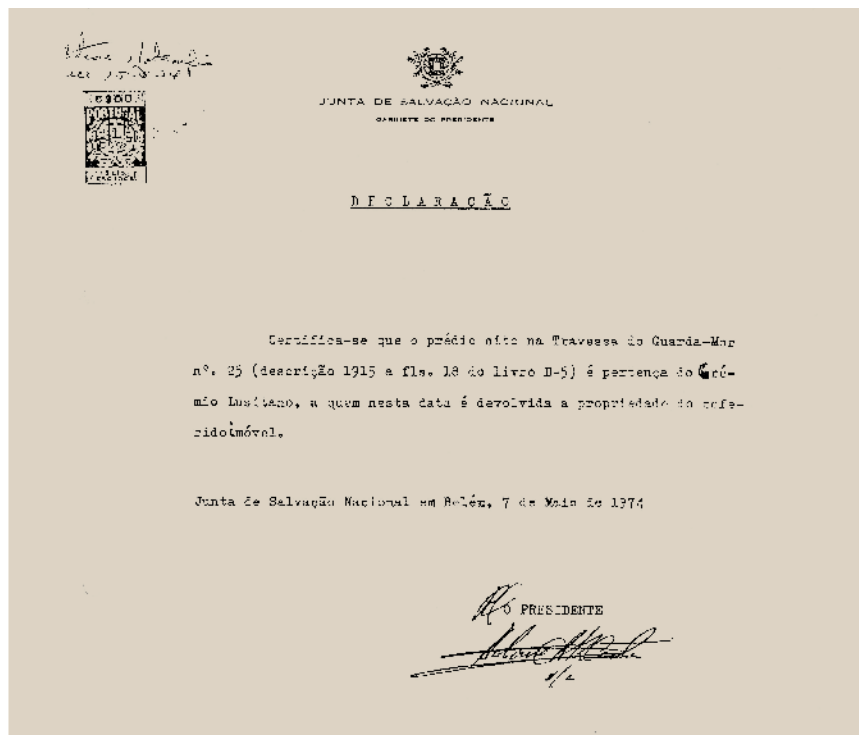
Cruzando-se casualmente mais tarde nesse dia com Adão e Silva, acordaram visitar o Almirante na sua casa nessa mesma noite, o que fizeram por volta das 22 horas. Tendo sido recebidos pela esposa, esta informou-os que o marido chegaria tarde. Decidiram esperar e cerca das 2 horas da manhã de 27 de Abril chegaram à fala com Pinheiro de Azevedo. Expuseram o assunto que os tinha levado ali e rapidamente acordaram encontrar-se na tarde desse mesmo dia na sede da JSN, na Cova da Moura.

Apresentaram-se na tarde de 27 de Abril, na sede da JSN, Dias Amado, então Grão-Mestre Adjunto e Presidente do Conselho da Ordem, Simões Coimbra e Adão e Silva. Pinheiro de Azevedo pô-los em contacto com o Almirante Rosa Coutinho que os recebeu com enorme amabilidade e prometeu analisar a pretensão apresentada.

Nos dias seguintes sucederam-se várias deslocações à Cova da Moura dos três históricos maçons, desenvolvendo estes as diligências necessárias para demonstrarem que o Palácio era propriedade do Grémio Lusitano, situação fácil de provar, pois o nome da Associação mantinha-se tanto na certidão predial como na matriz das finanças.

Apesar do Estado Novo ter extinto o Grémio Lusitano e usurpado o edifício, revertendo este para a Fazenda Nacional e entregando-o à Legião, nunca tinham curado de remover dos registos oficiais o nome do Grémio como proprietário do Palácio Maçónico.

Enquanto decorriam as diligências, o Palácio encontrava-se ocupado por uma força do Exército e era visitado



Declaração da JSN devolvendo o Palácio ao Grémio Lusitano.

por diversos irmãos que, num misto de sentimento e curiosidade observavam o estado de completa destruição em que o mesmo fora deixado, conforme relata Simões Coimbra.

Eram tempos de convulsão e confusão e várias entidades ambicionavam ocupar o Palácio, entre elas o Conservatório Nacional e o recém criado PPD, que chega a obter de Spínola a sua atribuição, conforme noticiou o jornal português "O Primeiro de Janeiro" na sua edição de 8 de Maio.

Conhecedores da situação e procurando garantir a legitimidade do Grémio Lusitano como proprietário, os irmãos redigiram, no dia 5 de Maio, um comunicado informando o público da legítima propriedade do edifício pelo Grémio Lusitano. O comunicado foi publicado na imprensa de Lisboa a 7 de Maio, dia em que é assinado pelo Almirante Rosa Coutinho o documento de restituição do Palácio.

"Certifica-se que o prédio sito na Travessa do Guarda-Mor n.º 25 (descrição 1915 a folhas 18 do Livro B-5) é pertença do Grémio Lusitano, a quem nesta data é

devolvida a propriedade do referido imóvel.

Junta de Salvação Nacional, em Belém, 7 de Maio de 1974."¹

Simões Coimbra relata-nos ainda nas suas memórias que, numa das suas visitas à JSN, o Almirante Pinheiro de Azevedo lhe solicitou a indicação de nomes para primeiro-ministro e ministros para o governo provisório a formar, tendo-lhe indicado o nome dos maçons Adelino da Palma Carlos, para primeiro-ministro, e Raúl Rego para ministro.

Na ocasião, Pinheiro de Azevedo informou-o de que o segundo nome já estava indigitado para ministro. Simões Coimbra informou Dias Amado da conversa e dias mais tarde Spínola convidava Palma Carlos para Primeiro-Ministro do 1.º Governo Provisório.

A REABILITAÇÃO DA SEDE DO GRÉMIO LUSITANO

O Palácio Maçónico fora adquirido em 1876, sob o malhete do Grão-Mestre Conde de Paraty, e funcionara como sede do Grémio Lusitano e Palácio Maçónico do GOLU desde



Reprodução do texto manuscrito e anúncio publicado no "Diário Popular" de 7 de Maio de 1974

1879, após obras de adaptação, até à sua usurpação em 1937.

Com o retorno do Palácio Maçónico ao seu legítimo proprietário, havia que proceder à reabilitação física e readaptação do edifício ao uso que lhe estava consagrado antes do seu confisco. A situação financeira do GOLU era muito frágil, os membros que pagavam quotas, no valor de 10\$00 por mês, contavam-se por escassas dezenas e a obra a emprender era de vulto.

Simões Coimbra relata na suas memórias.

“Antes das Forças Armadas tomarem à sua guarda o nosso Palácio, este foi assaltado pela população que o pilhou e o danificou, numa acção de manifesto repúdio pela Legião Portuguesa. Todas as vidraças do prédio foram quebradas, os cofres arrombados, as portas forçadas, o mobiliário partido e o interior do edifício transformado num campo de destroços.”²²

Analisada a situação, o Conselho da Ordem decidiu falar com o irmão Amadeu Gaudêncio, proprietário da firma de construção civil “Amadeu

Gaudêncio, SARL”, prontificando-se este a restaurar parte do edifício, aceitando o pagamento faseado e a longo prazo das obras à medida que o Grémio fosse realizando receitas.

As obras iniciaram-se de imediato e no mês de Junho já se trabalhava com regularidade no Palácio, tendo em Setembro sido recebida condignamente no edifício uma delegação do Grande Oriente de França (GODF). Em Dezembro de 1974 o Palácio estava praticamente restaurado.

Enquanto as obras decorriam iam chegando as facturas, tendo a Direcção do Grémio solicitado a paragem das mesmas quando o montante já ascendia a seiscentos mil escudos. Amadeu Gaudêncio garantiu que as obras continuariam conforme tinham sido programadas e até à sua conclusão.

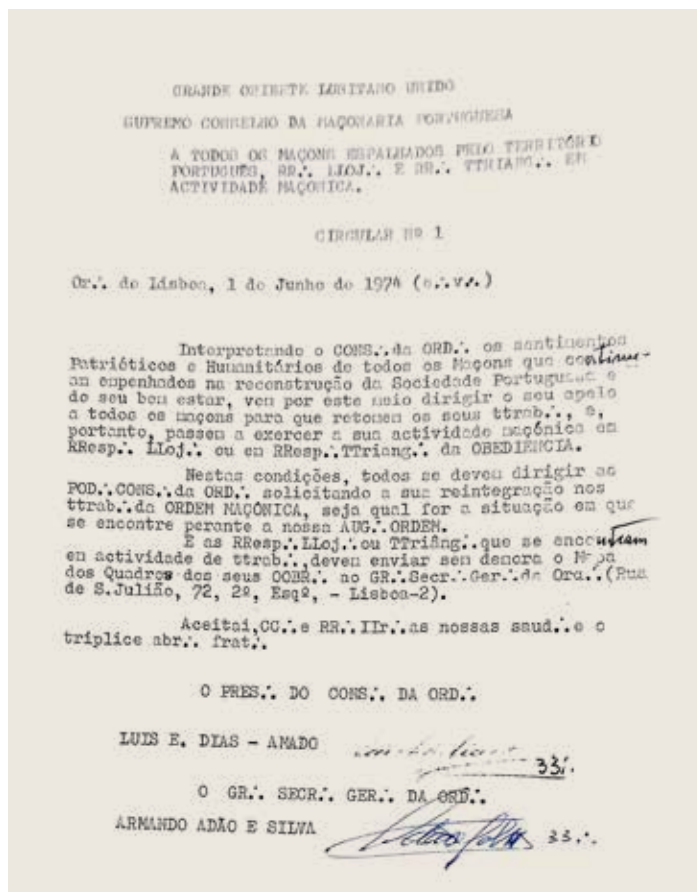
No final de 1974 a dívida ascendia a 1.400 milhões de escudos, o equivalente a 6.983,17 Euros sem correcção monetária e a 267.598,68 Euros com correcção monetária do índice de

preços no consumidor, média anual no Continente.

Era um montante muito avultado para a época se tomarmos em consideração a Tabela de Emolumentos actualizada em Agosto de 1974 e retroactiva a 1 de Julho desse ano, tabela que se tinha mantido inalterada desde 1926, na qual o emolumento por uma Iniciação era de 480\$00 e a Capitação mensal por Obreiro de 30\$00.

Em 1975, em pleno PREC, a firma Amadeu Gaudêncio é ocupada pelos seus trabalhadores e o seu proprietário afastado. Foram tempos difíceis para os irmãos. A Comissão de Trabalhadores da empresa exigia o pagamento imediato do montante em dívida, reivindicação impossível de satisfazer pelo Grémio Lusitano, ameaçando esta, por diversas vezes, ocupar o Palácio com os 1.500 trabalhadores da empresa.

O Grémio conseguiu, apesar das dificuldades vividas então, fazer duas amortizações de 100 e 50 contos, sendo possível manter o diálogo apesar das constantes pressões e ameaças de ocupação. A dívida foi amortizada na íntegra em 1976 graças a um subsídio de



Reprodução da circular n.º 1, de 1 de Junho de 1974.

2.500 contos a título de indemnização definitiva pelos prejuízos causados pela ocupação do Palácio, atribuído pelo Decreto-Lei n.º 929/76, de 31 de Dezembro, do 1.º Governo Constitucional presidido por Mário Soares.

O REGRESSO AO TRABALHO EM LIBERDADE

As debilidades financeiras da Obediência não permitiam a contratação de pessoal, pelo que todo o trabalho administrativo foi sendo garantido pelos Grandes Secretários até 1977, ano em que foi contratado o primeiro funcionário para a Grande Secretaria.

Havendo necessidade de garantir a vigilância permanente do Palácio, solicitaram os irmãos a Amadeu Gaudêncio que dispensasse um dos seus guardas de obra com qualificações para a função, sendo assim contratado um porteiro que passou a viver no edifício, este foi o primeiro funcionário contratado pelo

Grémio, tendo ali trabalhado desde a recuperação do Palácio até 1977.

Enquanto as obras progrediam, a Grande Secretaria Geral funcionou informalmente no escritório de advocacia do Irmão Armando Adão e Silva, Grande Secretário Geral, realizando-se as reuniões de preparação do retorno à vida maçónica em liberdade nas casas dos irmãos, tendo muitas delas tido lugar na casa de Dias Amado.

A 1 de Junho de 1974 o Conselho da Ordem emite a Circular N.º 1, assinada pelo seu Presidente, Dias Amado, e pelo Grande Secretário Geral, Adão e Silva, apelando a todos os Obreiros espalhados pela jurisdição do GOLU a retomarem os trabalhos.

“Interpretando o Cons.º da Ord os sentimentos Patrióticos e Humanitários de todos os Maçons que continuam empenhados na reconstrução da Sociedade Portuguesa e do seu bem estar, vem por este meio dirigir o seu apelo a

todos os maçons para que retomem os seus ttrab.º, e, portanto, passem a exercer a sua actividade maçónica em RResp.º LLoj.º ou RResp.º TTriâng.º da OBEDIÊNCIA.

Nestas condições, todos se devem dirigir ao POD CONS.º da ORD.º solicitando a sua reintegração nos ttrab.º da ORDEM MAÇÓNICA, seja qual for a situação em que se encontre perante a nossa AUG.º ORDEM.

E as RResp.º LLoj.º ou TTriâng.º que se encontram em actividade, devem enviar sem demora o Mapa dos Quadros dos seus OOB.º ao GR.º Secr.º Ger.º da Ord.º (Rua de S. Julião, 72, 2.º, Esq.º, Lisboa-2).”³

A primeira reunião formal do Conselho da Ordem terá lugar aos 5 dias de Julho de 1974, já no Palácio, sendo a mesma presidida pelo Grão-Mestre Adjunto Luís Ernâni Dias Amado e tendo a participação dos irmãos Vasco da Gama Fernandes, Adozindo de Sousa Leite e Henrique Côte Real, estando ausente o irmão Adão e Silva, Grande Secretário Geral.⁴

Progressivamente, o Grão-Mestre Luís Gonçalves Rebordão e o Conselho da Ordem, presidido por Dias Amado, iam tomando as medidas necessárias à reorganização material e administrativa da Obediência.

Foram enviadas mensagens às Obediências irmãs europeias expondo a situação em que se vivia e solicitando apoio. Algumas delas responderam prontamente com apoio monetário, destacando-se a Grande Loja de França com um cheque de 5.000 Francos Franceses. Novos móveis foram encomendados para mobilar os Templos e adquiridas as alfaías necessárias ao seu funcionamento.

O trabalho administrativo de reorganização da Obediência ia sendo garantido pelos Grandes

Secretários, sendo o momento de acção e não de rigor no tratamento burocrático, pelo que a documentação conhecida e existente no Arquivo do Grande Oriente Lusitano sobre os meses que medeiam entre Abril e Dezembro de 1974 é escassa, todavia acreditamos que uma pesquisa mais aturada desvendará novas fontes primárias sobre este período.

Os irmãos iam-se reunindo nas poucas Lojas que se conseguiam reerguer. Perto do final do ano é emitida a Circular N.º 2, datada de 20 de Novembro, fazendo novo apelo à reunião dos maçons portugueses.

“Reconhecida como é a necessária actividade de todos os mmaç.: para o fortalecimento do GRANDE TEMPLO MAÇÓNICO, em seguimento à nossa Circular N.º 1 de 1 de Junho pretérito, exortamos todos os MMAç.: da OBEDIÊNCIA a retomarem os seus ttrab.: sem demora, em LLOJ.: ou em TTRIÂNG.:, seja qual fôr a situação em que se encontrem.

Devem, portanto, enviar com urgência ao CONSELHO DA ORDEM, devidamente preenchido e assinado o impresso junto.”⁵

Entretanto, os obreiros vão tomando as primeiras providências para o regresso ao trabalho ritual regular. O irmão Sousa Leite reproduz em cópias xerox (designação dada então às fotocópias) a Constituição e principais regulamentos do GOLU.

Não há ainda papel timbrado e os documentos principais como os Decretos e Pranchas são integralmente dactilografados e copiados em papel de carbono e em stencil. Ainda antes do final de 1974 é encomendada a impressão de mil exemplares do Ritual de Aprendiz de 1910, conforme comprova a factura da “Tipografia M. Nunes Salvador, Lda.”, de 31 de Março de 1975.⁶

A 4 de Novembro de 1974 é promulgada a Lei n.º 594/74, anulando a Lei n.º 1901 conhecida como Lei das Sociedades Secretas, eliminando de

jure uma lei iníqua que a revolução de Abril tinha já eliminado de facto.

A 10 de Novembro de 1974, é emitido o Decreto N.º 3 convocando eleições gerais na Obediência.

“Em nome do Gr.: Or.: Lus.: Unido, Supr.: Cons.: da Maçonaria Portuguesa, e em harmonia com a CONSTITUIÇÃO e leis que dela dimanam, decretamos, para que se cumpra e faça cumprir.

Art.º 1.º - Que se proceda a eleições gerais nas LLoj.: da Obediência durante o mês de Dezembro conforme o preceituado no Reg.: Ger.: do Gr.: Or.: Lus.: Unido.

Art.º 2.º - Que no mesmo período se proceda também à eleição do Sap.: Grão-Mestre e do Gr.: Mest.: Adjunto. (...)”⁷

Foram 11 as Lojas que se submeteram ao primeiro sufrágio eleitoral em liberdade. Sobre o mesmo não se conhece ainda documentação que ateste os resultados eleitorais, as datas reais em que tiveram lugar as eleições e o nome dos Obreiros eleitos para os diversos cargos em Loja.

LOJAS E ORIENTES

Muito se tem especulado sobre o número de Oficinas que estariam activas à data de 25 de Abril de 1974. Na proposta de “Orçamento para o Ano de 1975”⁸, apresentada pelo Conselho da Ordem e datada de 17 de Dezembro de 1974, são mencionadas 39 Lojas, porém somente 11 têm a indicação do número de Obreiros que as constituem.

As outras 28 são mencionadas como “... oficinas que ainda não funcionam regularmente...”, ou seja, eram à época Oficinas adormecidas mas que o Conselho da Ordem ainda teria expectativas de que, pelo menos algumas, fossem regularizadas no tempo.

Recentemente descobrimos um relatório copiado, datado de 31

de Janeiro de 1975⁹, no qual são enunciadas as Lojas, respectivos Orientes e Obreiros activos do Grande Oriente Lusitano em Abril de 1974, assim como nos meses que decorreram até ao final desse ano.

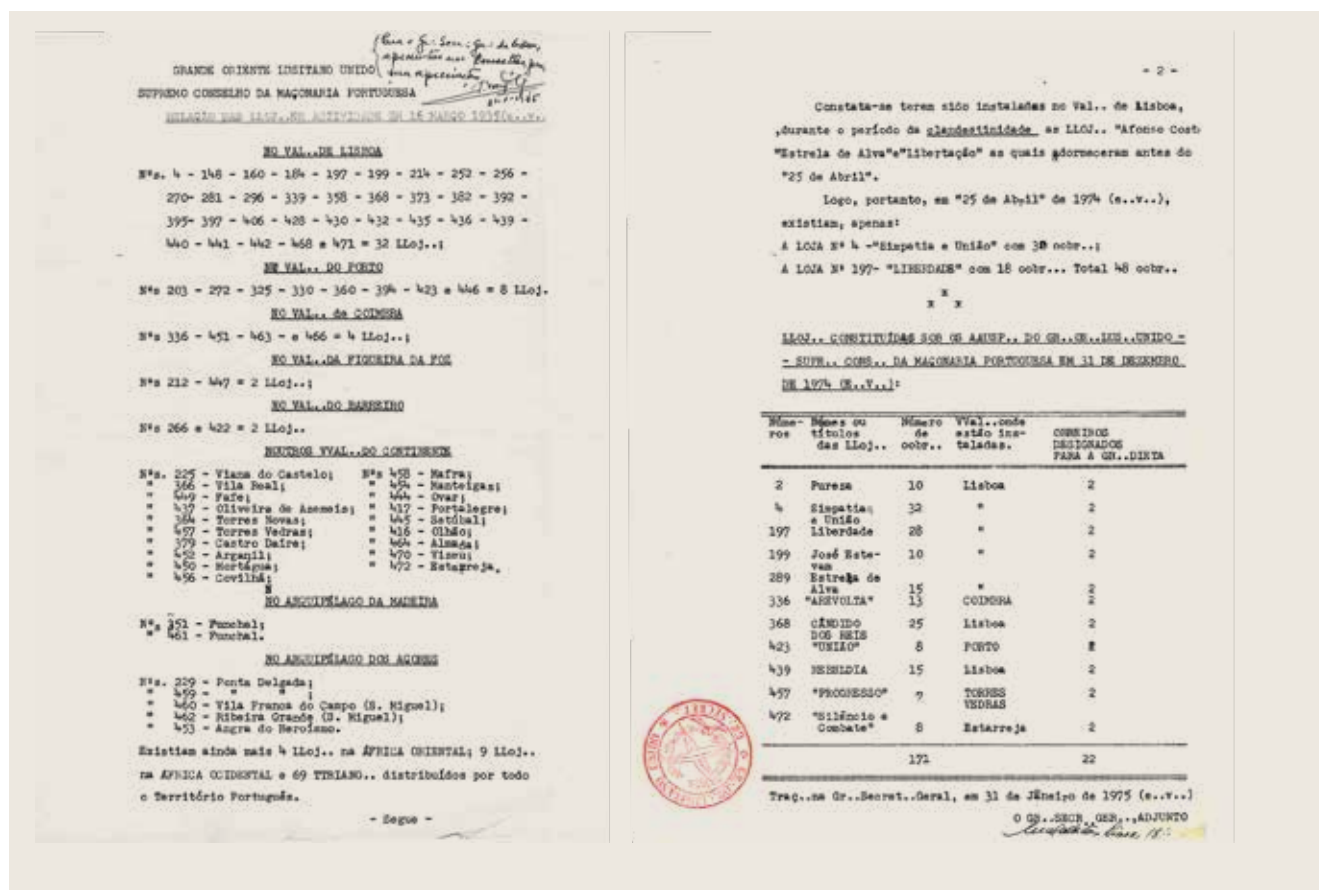
Assinado pelo Grande Secretário Geral Adjunto, Joaquim Araújo e Sá, nome simbólico Magalhães Lima, Venerável da Respeitável Loja Liberdade e Justiça em 1935 e Obreiro da Respeitável Loja Cândido dos Reis em 1974, o relatório organiza-se em duas partes, mencionando a primeiro a relação das Lojas em actividade à data de 16 de Março de 1935, vésperas da aprovação da lei n.º 1901.

De acordo com o referido relatório, em 1935 o GOLU tinha 87 Lojas activas em Portugal continental, insular e colónias. No continente existiam 67 Lojas, das quais 32 no Oriente de Lisboa, 8 no Oriente do Porto e 4 no Oriente de Coimbra, distribuindo-se as restantes 23 por 21 diferentes Orientes.

Acresciam às Lojas 69 Triângulos distribuídos por todo o território português e colonial. O relatório menciona ainda a instalação durante a clandestinidade de 3 Lojas no Oriente de Lisboa com os títulos distintivos de Afonso Costa, Estrela de Alva e Libertação, omitindo, certamente por lapso, a Loja Integridade, tendo estas Oficinas adormecido ainda antes de 25 de Abril.

A distribuição geográfica por Orientes dá-nos uma imagem interessante do todo nacional, salientando-se a incontornável macrocefalia de Lisboa face ao resto do país. Assim, das 67 Lojas existentes no Continente, 32 sediavam-se no Oriente de Lisboa, repartindo-se as restantes 35 por 23 diferentes Orientes.

Das restantes 20 Lojas, 5 eram insulares (4 nos Açores e uma na Madeira), 4 situavam-se na África Oriental (Moçambique) e 9 na África Ocidental, não referindo o relatório quais eram e em que colónias se



Reprodução das páginas do Relatório de 31/01/1975 (e.v.v.)

situavam. Não há menção a Oficinas nas colónias a Oriente (a então Índia portuguesa, Timor e Macau).

Na sua segunda parte, referente a Abril de 1974, o relatório é claro, subsistiam somente 2 Lojas em actividade: a Respeitável Loja Simpatia e União, n.º 4, com 30 Obreiros activos, e a Respeitável Loja Liberdade, n.º 197, com 18 Obreiros activos, ambas no Oriente de Lisboa.

Eram, portanto, 48 os irmãos em actividade na clandestinidade sob a liderança do Grão-Mestre Luís Gonçalves Rebordão, que durante 37 anos manteve viva a nossa Obediência com tenacidade, coragem e perseverança.

Felizmente havia muitos irmãos adormecidos e com vontade de retomar os trabalhos maçónicos, alguns pagavam quotas individualmente, pelo que foi possível reconstituir e regularizar 9 Lojas adormecidas durante o período de Maio a Dezembro de 1974 e

aumentar o Quadro de Obreiros da Obediência, apesar de algumas destas 9 Lojas só terem retomado os seus trabalhos regulares ao longo do ano de 1975.

O regresso progressivo aos trabalhos rituais possibilitou a retoma regular das iniciações que, não tendo deixado de ser feitas em plena clandestinidade, eram no entanto realizadas em número reduzido e com dificuldades extremas até Abril de 1974.

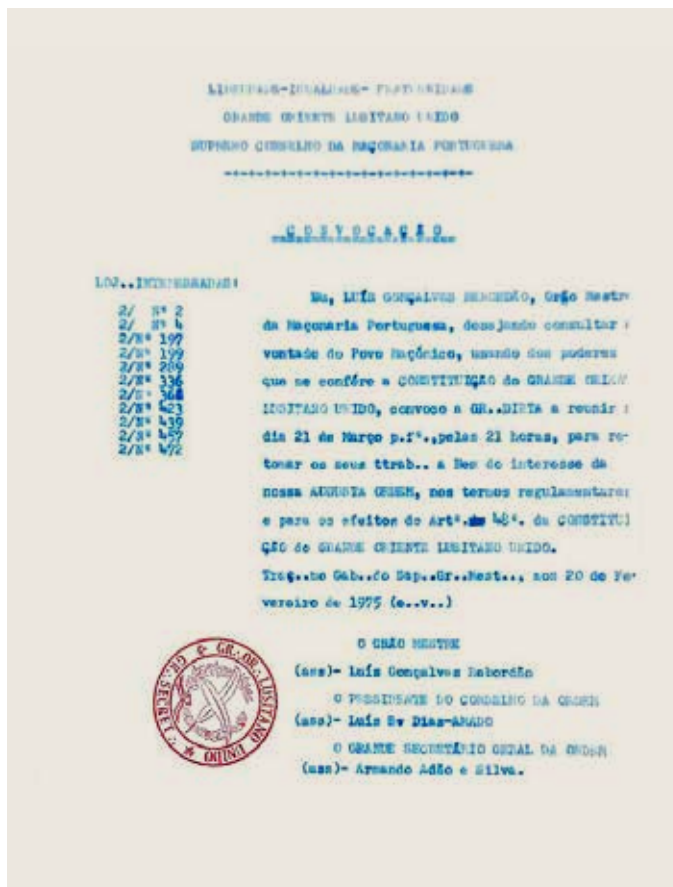
Como exemplo temos a Loja Simpatia e União, cujo "*Quadro dos Obreiros em Actividade*"¹⁰, datado de 20 de Janeiro de 1975, nos diz ter a Oficina iniciado na clandestinidade 1 membro em 1970, 1 em 1971, 2 em 1972, 1 em 1973 (o irmão Oliveira Marques) e 2 em Janeiro de 1974, sendo de 5 o número de iniciados entre Julho e Novembro de 1974.

Também a Loja Liberdade realiza a sua primeira sessão em 5 de Maio de 1974, sob o malhete do Venerável Mestre de Aviz, o irmão Adão e Silva,

e promove uma iniciação, a do irmão Paracelso, na sua segunda sessão a 14 de Maio, a primeira iniciação em liberdade na Obediência.

Nesta sessão participaram 8 Obreiros do Quadro da Oficina, o Grão-Mestre Luís Rebordão, o Presidente do Conselho da Ordem, Dias Amado, e 23 Obreiros visitantes. Estas primeiras sessões ter-se-ão realizado na Escola Oficina, à Graça, local onde a Loja fazia as iniciações durante a clandestinidade, por o Palácio se encontrar então em obras¹¹.

O relatório informa-nos ainda na sua segunda parte, que em 1 de Dezembro de 1974 a Obediência tinha 11 Lojas e um total de 171 Obreiros activos. Em sete meses o Grande Oriente Lusitano Unido, como ainda se designava em 1974, viu o número das suas Oficinas aumentar de 2 para 11 (5,5 vezes



Convocação da primeira Grande Dieta em Liberdade.

mais) e o de Obreiros de 48 para 171 (3,5 vezes mais).

Estas Lojas repartiam-se por 5 Orientes, todos no litoral, havendo sete Lojas no Oriente de Lisboa e uma em cada um dos Orientes do Porto, Estarreja, Coimbra e Torres Vedras. O aumento significativo em tão pouco tempo, quer do número de Lojas quer de Obreiros, é demonstrativo do esforço desenvolvido pelos irmãos para darem à Obediência a força e consistência suficientes para garantir a sua sobrevivência e desenvolvimento na nova Democracia então em construção.

Este singelo mas valioso documento de duas páginas e com a assinatura do nome simbólico do autor, é confirmado por um segundo documento, intitulado “Nota para a Grande Dieta”¹², datado de 24 de Julho de 1975, com o texto “Relação de LLoj.: existentes em 30 de ABRIL de 1974, que se encontravam em actividade, sob os Aisp.: do GRANDE ORIENTE LUSITANO UNIDO”, e que

replica a informação do relatório Araújo e Sá evidenciando as 2 únicas Lojas então em actividade, seguindo-se no documento a “Relação das LLoj.: existentes em 30 de JUNHO de 1975, em actividade, sob os Aisp.: do G Or.: Lus.: Unido”, onde menciona as 11 Lojas já referidas no relatório Araújo e Sá relativamente a Dezembro de 1974.

Dessas 11 Lojas, 6 continuam em actividade e aqui se indicam por ordem de antiguidade: Simpatia e União, Liberdade, José Estevão, Estrela de Alva, A Revolta e União, confirmando-se serem duas delas Lojas centenárias que atravessaram a clandestinidade em actividade contínua e as restantes quatro Lojas centenárias que reergueram as suas Colunas após o 25 de Abril.

A OBEDIÊNCIA RETOMA A NORMALIDADE

O ano de 1975 inicia-se, apesar das vicissitudes do PREC a partir de Março desse ano, com a retoma da normalidade

constitucional na Obediência. É agora altura de convocar a Grande Dieta, o que sucede a 20 de Fevereiro de 1975, com o ainda Grão-Mestre Luís Rebordão a convocar a primeira sessão da Sublime Câmara em liberdade.

“Eu, LUÍS GONÇALVES REBORDÃO, Grão Mestre da Maçonaria Portuguesa, desejando consultar a vontade do Povo Maçónico, usando dos poderes que me confere a CONSTITUIÇÃO, , convoco a GR.: DIETA a reunir no dia 21 de Março p.f.º, pelas 21 horas, para retomar os seus ttrab.: a Bem do interesse da nossa AUG.: ORDEM.”¹³

A primeira Grande Dieta pós 25 de Abril será constituída por 22 membros, 11 Veneráveis e 11 Representantes eleitos, sendo seu Presidente o irmão João Creswell de Sousa.

A primeira reunião teve a presença de 18 membros; a segunda sessão realizou-se a 26 de Março com 15 membros e nela o Grão-Mestre Luís Rebordão apresentou a sua Mensagem, entregando o malhete interinamente a Dias Amado, que em breve seria confirmado no cargo por eleição unânime do povo maçónico; na terceira sessão, realizada a 8 de Abril, participaram 20 membros e nela foram eleitos o Presidente do Conselho da Ordem, o Grande Tribunal Maçónico e o Conservador Geral de Justiça.¹⁴

Como Presidente do Conselho da Ordem foi eleito Armando Adão e Silva. Foram nomeados Grandes Secretários, nos termos constitucionais, os irmãos Joaquim Araújo e Sá, Grande Secretário Geral; Ramon de La Féria, Grande Secretário das Relações de Justiça; Francisco Marques Repas, Grande Secretário das Relações Litúrgicas; e José Eduardo Simões Coimbra, Grande Tesoureiro Geral.¹⁵

Para o Grande Tribunal Maçónico foram eleitos Adelino da Palma Carlos, presidente, e Olívio França, Sebastião Dantas Baracho, Nuno Rodrigues dos Santos e Aníbal

Augusto de Castro como vogais; para Conservador Geral de Justiça foi eleito Gustavo Soromenho.¹⁶

A culminar a composição dos primeiros órgãos da Obediência em Democracia, são emitidos os Decretos n.ºs 5 e 6, de 24 de Julho e de 19 de Agosto de 1975, nomeando os membros escolhidos pelo Grão-Mestre para o Grande Conselho Maçónico.¹⁷

O ano de 1975 foi um ano conturbado e pleno de peripécias políticas. Recorremos de novo às memórias de Simões Coimbra que nos relata uma tentativa de invasão do Palácio numa noite do segundo trimestre de 1975.

Tendo cerca das 23 horas recebido um telefonema do porteiro do Palácio informando que uma multidão se juntava no exterior ameaçando invadir o edifício, Simões Coimbra tentou a intervenção do COPCON, mas o oficial de serviço, apesar de ser da marinha e seu conhecido, nada podia fazer por falta de meios humanos.

Decidiu, então, dirigir-se sozinho ao Palácio e enfrentar a multidão, apelando ao bom senso e invocando os pergaminhos progressistas e republicanos da Obediência, retirando-se de seguida. Por sorte a multidão também se desmobilizou e nada aconteceu nessa noite.

No dia seguinte deslocou-se com Dias Amado, a quem logo pela manhã tinha informado do ocorrido na noite anterior, à Junta de Freguesia do Bairro Alto onde falaram com os seus membros, que tinham sido os instigadores da véspera, e tudo acabou em bem.

Muitos foram os irmãos que contribuíram generosamente com o seu trabalho para a Obediência retomar a sua vida normal nos anos difíceis de 1974 e 75, vários foram referidos ao longo deste artigo. Um teve, no entanto, um papel relevante na divulgação do ideal maçónico.

Recorrendo ainda às memórias do Comandante Simões Coimbra, é

justo salientar o papel que o irmão António Henrique de Oliveira Marques desempenhou durante aquele período, desdobrando-se em múltiplas acções de divulgação da história e da cultura maçónicas.

Fez o inventário do material existente no Museu da PIDE/DGS, muito dele perdido por acção indevida do corpo de marinheiros que então guardava as instalações; organizou a Biblioteca do GOL, elaborando um catálogo que ainda hoje serve de referência; publicou artigos na imprensa e deu entrevistas na RTP; fez conferências dentro e fora da Obediência; organizou exposições e tomou diversas iniciativas enaltecendo a nossa Augusta Ordem; proferiu o discurso de recepção ao Grande Oriente de França, por ocasião da visita realizada em Novembro de 1974; publicou no “Diário de Notícias”, em Janeiro de 1975, uma série de sete artigos sob o tema “A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo”; não menos relevante, publicou uma obra com o mesmo título e ofereceu os rendimentos desta à Obediência.

Neste ano de 2024 celebramos cinquenta anos sobre a data de 25 de Abril de 1974. Meio século de trabalhos porfiados em liberdade e democracia de milhares de irmãos que nas suas Oficinas praticaram e praticam a nobre Arte Real.

Cabe-nos hoje sermos dignos desse testemunho e transmiti-lo, como sólidos anéis de metal puro, aos irmãos vindouros, enaltecendo e reforçando a história do Grande Oriente Lusitano – Maçonaria Portuguesa e da Maçonaria Universal, em prol de uma humanidade mais livre, mais igual e mais fraterna.

LOJAS POR ORIENTE EM 1935

Lojas no Continente

Lisboa	32
Porto	8
Coimbra	4
Figueira da Foz	2
Barreiro	2
Almada	1
Arganil	1
Castro Daire	1
Covilhã	1
Estarreja	1
Fafe	1
Mafra	1
Manteigas	1
Mortágua	1
Oliveira de Azeméis	1
Olhão	1
Ovar	1
Portalegre	1
Setúbal	1
Torres Novas	1
Torres Vedras	1
Viana do Castelo	1
Vila Real	1
Viseu	1

Lojas nos Açores

Angra do Heroísmo	1
Ponta Delgada	2
Ribeira Grande (S. Miguel)	1
Vila Franca do Campo (S. Miguel)	1

Lojas na Madeira

Funchal	2
-------------------	---

Lojas na Africa Oriental

Moçambique	4
----------------------	---

Lojas na Africa Ocidental

Angola...	9
-------------------	---

Total de Lojas 87

LOJAS POR ORIENTE EM 31/12/1974

N.º Ordem	Oriente	N.º Loja	Loja	Obreiros
1	Lisboa	2	Pureza	10
2		4	Simpatia e União	32
3		197	Liberdade	28
4		199	José Estêvão	10
5		289	Estrela D'Alva	15
6		368	Cândido dos Reis	25
7		439	Rebeldia	15
8	Coimbra	336	A Revolta	13
9	Estarreja	472	Silêncio e Combate	8
10	Porto	423	União	8
11	Torres Vedras	457	Progresso	7
Total				171

NOTAS

- ¹ Declaração do Movimento das Forças Armadas, assinada pelo Almirante Rosa Coutinho, 7 de Maio de 1974, Arquivo do Grande Oriente Lusitano (GOL).
- ² SIMÕES COIMBRA, José Edurado, História da Maçonaria em Portugal após o 25 de Abril de 1974, edição copiografada, Biblioteca do GOL, publicada na Revista do Grémio Lusitano, N.º 1, Novembro de 1997, pp. 9 a 17.
- ³ Circular N.º 1, 1 de Junho de 1974, Arquivo do GOL.
- ⁴ Livro Provisório – Actas do Conselho da Ordem a partir do 2.º Semestre de 1974, Arquivo do GOL.
- ⁵ Circular N.º 2, 20 de Novembro de 1974, Arquivo do GOL.
- ⁶ Factura da Tipografia M. Nunes Salvador, Lda., 31 de Março de 1975, Arquivo do GOL.
- ⁷ Decreto N.º 3, 10 de Novembro de 1974, Arquivo do GOL.
- ⁸ Grande Oriente Lusitano Unido, Orçamento para o Ano de 1975, Lisboa, 17 de Dezembro de 1974, Arquivo do GOL.
- ⁹ Relatório das Lojas em Actividade em 16 de Março de 1935 e Lojas constituídas sob os auspícios do Grande Oriente Lusitano Unido – Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa em 1 de Dezembro de 1974, Grande Secretaria Geral, 31 de Janeiro de 1935, Arquivo do GOL.
- ¹⁰ Quadro dos Obreiros em Actividade, Loja Simpatia e União, n.º 4, Oriente de Lisboa, 20 de Janeiro de 1975, Arquivo do GOL.
- ¹¹ Livro de Actas da Respeitável Loja Liberdade (1974-1975), Acta n.º 2, Arquivo do GOL.
- ¹² Nota para a Grande Dieta (Relação das Lojas existentes em 30 de Abril de 1974... (e) em 30 de Junho de 1975), Grande Secretaria Geral, 24 de Julho de 1975, Arquivo do GOL.
- ¹³ Convocação da Grande Dieta, Gabinete do Sapientíssimo Grão Mestre, 20 de Fevereiro de 1975, Arquivo do GOL.
- ¹⁴ Convocação da Grande Dieta, Oriente de Lisboa, 30 de Abril de 1975, Arquivo do GOL.
- ¹⁵ Decreto N.º 4, 10 de Maio de 1975, Arquivo do GOL.
- ¹⁶ Decreto N.º 2, 15 de Abril de 1975, Arquivo do GOL.
- ¹⁷ Decreto N.º 5, 24 de Julho de 1975, e Decreto N.º 6, 10 de Agosto de 1975, Arquivo do GOL.

Memória dos Tempos difíceis - Maçons no Tarrafal

No 50º aniversário do 25 de Abril de 1974, é da mais elementar justiça manifestar reconhecimento aos militares que tiveram a coragem de levar a cabo a operação «Fim-Regime», possibilitando o regresso da Liberdade e da Democracia a Portugal.

A celebração desta efeméride e a evocação dos seus autores, deve, também, ser uma oportunidade para recordar os homens e as mulheres que lutaram, desde 1926, por diversas formas, contra a Ditadura Militar e o Estado Novo.

O Registo Geral de Presos da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), criado em 1933, reúne, até Abril de 1974, em 140 livros, referências a 29 510 detidos, na esmagadora maioria por motivos políticos, embora também alguns por emigração ilegal e outros delitos.

Nesse universo, apenas são contabilizados os detidos pela PVDE, PIDE e DGS, ou entregues a essas entidades repressivas pela PSP e pela GNR, não incluindo os presos por estas duas últimas forças, por breve tempo, e que foram libertados.

Também não constam muitos que, sendo militares, ficaram sob jurisdição própria e ingressaram nas prisões privativas como a Casa de Reclusão da Trafaria ou o Forte de S. Julião da Barra.

A esses números, há que acrescentar os detidos, entre 1926 e 1932, pela

Polícia de Investigação Criminal, Polícia de Segurança Pública e autoridades militares, em número indeterminado, ascendendo a largas centenas, bem como os que foram deportados por simples decisão administrativa ou colocados com residência fixa.

Quando celebramos 50 anos da Liberdade, não podemos esquecer os que resistiram, entre os quais se contaram centenas de maçons que, fiéis aos ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, tudo arriscaram, sofrendo a prisão, a demissão, o exílio, a deportação e até a morte, participaram, individualmente, ou integrados nas mais diversas organizações, nas revoltas armadas e nas lutas legais.

O golpe militar de 28 de Maio de 1926 foi o corolário das diversas conspirações que visavam afastar do poder o Partido Republicano Português, congregando, com o mesmo objectivo, forças antagónicas, numa coligação negativa, que jamais se poderiam entender, como veio a suceder.

Muitos dos que participaram no golpe, incluindo militares republicanos, compreenderam rapidamente

que a ascensão das forças mais conservadoras, após o afastamento de Mendes Cabeçadas e de Gomes a Costa, comprometia o regresso à normalidade constitucional.

A ditadura ameaçava eternizar-se e, para o impedir, só restava o recurso às armas. A partir de 1927, ocorreram diversos movimentos revolucionários visando derrubar a Ditadura Militar e o Estado Novo, embora todos tivessem sido frustrados, pela repressão e falhas na execução.

Ainda em finais de 1926, começaram os preparativos envolvendo formações republicanas com ligações às Forças Armadas e exilados políticos, num esforço difícil, dadas as rivalidades políticas e pessoais que tanto prejudicaram a I República.

A revolta, a eclodir em Fevereiro de 1927, tria um âmbito nacional. Dificuldades na organização, na planificação e no comando acabaram por comprometer a simultaneidade do levantamento, que decorreu de forma faseada, facilitando assim a resposta do governo e a derrota do movimento.

Embora a Maçonaria, enquanto tal, se mantivesse à margem destas revoltas, muitos maçons tiveram um papel destacado e até de direcção nos movimentos insurreccionais de 1927: 3 a 7 de Fevereiro de 1927, no Porto; 3 de Fevereiro, na Figueira da Foz; 4 de Fevereiro, no Algarve; 7 de Fevereiro, em Lisboa. A Revolta do Castelo, 20 Julho de 1928, em Lisboa. As revoltas da Madeira, dos Açores e da Guiné, em Abril de 1931, e no Continente, a 26 de Agosto do mesmo ano.

Uma das consequências destes malogrados movimentos foi o reforço da Ditadura, que aproveitou a oportunidade para sanear as Forças Armadas, demitindo ou punindo muitos militares que nelas estiveram envolvidos, o mesmo sucedeu na função pública em geral. Centenas de opositores foram presos ou deportados para os Açores, Madeira, Cabo Verde, Guiné, São Tomé, Angola e Timor.

A repressão foi generalizada. O Decreto lei nº 13137, de 15 de Fevereiro impôs aos militares a separação do serviço, com 50% do vencimento, a expulsão pura e simples dos agentes, guardas e chefes da polícia, e a baixa de serviço dos sargentos do Exército, Armada, GNR e Guarda Fiscal.

Só na Polícia, as demissões ascenderam a 123. Entre 19 e 22 de Fevereiro de 1927, foram deportados, sem julgamento, mais de 1000 militares e civis, com destino a Angra, Ponta Delgada, Funchal, Cabo Verde e Angola; o «Infante de Sagres» transportou 500 e o «Lourenço Marques», 570.

Das raras tentativas posteriores, sempre frustradas, destacamos a chamada «Revolta dos Generais», em 1947, encabeçada por Mendes Cabeçadas, com a participação de João Soares e de vários oficiais generais, entre os quais o brigadeiro Sousa Maia, pioneiro da Aviação Portuguesa, antigo membro da Loja *Pátria e Liberdade* nº 332, e Lisboa.

No ataque ao Quartel de Beja, a 31 de Dezembro de 1961, participou o então capitão Eugénio Óscar Filipe de Oliveira, futuro Grão-Mestre do GOL, que foi condenado a três anos de prisão. Diga-se, a propósito, que os past-Grão-Mestres Dias Amado, Adão e Silva, Raúl Rego e Ramon de la Féria também passaram pelos cárceres da PIDE.

Muitos maçons participaram nas acções revolucionárias, e em organizações de diversos tipo, clandestinas, semilegais e legais, desde os partidos remanescentes da I República, que foram desaparecendo, em especial o Partido Republicano Português, apenas subsistindo o Partido Comunista Português, mas também as que surgiram ao longo do tempo: Aliança Republicana e Socialista, Liga Portuguesa contra a Guerra e o Fascismo, Frente Popular Portuguesa, Aliança Antifascista e Anticlerical, Renovação Democrática, Movimento Nacional de Unidade Antifascista, Movimento de Unidade Democrática, Movimento de Revolução Social, Núcleo de Doutrinação e Acção Socialista, União Democrato-Socialista, União Socialista, Organização Cívica Nacional, Comissões Promotoras do Voto, Liga Cívica, Causa Republicana, Movimento Nacional Independente, Directório Democrato-Social, Frente Nacional Liberal e Democrata, Acção Democrata-Social, Acção Socialista, CDE's, CEUD, Partido Socialista Português, Movimento de Oposição Democrática (MOD) bem como nas associações dos estudantes das Universidades de Lisboa, Porto e Coimbra, e na Liga Portuguesa dos Direitos do Homem. Também encontramos a participação de maçons nas organizações criadas no exílio, desde o final dos anos vinte, a começar na Liga de Paris.

Seria impossível nomear, neste escrito, todos os maçons que participaram na luta contra a tirania, em prol da Liberdade, que passaram pelas cadeias políticas, pelo Limoeiro, por Peniche e Caxias, pela

Penitenciária, pelo Forte de S. João Baptista de Angra do Heroísmo, pelo exílio, pela deportação nos Açores, na Madeira, em Angola, Cabo Verde, S. Tomé, Angola e Timor. Este texto é dedicado aos maçons que estiveram no Tarrafal.

O título deste artigo - «Evocação dos Tempos difíceis» - inspirou-se no livro de Miguel Wager Russel, *Memória dos Tempos Difíceis*, publicado em 1976, a cujo lançamento assisti. Uma curiosidade: o autor não foi maçom, mas o pai, Miguel Maria Wager Russel, condutor de obras públicas, foi um destacado maçom, que atingiu em 1917 o grau 33º do REAA.

Iniciado em 1905 na Loja *Pureza* nº 2, de Lisboa, com o nome simbólico de «Nuno Álvares», passou pelas Lojas *Liberdade* nº 247, de Santarém, de novo pela *Pureza*, depois pela *Luís de Camões* nº 309, de Macau e pela *Luís de Camões* nº 383, da mesma cidade, de que foi fundador; finalmente, pertenceu à Loja *Rectidão* nº 382, de Lisboa, até 1925, ano da sua morte. A obra relata a experiência do autor na luta contra a Ditadura e a passagem pelo campo de concentração do Tarrafal.

Há 88 anos, através do Decreto-Lei n.º 26 539, de 23 de Abril de 1936, o Estado Novo criava a Colónia Penal do Tarrafal, em Cabo Verde, com o objectivo de neutralizar os que mais se distinguiam na resistência ao regime. Numa primeira fase, entre 1936 e 1954, o campo recebeu 357 detidos, 32 dos quais ali morreram. Numa segunda fase, entre 1961 e 1974, ali estiveram 227 independentistas guineenses, cabo-verdianos e angolanos.

Vamos recordar 10 maçons que estiveram no Tarrafal. Oito, quando já tinham sido iniciados; dois, antes de o serem: António Marcelino Mesquita e Edmundo Pedro. Quatro deram entrada no Campo em 1942, em circunstâncias que vale a pena abordar.

Em plena Segunda Guerra Mundial, os serviços secretos ingleses começaram a estruturar, em Portugal, a partir de 1940, uma rede de agentes e colaboradores, baseada nos serviços da embaixada britânica e em empresas como a Shell, com o objectivo de recolher informações, nomeadamente sobre navios alemães, mas também de preparar condições para a resistência, caso ocorresse uma invasão germânica. Este episódio está devidamente estudado e não o detalhamos, remetendo o leitor para as obras existentes¹.

A partir das prisões efectuadas e dos processos da PIDE, ficou provado o envolvimento, em graus distintos, de Norte a Sul do país, de algumas dezenas de portugueses e estrangeiros principalmente ingleses. Entre eles, encontravam-se alguns maçons. É bem possível que o anterior conhecimento dentre esses elementos possa ter facilitado contactos e aliciamentos.

Quatro antigos membros de Lojas maçónicas foram enviados para o Tarrafal, como medida administrativa para evitar o embaraço de um julgamento, que podia ser melindroso fase à Grã-Bretanha. Tratava-se de Cândido de Oliveira, que tinha responsabilidades na rede, do capitão António Correia, de Élio Correia de Amorim e de Gil Cornélio Gonçalves.

Outros envolvidos na rede, tinham um passado maçónico, dois integraram a Loja *Luz e Liberdade* nº 393, de Braga, à qual de Cândido de Oliveira tinha pertencido: Manuel Ferreira Capra, industrial e negociante, presidente da Câmara Municipal de Braga em 1926, iniciado em 1918, manteve-se activo até 1919; foi detido em 1934 e 1941. Outro antigo membro da Loja, foi Artur Cândido Roriz



Roriz Pereira - ANTT PIDE-DGS, Registo Geral de Presos nº 1374

Pereira (Barcelos, 5 de Março de 1891 - 30 de Outubro de 1962).

Gerente da livraria ABC, do Porto, a partir de 1930, trabalhou na Tipografia “Minerva de Famalicão”, do democrata José Casimiro da Silva. Exerceu por três vezes, o cargo de administrador do concelho de Barcelos, durante a I República. Republicano, aderiu ao MUD (Movimento de Unidade Democrática) e apoiou as candidaturas à Presidência da República de Norton de Matos (1949) e de Humberto Delgado (1958).

Foi amigo de Abel Salazar e em Janeiro de 1939, foi nomeado comandante honorário da Associação dos Bombeiros da Póvoa de Varzim. Foi condecorado com a medalha de prata do Instituto de Socorros a Náufragos, em Dezembro de 1939. Em Agosto de 1945, foi nomeado como Comandante Honorário dos Bombeiros Voluntários de Esposende.

Quando morreu, era funcionário superior da Companhia Editora do Minho, responsável pela revisão de textos dos livros a editar, e director da Empresa Teatral Gil Vicente. Fundou e dirigiu os periódicos barcelenses *O Despertar* (1909) e *A Verdade* (1922) e foi redactor de *A Opinião* (1931). Colaborou

ainda noutros jornais, designadamente em *O Barcelense*.

Foi autor dramático e poeta, publicando no semanário local *A Verdade* algumas poesias, com o pseudónimo Afonso Gorky. Foi ainda correspondente em Barcelos do diário portuense *O Primeiro de Janeiro*. A PVDE iria prendê-lo em 21 de Janeiro de 1942, com passagem pelo Aljube e por Caxias só sendo libertado condicionalmente a 11 de Março de 1944.

Iniciado no Triângulo Nº 178, de Barcelos, em 18 de Junho de 1911, com o nome simbólico de «Cândido dos Reis», foi um dos fundadores da Loja *Luz e Liberdade* nº 393, de Braga, em 27 de Julho de 1917, da qual saiu a 2 de Maio de 1919, para fundar o Triângulo nº 236, de Barcelos, a 29 do mesmo mês, em actividade até 1935.

Outros maçons ligados à «Rede Shell»: Mário Martins dos Santos, ex-oficial do exército, iniciado a 15 de Dezembro de 1934, na Loja *Rebeldia* nº 439, de Lisboa, preso em 26 de Fevereiro de 1935 e libertado em 2 de Março, e novamente detido em 7 de Março de 1942 e restituído à liberdade em 30 de Março; o capitão João Boavida, antigo combatente na Grande Guerra, pertenceu à Loja *Montanha* nº 428, onde foi

¹ Júlia Leitão de Barros, «O caso Shell: a rede de espionagem anglo-portuguesa (1940-1942) *História*, n.º 147, Dezembro (1991), pp. 55-83. José António Barreiros, *Traição a Salazar*, Lisboa, Oficina do Livro, 1912. Esta obra estuda em poemenor a rede e indica abundante documentação portuguesa e inglesa bem como ampla bibliografia.

iniciado em 1925 com o nome simbólico de «Machado dos Santos».

O comerciante e proprietário Manuel Cumbreira, antigo administrador do concelho (1910) e Presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, em 1914, foi delegado concelhio da Casa do Algarve. Preso pela PVDE em Vila Real de Santo António, a 1 de Abril de 1942 e transferido a 5 de Maio para o Forte de Caxias; libertado condicionalmente em 12 de Junho de 194, foio de novo preso em Caxias no dia 2 de Julho do mesmo ano, e libertado condicionalmente em 18 do mesmo mês. Iniciado a 12 de Abril de 1911 no Triângulo nº 163, de Vila Real de Santo António, com o nome simbólico de «Pombal» e fundador da Loja *Guadiana* nº 371.

Manuel José Rodrigues, industrial, iniciado em 26 de Setembro de 1932 na Loja *João Lopes de Moraes* nº450, de Mortágua, e fundador do Triângulo de Abraveses, em 23 de Setembro de 1933. Preso pela PSP de Viseu a 12 de Março de 1942, foi libertado a 23 do mesmo mês e ano.

Mirtil Pereira Rodrigues, comerciante no Cadaval, iniciado a 14 de Abril de 1934 na Loja *Progresso* nº 457, de Torres Vedras, esteve deportado em Timor, em 1931-1933.

Vejamos, pois, os maçons que estiveram no Tarrafal. Cada Homem é um mundo. Cada vida é única e irrepetível. As notas biográficas que aqui alinhamos, sem grandes desenvolvimentos, falam por si.

MANUEL AUGUSTO DA ROSA ALPEDRINHA

Nasceu a 8 de Abril de 1905 em Mação, filho de Ana Miquelina da Rosa Alpedrinha. Diplomado pelo Instituto das Missões



Manuel Augusto da Rosa Alpedrinha

Civilizadoras Laicas em 1926, frequentou depois a Escola Superior Colonial. Inicialmente ligado ao Partido Republicano Português, foi um dos fundadores do jornal *Liberdade*, em 1928.

Preso, pela primeira vez, a 1 de Dezembro de 1927, foi solto no mesmo dia; era detido uma segunda vez, a 22 de Julho de 1928, por suspeita de participação na revolta contra a ditadura, dois dias antes. Restituído à liberdade um mês depois, a 18 de Agosto, aderiu ao PCP em 1929 e participou na reorganização desse agrupamento partidário, dirigida por Bento Gonçalves.

Em 1931 integrou o secretariado do PCP, com o pseudónimo de «Rossi» e passou à clandestinidade no ano seguinte. Em 1932, esteve em Moscovo, com José de Sousa e Fernando Quinino, onde participou no XII Pleno da Internacional Comunista, realizado em Setembro. A 20 de Fevereiro de 1933 foi novamente preso, por ser dirigente do PCP, e deportado para o forte de Angra do Heroísmo, em 22 de Novembro

de 1933, onde permaneceu até 25 de Agosto de 1934.

Condenado a 690 dias de prisão correcional e perda de direitos políticos por cinco anos, embora a sua libertação tenha sido ordenada pelo Tribunal Militar Especial, a 8 de Junho de 1935, por ter terminado a pena, continuou detido à ordem do Ministro do Interior, ao abrigo da prisão preventiva, situação prolongada até 18 de Outubro de 1936.

Transferido para o Tarrafal, a 23 de Outubro do mesmo ano, integrou a primeira leva de prisioneiros para aquele campo de concentração em Cabo Verde; regressou a Lisboa no paquete *Guiné* em 1 de Fevereiro de 1946. Esteve presente em todas as lutas contra o Estado Novo, enquanto trabalhava como jornalista nos periódicos *República*, *Diário de Lisboa*, *A Capital* e *Jornal do Comércio*.

Depois do 25 de Abril de 1974, foi um dos fundadores da União dos Resistentes Antifascistas Portugueses, a cujo Conselho Directivo presidiu, dirigente da Associação de Amizade Portugal-Cuba e membro do Conselho de Imprensa. Em 1981 foi-lhe atribuída uma pensão mensal, «pelo mérito excepcional da contribuição à defesa da liberdade e da democracia»². Morreu em Cascais, a 30 de Dezembro de 1984.

A proposta de iniciação de Manuel Alpedrinha na Loja *Rebeldia* foi aprovada na sessão de 20 de Abril de 1929³; era iniciado a 8 de Junho do mesmo ano, com o nome simbólico de «João Jacques Rousseau»⁴.

Era então estudante da Escola Superior Colonial e declarava ser membro da secção Portuguesa do Socorro Vermelho Internacional. O seu nome consta do quadro da Loja referente a 31 de Dezembro

² Decreto-lei 133/81, de 27 de Outubro, *Diário do Governo* nº 247, I Série, de 27 de Outubro de 1981, p. 2838.

³ Livro de Actas da Loja *Rebeldia*, Arquivo do Grémio Lusitano, fol. 6.

⁴ Idem, fols. 14 e 15.

de 1930; porém, o mesmo já não ocorre no de 31 de Dezembro de 1931, indiciador da saída da Oficina⁵.

BASÍLIO LOPES PEREIRA⁶

Natural de Marmeleira, Mortágua, nasceu em 25 de Dezembro de 1893, filho de Joaquim Lopes Pereira e de Maria da Encarnação Araújo. Advogado e notário em Oliveira de Azeméis, ligado ao Partido Republicano Português e figura destacada da luta contra a Ditadura e o Estado Novo, foi membro, na juventude, do grupo de teatro amador existente na aldeia natal.

Em 1912, para comemorar o 2º aniversário da implantação da República, fundou, enquanto estudante, com Alfredo Fernandes Martins, o pequeno jornal *Sol Nascente*, cujo produto líquido da venda revertia a favor da criação de uma Biblioteca Popular.



Basílio Lopes Pereira - ANTT PIDE-DGS, Registo Geral de Presos nº 10748

Fundada em 1913, passou a chamar-se Centro Democrático de Educação Popular e foi inaugurado em Setembro daquele ano, com a presença de Tomás da Fonseca, outro destacado republicano e maçom. Basílio foi administrador do concelho de Mortágua.

Em 1919, sendo estudante de Direito da Universidade de Coimbra, foi um dos responsáveis pela formação do Batalhão Académico que combateu a Monarquia do Norte. Concluído o curso, fixou-se em Oliveira de Azeméis onde foi administrador de concelho e notário; fundou, em 1923, a Escola Livre local. Iniciado em 13 de Julho de 1923, na Loja *A Revolta* nº 336, de Coimbra, com o nome simbólico de «Fernão Vasques», instalou, em 11 de Abril de 1925, o Triângulo de Oliveira e Azeméis, que se transformou na Loja *27 de Agosto* nº 437, de que foi fundador e Venerável, mesmo quando as vicissitudes da luta contra a Ditadura o forçaram a ausentar-se voluntária ou involuntariamente daquela localidade.

Era considerado o chefe local do Partido Republicano Português e um adversário encarniçado da nova situação política nascida do 28 de maio de 1926. Quando eclodiu a revolta de 3 de Fevereiro de 1927, foi para o Porto, de automóvel, com alguns amigos, com o objectivo de ajudar os revoltosos⁷.

Detido pela Polícia de Informações a 25 de Abril de 1930, por ser considerado elemento de ligação entre revolucionários de Coimbra, Porto, Aveiro e Viseu, com contactos com Cal Brandão, Manuel Luís Costa de Figueiredo, António Marques da Costa e José dos Reis, foi

deportado para os Açores, embarcando para Angra a 8 de Julho.

Embora com residência fixa em Ponta Delgada, continuou a desenvolver uma intensa actividade política e maçónica, ascendendo, em Fevereiro de 1931, ao grau Cavaleiro Rosa Cruz do Rito Francês. A 6 de Março de 1931, elaborava uma minuciosa proposta que apresentou na Loja *Companheiros da Paz* nº 229, de Ponta Delgada, intitulada «Pacto e Bases para a renovação e intensificação da acção maçónica no vale de Ponta Delgada (Açores)», propondo a formação de mais duas Lojas e de uma organização profana, o Grémio Açoriano⁸.

Em Abril de 1931, participou na revolta dos Açores contra a Ditadura, desempenhando as funções de governador civil, nomeado pelos revoltosos, e dirigiu o jornal *Correio os Açores*. Conseguiu evitar a prisão e evadir-se para a metrópole, onde continuou a actividade revolucionária e maçónica.

Em Agosto, esteve em Matosinhos, onde contactou o ex-tenente Reis Morais, ficando responsável pela ligação com António Ferreira da Costa. Coordenou diversos grupos revolucionários civis, participou numa reunião, na Pensão Vidal, para secundar o movimento revolucionário que eclodiu em Lisboa a 26 de Agosto.

Ficou encarregado de conseguir pistolas *Parabellum* para os elementos civis de um grupo dirigido por um ex-sargento. Apresentou Teodoro Pereira Ribeiro, especialista em bombas, ao ex-capitão Nuno Cruz e foi encarregado de organizar um grupo civil que se devia concentrar em Arainho para

⁵ Vejam-se os detalhes da passagem de Manuel Alpedrinha pela Maçonaria no nosso livro *A Luz Vinha do Oriente. Comunistas e Maçons em Portugal (1919-1935)*, Lisboa, Âncora, 2023, pp. 303 a 306.

⁶ Veja-se a obra de João Paulo Gaspar de Almeida e Sousa, *Memórias da Vila da Irmânia. Realidade e Utopia por terras de Mortágua nas primeiras décadas do Século XX*, Coimbra, Minerva Editora, 2022. Insere abundante informação sobre Basílio Lopes Pereira.

⁷ ANTT, Arquivo PIDE/DGS, Cadastro Secreto nº 14 Basílio Lopes Pereira

⁸ «Pacto e Bases para a renovação e intensificação da acção maçónica no vale de Ponta Delgada (Açores)», Arquivo do Grémio Lusitano, pasta da Loja *Companheiros da Paz* nº 229.

assaltar o quartel de Artilharia da Serra do Pilar.

Foi preso em Lisboa a 1 de Novembro de 1932, em casa do engenheiro António Freire Sobral, na Avenida João Crisóstomo, onde habitava num quarto. Usava então os nomes supostos de «Adalberto» e «Adalberto B. de Andrade». Nos autos, a polícia concluiu que «o epigrafado é maçom»⁹.

A 8 de Dezembro, foi libertado por estar abrangido pela amnistia concedida pelo decreto nº 21943, de 5 de Dezembro de 1932, não tendo por isso sido concluído o respectivo processo. Novamente preso, a 11 de Março de 1933, «sob acusação de estar envolvido em manejos revolucionários»¹⁰, ficou provado que, após o 26 de Agosto, fora a Abrantes buscar umas metralhadoras e outras armas e que mantinha relações com o ex-tenente Alexandrino dos Santos e com o Dr. Raul Weelhouse.

Mas o processo foi mandado arquivar uma vez que os factos se reportavam a uma data anterior a 5 de Dezembro de 1932, estando por isso abrangidos pela amnistia. Foi restituído à liberdade a 29 de Março.

A partir de então, Basílio Lopes Pereira passou à clandestinidade, desenvolvendo uma intensa actividade no âmbito da Maçonaria. Em 1934, a PVDE considerava que estava envolvido na organização revolucionária do Porto, sendo arguido num processo que ali corria.

Julgado à revelia, a 8 de Maio de 1935, pelo Tribunal Militar Espacial, acusado de actividades subversivas e revolucionárias, foi condenado a sete anos de desterro e multa de 14 000 escudos. Integrou a direcção da Acção Anticlerical e Antifascista

(AAA), uma das organizações que apoiava a Frente Popular Portuguesa, usando os pseudónimos de «A. Madeira» e «Manuel J. Luz Afonso»¹¹.

A 27 de Junho de 1938, o Tribunal Militar Especial diminuiu a pena anteriormente aplicada a Basílio Lopes Pereira, para cinco anos de desterro e perda de direitos políticos por 10 anos. Dirigiu a Conjunctão Republicana Pró-Democracia e apoiou refugiados republicanos espanhóis em Portugal durante a Guerra Civil de Espanha, tendo estado, nessa época, em Barcelona e em Paris.

Preso pela PVDE a 26 de Setembro de 1938, o processo ficou concluído a 18 de Dezembro, sendo acusado de preparar o derrube do Estado Novo por meios revolucionários, em conexão com António Duarte e Joaquim José da Piedade Godinho.

Em novo processo, concluído a 14 de Junho de 1939, era acusado e ser o principal dirigente da Aliança Anticlerical e Antifascista (AAA), «que tinha por fim preparar entre a mocidade, um sistema revolucionário que apoiasse uma intentona organizada pela Frente Popular Portuguesa.» A referida organização tentou tomar grande desenvolvimento no período da Guerra Civil de Espanha (...).

A organização dos três AAA era modelada em bases revolucionárias, as quais falam mais alto do que o pseudo romantismo do epigrafado, ficando assim demonstrada a «actividade perniciosa que estava a desenvolver não só entre a mocidade, como em todos os sectores onde existiam elementos desafectos à construção política do Estado Novo»¹².

Reunidos os dois processos, Basílio Lopes Pereira foi julgado, a 27 de Junho de 1939, no Tribunal Militar Especial, e condenado, diminuindo-lhe a pena já aplicada no processo nº 235/34, em cinco anos de desterro, multa de 500 Escudos e perda de direitos políticos por 10 anos.

A 18 de Outubro de 1939, compareceu de novo no Tribunal Militar Especial, (processo 984/38), vendo a pena agravada com mais um ano de desterro. Deu entrada no Depósito de Presos de Caxias a 30 de Outubro, mas foi transferido para a Colónia Penal de Tarrafal, em Cabo Verde, a 23 de Abril de 1940, onde ficou até 10 de Junho de 1942.

Durante a permanência no Tarrafal, parece terem-se aprofundado as divergências com os comunistas, que o conduzirão a posições cada mais críticas em relação do PCP, sem, no entanto, deixar de manter uma atitude intransigentemente oposicionista e republicana.

Estabelecido em Barcelos como advogado, foi submetido a vigilância por parte da PIDE, que registava todos os seus movimentos. Em 1948, a delegação do Porto informava que ele fazia parte de uma comissão de melhoramentos de estradas, que também integrava o pároco, mas que as reuniões se faziam em casa do advogado e que nelas «tem sido feita propaganda a favor do general Norton de Matos»¹³.

Basílio aderiu ao Movimento de Unidade Democrática, em 1945 e apoiou a candidatura do general Norton de Matos à Presidência da República, participando em sessões públicas como as realizadas a 15 de Janeiro no Teatro Avenida de S. João da Madeira, 21 de Janeiro em

⁹ ANTT, Arquivo PIDE/DGS, Cadastro Político nº 923 Basílio Lopes Pereira

¹⁰ Idem.

¹¹ Luís Farinha publica uma credencial da Frente Popular Portuguesa em nome de Manuel José Luís Afonso, isto, de Basílio Lopes Pereira. *O Revirvalho. Revoltas republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo 1926 – 1940*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998,

¹² ANTT, Arquivo PIDE/DGS, Cadastro Político nº923 Basílio Lopes Pereira.

¹³ ANTT, Arquivo PIDE/DGS, Basílio Lopes Pereira, Delegação do Porto, nº 11358, nº I – 3633,

Estarreja, 30 de Janeiro em Ponte de Lima, 6 de Fevereiro em Viana do Castelo.

A 24 de Novembro de 1949, voltou a ser detido pela PIDE, para averiguações, sendo libertado dois dias depois. O processo instaurado a seis arguidos¹⁴, relacionava-se com material de guerra antigo, que fora encontrado pela Guarda Nacional Republicana, a 17 de Outubro de 1949, em dois poços no lugar de Cruzeiro, freguesia de S. Vicente de Pereira, concelho de Ovar.

Tratava-se de uma metralhadora pesada, uma metralhadora ligeira, espingardas, pistolas, granadas, um lança-granadas, carregadores e munições. Junto a esse pequeno arsenal, estavam alguns manifestos de Bernardino Machado datados de 1934¹⁵. O material destinava-se a ser utilizado numa futura revolução em Portugal. Mas tudo ocorrera 15 anos antes, quando Basílio Lopes Pereira fazia parte da junta revolucionária dirigida pelo capitão Nuno Cruz, falecido naquele ano.

Como a revolta se malogrou, foi dada ordem de destruição do material de guerra, o que não sucedeu, tendo o caso caído no esquecimento. A matéria tinha prescrito, pelo que não houve consequências no âmbito do processo.

Basílio Lopes Pereira apoiou a candidatura do almirante Quintão Meireles à Presidência da República, em 1951, num ambiente em que a Oposição estava profundamente dividida entre o Partido Comunista Português, e seus aliados, e os sectores republicanos e socialistas.

A guerra-fria contribuía para agudizar as divergências, com ataques recíprocos. De novo, Basílio Lopes Pereira participou em sessões de propaganda em Barcelos (Teatro

Gil Vicente, 9 de Julho de 1951) e Estarreja (13 de Julho). Nessas eleições legislativas, a Oposição apresentou-se dividida. Enquanto os sectores moderados apostavam na participação no acto eleitoral, o PCP e o Movimento Nacional Democrático (MND) defendiam a abstenção, classificando os primeiros de colaboracionistas.

Basílio Lopes Pereira foi candidato oposicionista pelo círculo de Aveiro e publicou um manifesto onde atacava duramente o, os comunistas, a União Soviética e até criticava posições tomadas no passado por Bento de Jesus caraça, o que motivou a intervenção de alguns democratas que protestaram contra os termos utilizados pelo causídico.

O seu anticomunismo era tão forte, como o seu anti-salazarismo. Longe iam os anos 30, onde conviveu com muitos jovens comunistas. É compreensível a amargura de Alexandre Babo, quando recordava a viragem de um homem que foi um modelo de coragem e de abnegação para a sua geração, e com o qual alguns cortaram relações devido ao violento anticomunismo¹⁶.

Basílio Lopes Pereira participou em diversas sessões de propaganda nas eleições de 1953, nomeadamente em Aveiro (Teatro Avenida, 20 de Outubro), Estarreja (24 de Outubro) e Águeda (1 de Novembro). Em 1954, tomou posição contra a atitude da União Indiana a propósito de Goa, numa nota assinada em Setembro, por um grupo de republicanos e democratas. E continuou a marcar posição em reuniões promovidas por republicanos.

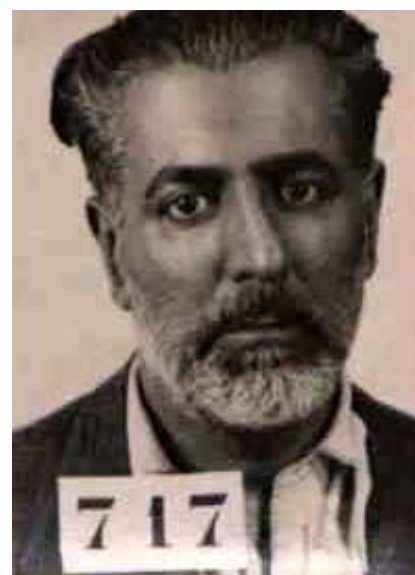
Em 1957, aderiu ao manifesto dos oposicionistas abstencionistas divulgado em 1 de Outubro, subscrito por dezenas de democratas, entre os quais Jaime Cortesão, Mário

de Azevedo Gomes, Mendes Cabeçadas, Dias Amado, António Macedo, Mário e Carlos Cal Brandão, José Domingues dos Santos, Hélder Ribeiro, Vasco da Gama Fernandes, José Magalhães Godinho e Eduardo dos Santos Silva.

Em 11 de Maio de 1958, participou, em Cantanhede, na sessão de homenagem a Jaime Cortesão. Fez parte da Associação de Escuteiros de Portugal e foi membro da direcção dos Bombeiros Voluntários de Mortágua. Presidiu, em Oliveira de Azeméis, ao Grupo Teosófico «Sarmento de Beires».

Faleceu em Lisboa a 25 de Maio de 1959. No seu funeral compareceram Carlos Cal Brandão, Vasco da Gama Fernandes, Mário Gomes da Silva, Tomás da Fonseca, entre muitos outros. O seu nome foi dado a uma das ruas de Oliveira de Azeméis.

EDUARDO VIEIRA MARQUES



Eduardo Vieira Marques - ANTT PIDE-DGS, Registo Geral de Presos nº 3865

Possuímos escassos dados biográficos. Era natural de Lisboa, onde

¹⁴ ANTT, Arquivo PIDE/DGS, Processo nº 179/49 da Subdirectoria do Porto da PVDE, ANTT, Arquivo PIDE/DGS. PIDE-DGS, Registo Geral de Presos, nº 10748.

¹⁵ O relatório da GNR está transcrito no Processo nº 179/49 referido.

¹⁶ Alexandre Babo, *Recordações de um Caminheiro*. Lisboa, Editorial Escritor, 1993, p. 116.

nasceu a 9 de Fevereiro de 1886, filho de Eduardo Vieira arques e de Eugénia da Conceição Pais. Foi Actor do Teatro Ginásio.

Preso para averiguações pela PSP a 25 de Agosto de 1936, deu entrada na cadeia do Aljube a 22 de Setembro e foi enviado para o Tarrafal a 26 de Abril de 1936. Regressou a Portugal a 26 de Abril de 1938, sendo libertado na mesma data.

Iniciado em 24 de Fevereiro de 1909 na Loja *Liberdade* nº 197, de Lisboa, com o nome simbólico de «Teodorico». Atingiu os graus 2º em 2 de Julho de 1909, 3º em 4 de Setembro de 1909; e 4º em 11 de Julho de 1910 e 5º em 31 de Outubro de 1914. Foi recebido em 11 de Abril de 1910, na Loja *Gil Vicente* nº 263, de Lisboa, uma Oficina com um grande número de actores.

GIL CORNÉLIO GONÇALVES¹⁷

Nasceu em Elvas, freguesia de Salvador, a 16 de Setembro de 1893, filho de Manuel Gonçalves Caldeira e de Juliana da Conceição. Assentou praça em 30 de Setembro de 1909 no Grupo de Artilharia nº 4. Participou na revolução de 14 de Maio de 1915 contra a ditadura de Pimenta de Castro, quando era sargento na Trafaria. Sublevou, então, a guarnição de uma bateria e foi acusado de ter morto o comandante, alferes Pinto, quando este ordenava fogo sobre os navios revoltosos.

Pelas ligações ao Partido Republicano Português (democrático), foi preso a 10 de Dezembro de 1918, no seguimento da tomada do poder por Sidónio Pais, permanecendo na Casa de Reclusão da 1ª Divisão do Exército até 24 de Dezembro; foi transferido para o

Presídio Militar de Santarém, onde ficou até 21 de Janeiro de 1918. Restituído à liberdade, foi de novo detido durante 21 dias - dos quais 18 incomunicável - em Lisboa, no Governo Civil e no Castelo de São Jorge.

Sofreu uma nova prisão a 6 de Setembro de 1918, acusado de fazer parte de um comité revolucionário da margem Sul do Tejo. Detido no Governo Civil e na Penitenciária de Lisboa até 6 de Outubro, foi transferido para o Presídio Militar de Santarém e libertado a 10 de Janeiro durante a revolta ocorrida naquela cidade, à qual aderiu.

O malogro do movimento levou-o de novo à prisão, sendo posto em liberdade depois da derrota da revolta monárquica em Monsanto. No total, esteve preso durante 332 dias. Promovido a alferes, a 31 de Março de 1919 no Regimento de Artilharia nº 3, passou para o Regimento de Artilharia nº 1 e



Gil Cornélio Gonçalves - ANTT PIDE-DGS Registo Geral de Presos nº 9755

depois para o nº 5. A 17 de Maio de 1919 foi colocado no Regimento de

Artilharia nº 8, depois no Arsenal do Exército (6 de Setembro de 1919) e na Bateria nº 1 de Artilharia de Montanha (31 de Março de 1920).

Promovido a tenente, a 18 de Novembro de 1922, regressou ao Arsenal do Exército a 17 de Março do ano seguinte. Prestou depois serviço no Grupo Trem nº 4 (30 de Setembro de 1926), na Bateria de Artilharia de Defesa Móvel de Costa nº 1 (28 de Fevereiro de 1927) e na Bateria de Artilharia de Defesa Móvel de Costa nº 3 (9 de Agosto de 1930).

Participou na revolta da Madeira de 1931, pelo que foi demitido do Exército a 15 de Abril daquele ano, juntamente com os principais implicados¹⁸ e deportado para Cabo Verde. Regressou à Metrópole, com a amnistia de 25 de Dezembro de 1932 (decreto nº 21943), e trabalhou como empregado comercial em Lisboa. Preso a 24 de Dezembro de 1933, em Setúbal, por ligações ao general Sousa Dias e a outros militares revolucionários, foi libertado a 12 de Maio de 1934.

A 16 de Abril de 1938, voltou a ser detido no Aljube, para averiguações, e libertado a 11 de Maio. Reintegrado como oficial miliciano na situação de licenciado, foi colocado na Bateria de Artilharia de Defesa Móvel de Costa nº 3 (5 de Novembro de 1939). A 25 de Março de 1940 conheceu nova prisão, sob suspeita de ser agente de ligação num movimento revolucionário em preparação, com o Dr. Francisco Rodrigues, advogado de Lisboa, e de ter aliciado diversos oficiais do exército. Foi libertado a 13 de Junho.

Foi novamente detido pela PIDE, no Porto, a 27 de Fevereiro de 1942, e transferido para o Aljube de Lisboa, a 31 de Julho. Embarcou para o

¹⁷ Arquivo Histórico Militar, Processo Individual, Caixa 3940; Processo Político do Tenente do Quadro Auxiliar do Serviço Administrativo Gil Cornélio Gonçalves, PT/AHM/FO/033/1/437/907; ANTT, PIDE / DGS, Cad. 4113; PC 398/38, NP 4516; PC 508/40, 8º Volume, NP 4622; RGP 9755; PC 90 /42, 8º Volume, NP 4745; Cad. 1897 /SR.

¹⁸ Decretos-lei 19567 e 19595, de 7 e 10 de Outubro de 1931, *Ordem do Exército* nº 8, 2ª Série, pp. 214-215.

campo de concentração do Tarrafal, Cabo Verde, a 5 de Agosto de 1942, e ali permaneceu até 1 de Janeiro de 1944. Regressado a Portugal, foi internado no Hospital Júlio de Matos, indo depois para o Forte de Caxias, em 7 de Janeiro, e para o Forte de Peniche a 23 de Maio.

Obteve a liberdade condicional a 29 de Maio de 1944. Embarcou para Angola a 30 de Setembro de 1952, contratado pelo Ministério do Ultramar, onde trabalhou como topógrafo-desenhador das brigadas de estudo e construção de estradas e pontes (tinha o curso de telemetrista concluído em 1912). Regressou ao Continente em 1956. Prestou serviço na Assistência aos Tuberculosos do Exército desde 1 de Julho de 1958. Passou à situação de reforma a 16 de Junho de 1963.

Iniciado a 19 de Março de 1923 na Loja *Ordem e Progresso* n.º 395, de Lisboa, com o nome simbólico de «Gil Eanes». Investido no grau de Companheiro a 15 de Maio de 1926, atingiu o grau 3.º em 17 de Fevereiro de 1933. Morreu em Lisboa, a 16 de Novembro de 1966.

SEBASTIÃO DE JESUS PALMA

Nasceu em Loulé a 20 de Junho de 1879, filho de Hermenegildo Gomes Palma e de Maria do Carmo Palma. Presbítero em 22 de Fevereiro de 1902, era Pároco do Ameixial em 1909. Aderiu entusiasticamente à República, o que constituiu uma excepção entre o clero.

Pensionista, foi suspenso de funções após a implantação da República pelo Bispo António Barbosa de Leão. Recusando-se a abandonar o posto, foi excomungado por Provisão de 11 de Julho de 1911. Amigo pessoal de Afonso Costa, foi administrador do concelho de Beja, comissário da polícia e dirigente local do PRP. Adversário da situação decorrente do 28 de Maio de 1926, era



Sebastião de Jesus Palma

comerciante e agente comercial, quando foi preso em Beja e enviado, em 27 de agosto de 1928, para Lisboa, “por fazer parte do comité revolucionário” envolvido na revolta de 20 de Julho. e libertado a 28 de Setembro seguinte.

Novamente preso e entregue, em 10 de Novembro de 1933, pelo Comando da PSP de Beja à PVDE, “por desenvolver grande atividade conspiratória”, foi libertado em 9 de Dezembro. Preso pela PVDE em 31 de outubro de 1936, por suspeita de envolvimento numa acção que se preparava no quartel da Escola Prática de Artilharia de Vendas Novas, mantendo ligações com o ex-sargento ajudante Sebastião da Encarnação Júnior, foi levado, incomunicável, para uma esquadra, transferido, em 17 de Novembro, para o Aljube, e libertado em 24 de Maio de 1937, por ter sido despro-nunciado pelo Tribunal Militar Especial.

Preso, de novo, em 5 de março de 1942, “para averiguações”, recolheu, incomunicável, a uma esquadra. Integrava, então, a rede de espionagem anglo-portuguesa do “SOE” (Special Operations Executive, Seção H), com o código H. 503.8,

passou, em 5 de Maio, para o Forte de Caxias.

A 5 de Agosto, foi transferido para o Campo de Concentração do Tarrafal, de onde regressou em 27 de Janeiro de 1944. Conduzido ao Hospital Júlio de Matos, entrou, no dia 2 de fevereiro, no Forte de Caxias e, em 23 de Maio, passou para o de Peniche, de onde saiu em liberdade condicional no dia 29.

Apoiou a candidatura de Norton de Matos à Presidência da República em 1948, sendo um dos oradores no grande comício realizado em Beja, na Quinta das Sanguessugas. Comerciante e industrial muito empreendedor no Algarve, em Beja e Lisboa, foi assessor permanente da SAPEC, sócio da Sociedade Nacional de Sacarias, fundador da Auto Mecânica de Portugal, director-geral da Sociedade Lisbonense de Malhas, sócio fundador da Camionagem Tavirense e cofundador da empresa EVA. Em Beja, presidiu à Associação de Socorros Mútuos e ao Montepio Bejense.

Foi iniciado em 17 de Fevereiro de 1925 na Loja *Irradiação* n.º 315, de Lisboa, com nome simbólico desconhecido. Morreu em 1951, e foi agraciado pelo Presidente Ramalho Eanes, em 2 de Agosto de 1979, com o grau de Comendador da Ordem da Liberdade, a título póstumo. Tem uma rua com o seu nome em Beja.

CÂNDIDO FERNANDES PLÁCIDO DE OLIVEIRA¹⁹

Nasceu em Fronteira, a 24 de Setembro de 1896, filho de António Plácido de Oliveira e de Maria Claudina. Entrou para a Casa Pia de Lisboa depois de ter ficado órfão. Fez o Curso Comercial e praticou diversos desportos – luta greco-romana, natação e futebol –, estando na origem da fundação do Casa Pia Atlético Clube (Ateneu Casapiano).

¹⁹ Veja-se Homero Serpa, *Cândido de Oliveira, uma Biografia*, Lisboa, Caminho, 2000.



Cândido Fernandes Plácido de Oliveira

Venceu o prémio «Januário Barreto» - outro destacado maçom, marido de Carolina Beatriz Ângelo - da Associação de Futebol de Lisboa. Fez também o Curso de Telegrafia, empregando-se nos Correios e Telégrafos, como aspirante, chegando a Chefe de Divisão.

Cândido de Oliveira, que no futebol era discípulo de Cosme Damião, substituiu-o na preparação do Grupo Escolar da Casa Pia de Lisboa, apoiou a criação da Associação Escolar dos Alunos, começou a jogar no Benfica e a interessar-se pelos jornais desportivos.

Iniciou a actividade como jornalista desportivo em *A Vitória*, passando pouco tempo depois para a revista *Football*, em cuja redacção preparou a fundação do Casa Pia Atlético Clube (CPAC), de que foi um dos principais mentores e capitão na estreia internacional em Madrid, contra a Espanha.

Para além de jogador, foi um dos maiores treinadores e seleccionadores portugueses de sempre, deixando o nome ligado à selecção nacional, nomeadamente nos jogos Olímpicos de Amesterdão, mas também a clubes como a Académica de Coimbra, o Sporting Clube de Portugal, o Belenenses e o Futebol Clube do Porto.

Depois da experiência da *Gazeta Desportiva*, e da passagem pela *Stadium* e por outros jornais, fundou com Ribeiro dos Reis e Vicente de Meio o jornal *A Bola* que se transformou numa escola de jornalismo, afirmando-se no primeiro lugar na imprensa desportiva portuguesa.

Quando era Inspector dos CTT, em plena II Guerra Mundial, Cândido de Oliveira, que foi sempre um republicano e defensor dos ideais de liberdade e de progresso, integrou a estrutura criada pelos Serviços Secretos ingleses. Era o agente H. 204 e H. 700, e *Pax*, do Special Operations Executive (SOE).

Cândido de Oliveira foi preso a 1 de Março de 1942 e encarcerado no forte de Caxias, sendo enviado para

o Tarrafal a 20 de Junho do mesmo ano. Regressou a Portugal 1 de Janeiro de 1944, ficou detido de novo em Caxias, depois no Aljube e novamente em Caxias, sendo libertado a 27 de Maio do mesmo ano.

Impossibilitado de continuar no seu anterior emprego, do qual foi demitido, lançou-se no projecto de *A Bola*. Da experiência em Cabo Verde deixou um pungente testemunho, o livro *Tarrafal, o Pântano da Morte*, que ficou inédito e só foi publicado em 1974, pela Editorial *República*, com um prefácio de José Magalhães Godinho, seu companheiro de resistência.



Em 1946 ainda teve ligações ao levantamento chefiado pelo capitão Queiroga, conhecido como «Revolta da Mealhada». A Federação Portuguesa de Futebol deu o nome de Cândido de Oliveira ao troféu que anualmente se disputa no início das temporadas de futebol entre os vencedores do campeonato nacional da 1ª Divisão e da Taça de Portugal.

Cândido de Oliveira foi iniciado na Loja *Luz e Liberdade* nº 393, de Braga, em 1 de Dezembro de 1930, quando era Chefe dos Correios naquela cidade, com o nome simbólico de «Sócrates». Foi elevado a Companheiro a 14 de Julho de 1931 e a Mestre a 30 de Setembro do mesmo ano. Morreu em Estocolmo, Suécia, a 23 de Junho de 1958.

ÉLIO CORREIA DE AMORIM

Nasceu em 25 de Setembro de 1906, em Arifana, Vila da Feira, filho de Conceição Emília Correia Amorim e de António da Costa Silva Amorim. Comerciante no Porto, sócio da firma Costa de Amorim Limitada, foi preso para averiguações a 3 de Março de 1942, pela PVDE (delegação do Porto).

Em 11 de Março foi transferido para a sede, em Lisboa, e encaminhado para a Cadeia de Caxias. Em 19 de Maio, foi transferido para a Cadeia do Aljube e, a 21 de Maio, foi, sob prisão, ao Porto, para estar presente no 5º Juízo Criminal. Regressou à Cadeia do Aljube (23 de Maio de 1942), de onde foi transferido, sucessivamente, para a Cadeia de Caxias (3 de Julho de 1942) e para o Campo de Concentração do Tarrafal.

Embarcou para Cabo Verde em 5 de Agosto de 1942. A 1 de Janeiro de 1944, regressou à sede da PVDE (Lisboa) e foi internado no Hospital Júlio de Matos. A 7 de Janeiro de 1944 foi transferido para a Cadeia de Caxias e, em 4 de Maio, para a Cadeia do Aljube, de onde saiu em liberdade condicional em 27 de Maio.



Élio Correia de Amorim - Arquivo do Grémio Lusitano

Entregue pela PSP na delegação do Porto da PVDE, a 1 de agosto de 1945, foi libertado três dias depois. Foi novamente preso pela subdirectoria da PVDE do Porto, a 13 de Novembro de 1949, por *“ter insultado diversos eleitores que se encontravam à porta, aguardando vez, de uma das sessões de voto da freguesia da Cedofeita daquela cidade”*, sendo então entregue nos Tribunais Criminais do Porto (19 de Novembro de 1949).

Voltou a ser preso pela referida subdirectoria, a 28 de Abril de 1950, por *“provocação a um chefe de Brigada”* daquela polícia e foi libertado em 5 de maio de 1950. Era sócio dos Bombeiros Portuenses, do Sport Clube do Porto e do Grupo desportivo os 13.

Uma proposta para a sua iniciação foi apresentada na Loja *Progreddior* nº 273, do Porto, a 25 de Janeiro de 1933 e aprovada a 10 de Fevereiro, sendo iniciado em data desconhecida, com o nome simbólico de

«Manuel Pereira». Foi um dos promotores da revitalização da Loja *União* nº 423, do Porto, em Novembro de 1974, conservando-se naquele Oficina até à sua morte, desempenhando o cargo de Chanceler. Morreu a 1 de Março de 1988.

ANTÓNIO CORREIA

António Correia nasceu a 27 de Julho de 1895, em S. Pedro de France, perto de Viseu, filho de Henrique Martins Correia e de Maria Lucinda Lemos. Ainda estudante do liceu, alistou-se no exército, em 10 de Janeiro de 1912. Promovido a alferes em 11 de Novembro de 1916, a tenente em 28 de Maio de 1921 e capitão em 28 de Maio de 1925, passou à reserva em 31 de Dezembro de 1937.



António Correia - AHM P29A VI L52 nº 302014 ANTT PIDE-DGS Registo Geral de Presos nº 14176



Participou na Grande Guerra, em França, e foi um dos pioneiros da Aviação Portuguesa, obtendo o *brevet* em Inglaterra. Um acidente de aviação em Torres Novas, com Ribeiro da Fonseca, forçou-o a regressar à Arma de Artilharia. Embora tenha estudado na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, seguiu a vida militar.

Em Viseu, casou com uma filha do advogado Fernando Mouga, destacada figura da Oposição ao Estado Novo; naquela cidade colaborou na criação de uma Universidade Livre e fundou o jornal local *República*, que dirigiu e onde escrevia. Conviveu com os seareiros Raul Proença e Câmara Reis.

Durante a II Guerra Mundial, esteve ligado à rede criada pelos serviços secretos ingleses, destinada a organizar a resistência em Portugal no caso de uma invasão alemã. Usava o nome de código H. 327^a. Preso a 11 de Janeiro de 1942, foi enviado para o Aljube e, como era militar, seguiu para a Casa de Reclusão da Trafaria, a 19 do mesmo mês.

Demitido do Exército, por despacho de Santos Costa, foi transferido, a 8 de Julho do mesmo ano, para o Aljube e dali passou para Caxias (28 de Julho). A 5 de Agosto, embarcou para o Tarrafal, onde permaneceu até 27 de Janeiro de 1944. De regresso ao Continente, voltou a Caxias a 2 de Fevereiro e foi transferido para Peniche a 23 de Maio, até ser libertado, a 1 de Novembro de 1945.

Aderiu ao Movimento de Unidade Democrática e foi um dos oradores do comício realizado no Teatro Avenida. Depois da libertação, viu-se confrontado com uma difícil situação económica. Trabalhou no comércio em Lisboa e Viseu, e também como empregado, na *Seara Nova*. Fixou residência nos arredores de Vila da Feira, em casa da sua filha mais velha, leccionou num colégio da vila, até a PIDE obrigar o director a despedi-lo.

Publicou dois interessantes livros: *Poucos Conhecem os Açores*, com prefácio de Câmara Reis (1942) e *Palavras Sem Eco* (1960), apreendido pela PIDE. Depois do 25 de Abril, foi reintegrado, postumamente, no Exército.

Iniciado em 1931, na Loja *António José de Almeida*, de Fafe, com o nome simbólico de «Robespierre», foi regularizado em 25 de Setembro do mesmo ano no Triângulo n.º 311 de Vil de Moinhos, investido nos graus 2.º e 3.º e desempenhando o cargo de Orador. António Correia foi um dos fundadores do Triângulo de Abraveses, em 23 de Setembro de 1933, do qual foi presidente. Morreu em Sanfins, Vila da Feira, a 30 de Novembro de 1961

ANTÓNIO DOS SANTOS MARCELINO MESQUITA

Nasceu em Leiria, a 22 de Dezembro de 1912. Estudante, ligado ao movimento anarquista e à Confederação Geral do Trabalho, esteve envolvido nos preparativos da greve geral insurreccional de 18 de Janeiro de 1934 na região de Leiria, organizando um grupo de 20 elementos para acções de sabotagem.



António dos Santos Marcelino Mesquita

Preso a 30 de Janeiro, no comando da PSP de Leiria, foi acusado de ter derrubado postes telegráficos

«No ataque ao Quartel de Beja, a 31 de Dezembro de 1961, participou o então capitão Eugénio Óscar Filipe de Oliveira, futuro Grão-Mestre do GOL, que foi condenado a três anos de prisão.»

e telefónicos com corte de comunicações. Julgado pelo Tribunal Militar Especial, a 28 de Fevereiro, e condenado a cinco anos de desterro, 10 contos de multa e perdas de direitos políticos por cinco anos, seguiu para Angra do Heroísmo em 8 de Setembro e depois para o Tarrafal, a 23 de Outubro.

Foi libertado a 15 de Julho de 1940, regressando a Portugal muito doente. Trabalhou como jornalista no jornal *República* onde entrou como repórter e, durante longos, anos chefe de redacção. Não aceitou o convite para dirigir o jornal, e por isso foi criado o cargo de secretário-geral.

Depois do 25 de Abril, recusou o convite para ser candidato a deputado à Constituinte, pelo Partido Socialista; mas integrou a da Assembleia Municipal de Lisboa durante alguns mandatos. A renitência em aceitar estes cargos, sobretudo os de direcção ou que impusessem submissão a uma disciplina partidária, deveu-se, certamente, a sentir-se fiel ao ideário acrata - como ele dizia - da



António Marcelino Mesquita no uso da palavra, numa sessão comemorativa da Escola Oficina nº 1 (1973?)

sua juventude, que o tinha levado à prisão e que o levou, em 1978, a colaborar um livro organizado por Emídio Santana, sobre o 18 de Janeiro²⁰.

Foi iniciado maçom durante a clandestinidade na Loja *Liberdade*, em 12 de Setembro de 1972, com o nome simbólico de «Norton de Matos». Atingiu o Grau 25º do REAA em 1980. Pertenceu durante muitos anos à direcção da Liga Portuguesa dos Direitos do Homem e da Escola Oficina nº 1, da qual foi presidente, ambas ligadas à Maçonaria. Morreu em Lisboa a 20 de Setembro de 1986.

EDMUNDO PEDRO

ANTT PIDE -DGS, Registo Geral de Presos.

Edmundo Pedro nasceu em Samouco, Alcochete, a 8 e Novembro de 1918, filho de Gabriel Pedro e de Margarida Tavares Ervedoso. Começou a trabalhar aos 12 anos numa oficina de serralharia. Interrompeu o curso diurno da Escola Industrial Machado de Castro e passou a estudar à noite; aos 13 anos entrou para o Arsenal da Marinha, onde conheceu Bento Gonçalves e Francisco Paula de Oliveira «Pavel».

Iniciou então a actividade política na Federação da Juventude Comunista. Activista do Sindicato dos Arsenalistas da Marinha, Edmundo Pedro ligou-se ao PCP. Foi preso a 17 de Janeiro de 1934, quando estava envolvido nos preparativos da greve geral marcada para o dia seguinte. Transferido para o Aljube a 25 de Abril, foi julgado pelo Tribunal Militar Especial e condenado a 12 meses de prisão e perda de direitos políticos por cinco anos.



Edmundo Pedro - ANTT PIDE -DGS, Registo Geral de Presos.

Libertado a 22 de Janeiro de 1935, passou a integrar o Comité Regional de Lisboa da Federação da Juventude Comunista, como Secretário Político, participando na agitação de rua e em comícios relâmpagos efectuados nas Escolas Industriais Machado de Castro e Comercial Rodrigues Sampaio. Foi novamente detido, a 20 de Fevereiro de 1936, transferido para o Aljube e depois para Peniche.

Embarcou para Cabo Verde, a 17 de Outubro de 1936, sendo o mais jovem preso no Tarrafal - contava apenas 17 anos. Tentou fugir, e foi castigado com 70 dias na «frigideira». Afastou-se do PCP ainda em Cabo Verde. Regressou a Portugal, a 28 de Agosto de 1945, para ser julgado a 6 de Outubro e condenado a 22 meses de prisão correcional - dados por expiados pelos nove anos e 229 dias de prisão preventiva - e perda de direitos políticos por cinco anos. Foi libertado a 10 de Outubro de 1945.

Trabalhou como desenhador na Base Naval do Montijo, foi correspondente de francês e inglês da Federação Portuguesa de Futebol, correspondente da Sociedade Oceânica do Sul, gerente numa empresa de produtos farmacêuticos e trabalhou também no jornal *A Bola*. Apoiou as campanhas eleitorais de Norton de Matos e de Humberto Delgado.

Em 1958, esteve ligado a uma conjura destinada a promover uma revolta militar, que não eclodiu, mas, em 1 de Janeiro de 1962, participou na tentativa de assalto ao quartel de Beja, chefiando um dos grupos civis. Fugiu para o Algarve onde foi detido, em Tavira, na manhã desse mesmo dia, juntamente com Manuel Serra e o capitão Eugénio de Oliveira, futuro Grão-Mestre do GOL.

Deu entrada no Aljube, a 14 de Maio, e depois em Caxias. Condenado a um ano de prisão correcional imposta pelo Tribunal

²⁰ O 18 de Janeiro e Alguns Antecedentes, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978.



Cerimónia de entrega a Edmundo Pedro do Prix Laicité International 2015, do Grand Chapitre Général du Grande Orient de France, em 15 de Novembro de 2015.

«Os serviços secretos ingleses começaram a estruturar, em Portugal, a partir de 1940, uma rede de agentes e colaboradores, baseada nos serviços da embaixada britânica e em empresas como a Shell, com o objectivo de recolher informações.»

Fiscal de 1ª Instância, foi julgado, a 29 de Julho de 1964, e condenado no cúmulo jurídico de três anos e oito meses de prisão maior e medidas de segurança. Libertado a 30 de Novembro de 1965, obteve a liberdade definitiva a 6 de Agosto de 1970.

Edmundo Pedro aderiu ao Partido Socialista em Setembro de 1973, por intermédio de Mário Soares, sendo um dos fundadores daquele partido. No primeiro congresso, realizado na legalidade, em Dezembro de 1974, foi eleito para a Comissão Nacional e, em seguida, para a Comissão Política. Fez parte do Secretariado Nacional em 1975.

Em 25 de Abril de 1976, nas primeiras eleições legislativas, foi eleito Deputado pelo PS e reeleito durante onze anos. Em 1977/78, foi presidente da RTP. Da sua bibliografia destacam-se os livros *45 Anos de Luta pela Democracia Sindical. Reflexões de um Militante*, Lisboa, Fundação José Fontana, 1979, e os três volumes de memórias: *Um Combate pela Liberdade*, Lisboa, Âncora, 2007, 2011, 2012.

Edmundo Pedro foi iniciado na Maçonaria em 10 de Maio de 1991, na Loja *Rebeldia* nº 439, de Lisboa,

do Grande Oriente Lusitano, com o nome simbólico de «Spartacus». Mestre em 2 de Abril de 1992, desempenhou os cargos de Representante à Grande Dieta, Hospitaleiro e assessor do Grão-Mestre (1993).

Fundador da Loja *25 de Abril* nº 502, em 16 de Julho de 1994, assumiu nesta Oficina os cargos de Representante à Grande Dieta, Hospitaleiro, Intendente da Harmonia e Venerável Mestre. Membro do Grande Conselho Maçónico em 2008-2009, foi galardoada, em 5 de Outubro de 2016 com a Medalha de Ouro da Ordem Hipólito José da Costa.

Nas Ordens da Sabedoria do Rito Francês, foi admitido à I Ordem, no Grande Capítulo Geral do Rito Francês, em 25 de Abril de 2001, recebendo a V Ordem em 4 de Novembro de 2012. Presidiu à Câmara de Justiça do GCGRF, de Outubro de 2009 a Outubro de 2013. Foi-lhe atribuído o Prix Laicité International 2015, instituído pelo Grand Chapitre Général du Grande Orient de France, em 15 de Novembro de 2015. Morreu em Lisboa, a 27 de Janeiro de 2018. 🕒

Edmundo Pedro por ele próprio

Texto de Edmundo Pedro escrito em 2010 e amplamente divulgado por ocasião da inauguração a 25 de Abril de 2019, do *Memorial aos Presos e Perseguidos Políticos*, na Estação Baixa-Chiado do Metropolitano de Lisboa, junto à saída para o Largo do Chiado, resultante de uma iniciativa cidadã que a Câmara Municipal de Lisboa acolheu, com o apoio do Metropolitano de Lisboa.

«Comecei a trabalhar aos doze anos numa oficina de serralharia. Daí em diante, interrompi o curso diurno da Escola Industrial Machado de Castro e passei a estudar à noite. Aos 13, entrei para o Arsenal da Marinha. Aí conheci dois vultos cimeiros do movimento operário de então, meus colegas de trabalho na oficina de máquinas do Arsenal: António Bento Gonçalves e Francisco Paula de Oliveira. Este último viria a celebrar-se sob o pseudónimo de “Pavel”.

O primeiro era então Secretário-geral do PCP, o segundo Secretário-geral da Federação da Juventude Comunista. Ambos exerceram no meu espírito uma influência determinante. Filiei-me na Juventude Comunista aos 13 anos, pouco depois de ser admitido naquela empresa do Estado.

Fui detido pela primeira vez pela polícia política no dia 17 de Janeiro de 1934, pouco depois de ter completado os 15 anos de idade, por estar envolvido na preparação da tentativa de greve geral que deflagraria no dia seguinte. A minha primeira detenção está, pois, estreitamente ligada ao movimento

de protesto contra a liquidação do sindicalismo livre.

Esse movimento ficaria conhecido na história das lutas operárias como o «18 de Janeiro». Pela minha acção na preparação desse evento, fui condenado pelo Tribunal Militar Especial, acabado de criar por Salazar, à pena de um ano de prisão e à perda dos «direitos políticos» durante cinco anos.... Logo que fui libertado, retomei a oposição à ditadura como militante da Juventude Comunista. Em Abril de 1935 fui eleito, com Álvaro Cunhal, entre outros, para a direcção da Juventude Comunista.

Preso, uma vez mais, em Fevereiro de 1936, sob a acusação de ser dirigente da JC, acabaria, em Outubro desse ano, por ser deportado para Cabo Verde, onde fui estrear o tristemente célebre Campo de Concentração do Tarrafal. Ao fim de nove anos, regressiei a Lisboa para ser, de novo, julgado no Tribunal Militar Especial. Depois de ter aguardado julgamento, ao todo, durante dez anos, fui condenado, por aquele tribunal de excepção, à pena de 22 meses de prisão correcional, acrescida da perda dos

«direitos políticos» pelo período de dez anos!

Ao longo de todo o tempo que mediou entre o fim de 1945 e o 25 de Abril de 1974, conspiriei sempre contra a ditadura. De forma especialmente activa, a partir da campanha para a Presidência da República do general Humberto Delgado, durante a qual comecei a preparar, com Piteira Santos, Varela Gomes e outros, um movimento insurreccional que pusesse fim à ditadura. Estive envolvido, com o grupo inspirado por Fernando Piteira Santos, no «12 de Março» de 1959. Mas, dessa vez, não fui referenciado na polícia política.

Dois anos depois, no dia 1 de Janeiro de 1962, tomei uma parte muito activa no chamado «golpe de Beja», ocorrido na madrugada daquele dia, no Quartel de Infantaria Três, aquartelado na cidade de Beja. Depois daquele movimento ter abortado, fugi para o Algarve onde fui detido, em Tavira, na manhã desse mesmo dia, junto com Manuel Serra e o então capitão Eugénio de Oliveira.

Pela minha intervenção nesse movimento fui condenado, em 1964,



a três anos e oito meses de prisão maior e à perda do «direitos políticos» pelo período de 15 anos. Cumpri quatro anos de cadeia. Fui libertado no fim de 1965.

Aderi ao Partido Socialista, por intermédio de Mário Soares, em Setembro de 1973. Sou, portanto, um dos fundadores daquele partido. No primeiro congresso realizado na legalidade, em Dezembro de 1974, fui eleito para a sua Comissão Nacional e, em seguida, para a sua Comissão Política.

Fui integrado no seu Secretariado Nacional em 1975. Em 25 de Abril de 1976, nas primeiras eleições legislativas, fui eleito Deputado pelo PS. Exerci esse cargo durante onze anos. Em 1977/78, fui designado Presidente da RTP. Actualmente continuo no PS, mas como militante de base.

Ninguém na minha família escapou à repressão salazarista. O meu pai estreou comigo o Campo de Concentração do Tarrafal. Esteve ali, tal como eu, cerca de nove anos. Foi, reconhecidamente, o mais perseguido de todos os presos daquele

presídio de má memória. É considerado o mártir do Tarrafal. Morreu no exílio, em França, dois anos antes do 25 de Abril. A minha mãe esteve detida durante longo tempo por ser militante do PCP.

A minha irmã Gabriela, que fugira de Portugal para evitar ser detida pela sua actividade no âmbito do movimento estudantil, morreu em Paris, aos 20 anos, na emigração política. Um irmão meu, o João Ervedoso, foi assassinado no âmbito de uma manifestação estudantil, por um provocador ao serviço da polícia política, quando tinha acabado de completar 14 anos. O meu irmão Germano, o mais novo dos três, entretanto falecido, esteve detido durante três anos por envolvimento na preparação da tentativa insurreccional de Beja. A minha própria mulher, para não fugir à sina da família, também experimentou os cárceres da polícia política.»

**Edmundo Pedro +
Samouco, 8 de Novembro de 1918
Lisboa, 27 de Janeiro de 2018**

PAULO ALMEIDA

PÓ - Evocação de Edmundo Pedro

Há vidas, cujos dias, do nascimento à morte, pertencem, e só pertencem, a quem os viveu; sucede com a maioria de nós. Procurar a verdade dos dias da vida de alguém é arriscado, sem dúvida ilusório, e até certamente impossível. É apropriação indevida, é devassa, quase sempre reinvenção, profanação, roça mesmo o sacrilégio.

Mas há vidas - a que alguns chamam "vidas exemplares", quantas vezes por aí visando algum dividendo - há vidas que, para além delas, perduram conscientemente em muitos de nós e medularmente no inconsciente colectivo; perduram num caso como no outro pelos seus *efeitos*, ora temperados ainda pelo pó dos afectos únicos ora sujeitos ao pó das nossas memórias na espera do sopro que o desvanecerá; ou enfim perduram, essas vidas exemplares, já só quase anonimamente e através dos efeitos da sua carga transformadora de humanidade.

Uma parte importante da nossa *liberdade* de quase meio século em Portugal é efeito de uma vida exemplar, que hoje evocamos, cada um à sua maneira e segundo a sua circunstância; nessa vida exemplar buscando convicções, força, alento, inspiração, um mapa-guia para agir contra as armas do *medo* e a praga da *indiferença*, que são afinal os *maiores inimigos da Liberdade*.

Edmundo Pedro, hoje é pó. Daquele pó que já foi e será rocha-guia no alto da montanha.

**Lisboa, Centro Cultural de Belém,
8 de Novembro de 2018**

Edmundo Pedro

Um rebelde presente na «Loja Vinte e Cinco de Abril»

EVOCAÇÃO
A 29 DE JANEIRO DE 2020

A A vida cívica de Edmundo Pedro como lutador pela Liberdade contra a ditadura de teor fascista que vigorou em Portugal durante quase meio século teve, como a de muitos outros resistentes, aspectos heróicos e marcas de sofrimento, mas poucos casos haverá em que heroísmo e sofrimento se tenham firmado nessa luta com tanta intensidade numa só família: ele próprio, Edmundo Pedro, seu pai, mãe, irmã, dois irmãos, a mulher companheira de uma vida Maria de Lourdes Pedro; pôde ele dizer - nas suas próprias palavras - «ninguém na minha família escapou à repressão salazarista».

Pôde Edmundo Pedro - ao contrário de muitos outros que como ele lutaram por um mundo melhor - ver coroados os seus esforços no dia 25 de Abril de 1974, pela mão dos “capitães de Abril”, podendo enfim continuar a lutar mas agora em liberdade, participando assim na difícil construção desse mundo melhor. Lutar porém como sempre lutou, sem saber se iria vencer, mesmo além da própria morte; mas lutar, por um ideal fraterno.

B As singularidades da vida cívica de Edmundo Pedro, antes e depois da charneira do “25 de Abril”, estão relatadas com o selo do autêntico nos três volumes das suas *Memórias*, que para além de biográficas ficarão como um retrato de dois “portugais”, o oprimido e o

da Liberdade: como foi possível Edmundo Pedro ter estado 10 anos preso sem julgamento e depois disso ser condenado a 22 meses de prisão?! E como foram merecidas as duas condecorações - de Grande Oficial e Grã-Cruz - da Ordem da Liberdade atribuídas a Edmundo Pedro por dois Presidentes da República, Mário Soares e Jorge Sampaio !!

Em mais de uma ocasião, alguns - os que acreditam que todos os efeitos têm causas - terão reflectido no que pode estar na origem das singularidades do pensamento e da acção de Edmundo Pedro.

Nas suas *Memórias* Edmundo Pedro dedica um capítulo ao Arsenal da Marinha, onde segundo diz, contactou «com dois homens a vários títulos excepcionais» contacto esse que, conforme escreve, ditaria, em grande parte, o seu destino.

Foram esses homens, Francisco Paula de Oliveira (o “Pavel”) e Bento Gonçalves, ambos pertencentes ao quadro da oficina de máquinas, dois operários-intelectuais, que para Edmundo Pedro «foram, sem qualquer dúvida, os dois dirigentes de maior nível político e cultural do PCP»; aos treze anos nascia um operário-intelectual à luz de dois operários-intelectuais. Nascia um “homem a vários títulos excepcional” cuja vida foi, é e será uma mensagem inspiradora de outras vidas.

As seguintes características da cultura operária tornaram o Arsenal

um lugar propício ao germinar das transformações sociais:

- a) o sentido das realizações possíveis: o fabrico de uma peça num torno sabe-se como começa e quando acaba e sabe-se que resulta de um esforço colectivo.
- b) o convívio natural com o erro e a sua superação: a experiência na oficina torna evidente que a eficiência não é miraculosa mas sim o culminar da superação de muitos erros.
- c) a possibilidade de avaliação da parte do aprendiz e do mestre: é flagrante e não exige qualquer avaliação por outrém.
- d) o tempo e as velocidades aferem-se pela realidade: o tempo necessário para fabricar uma turbina é palpável ou plausível.

Que essa cultura operária promoveu aquisições de que todos beneficiam ainda hoje - mas infelizmente não são tão irreversíveis quanto muitos julgam - é indiscutível: as 48 horas, o direito às férias, a segurança social, etc.

Mas estas conquistas foram mitigadas por uma série de alienações que muito esquematicamente se traduzem em:

- a) alienação do trabalho: para ganhar a vida é preciso perdê-la pois “o operário”, nas roupas de antes e nas roupagens

de hoje, é cada vez mais uma mera peça anónima.

- b) alienação do capital: o capitalista deixa de “sentir” os meios de produção e passa a leitor de relatórios de contas preparadas por gestores sedentos de tramóia, quando não seja às ordens de um robô.
- c) alienação da política: a política é feita sobretudo por burocratas que nunca trabalharam e só à custa da política, sentados à mesa do orçamento, adquirem capital.
- d) alienação pela geografia: o emburguesamento da classe operária faz-se à custa da exploração longínqua e inviolável, sobretudo na Ásia pujante e na África que definha.

De ambas as coisas, *rebeldia* - eterno recomençar da luta - e *alienação* - a dignidade em parêntesis - terá o jovem Edmundo Pedro visto vários exemplos embrionários no Arsenal da Marinha, incitando-o a pensar e agir com a ideia generosa de, lutando, alcançar um mundo melhor.

Alguns mecanismos de acção e pensamento, presentes na cultura operária forjada desde a revolução industrial até ao terceiro quartel do século XX, deixaram de integrar a cultura das nossas sociedades ocidentais, empobrecendo-a, dificultando em particular aquele que vai ser o grande problema do século XXI: o conflito entre indivíduos que se querem livres e o anónimo mercado-global que os quer sujeitar.

O que inquieta são porém os efeitos do desaparecimento da influência dessa cultura operária; quebra de influência que se deve evidentemente à inexistência de um contra-poder de cariz socialista frente à economia de mercado. Há fenómenos económicos e culturais dos nossos dias que só se compreendem por este ângulo: da sustentabilidade do Planeta, à revalidação da

Democracia e à decadência da Europa!!

A dívida para com Bento Gonçalves e Francisco Paula de Oliveira sempre foi considerada imensa por Edmundo Pedro; dedicou um livro ao segundo (*Pavel - Um Homem Não se Apaga*) e apesar de ter dedicado ao primeiro todo um capítulo – “A acção de Bento Gonçalves” – no Vol.I das *Memórias*, deixou um texto fragmentário – *Bento* – que sempre desejou concluir e destinado a ser publicado postumamente, dedicado exclusivamente ao contacto que teve com esse outro “homem a vários títulos excepcional”.

C Estamos numa loja maçónica, a Loja Vinte e Cinco de Abril, da qual Edmundo Pedro foi um dos fundadores e membro activo até morrer, e em cuja instalação a 16 de Julho de 1994 teve papel preponderante o “capitão de Abril” José Fontão.

O convite para a entrada de Edmundo Pedro na Maçonaria deve-se a Joaquim Soares que o levou a ser iniciado na Loja Rebeldia a 10 de Maio de 1991, daí transitando ambos como fundadores para a então recém-instalada Loja Vinte e Cinco de Abril, de que Joaquim Soares foi primeiro Venerável e membro activo até Setembro de 2010, indo depois para outra Loja como fundador; Edmundo Pedro e Joaquim Soares integram o restrito quadro de Membros Honorários da Loja Vinte e Cinco de Abril (ler com proveito o livro *Loja Vinte e Cinco de Abril-20 anos de História*, de Artur Pita Alves, “capitão de Abril” iniciado nessa Loja no próprio dia da sua instalação).

O reconhecimento do valor humano, cultural e político devido a Edmundo Pedro vai de par com o reconhecimento do seu valor como maçom, quer em Portugal quer internacionalmente, disso sendo expressão a atribuição em 2015 do “*Grand Prix International de La Laïcité 2015*” [ex aequo com Ina Piperaki] em cerimónia em Paris no *Grande Oriente de França*, em que Edmundo Pedro,

impossibilitado de estar presente por razões de saúde foi representado por Jorge de Portugal Branco, Membro Honorário da Loja Vinte e Cinco de Abril; o seu nome ficou por outro lado associado à recente criação - 8 de Novembro de 2019 - do *Soberano Capítulo Edmundo Pedro*, integrado no *Grande Capítulo Geral de Portugal-Rito Francês*, única jurisdição regendo o Rito Francês em Portugal.

D Quantas palavras foram ditas por ocasião da morte de Edmundo Pedro!!! Algumas mais emotivas, outras tentando conter a emoção. Mas há vidas que, para além delas, perduram conscientemente em muitos de nós e medularmente no inconsciente colectivo; perduram num caso como no outro pelos seus *efeitos*, ora temperados ainda pelo pó dos afectos únicos ora sujeitos ao pó das nossas memórias na espera do sopro que o desvanecerá; ou enfim perduram, essas vidas exemplares, já só quase anonimamente e através dos efeitos da sua carga transformadora de humanidade.

Uma parte importante da nossa *liberdade* de quase meio século em Portugal é efeito de uma vida exemplar, que hoje evocamos, cada um à sua maneira e segundo a sua circunstância; nessa vida exemplar buscando convicções, força, alento, inspiração, um mapa-guia para agir contra as armas do *medo* e a praga da *indiferença*, que são afinal os *maiores inimigos da Liberdade*.

Edmundo Pedro, hoje é pó. Daquele pó que já foi e será rocha-guia no alto da montanha. 

Almeida e o 25 de Abril - O monumento rejeitado

Um projeto três vezes inviabilizado da autoria do escultor Carlos Amado e do arquiteto José Fava, com a consultadoria do escultor Lagoa Henriques e do engenheiro Gonçalo Couceiro na parte da luminotécnica

A consagração do 25 de Abril encontra-se assinalada na literatura portuguesa através de obras de poetas, de romancistas e dramaturgos; na música, em especial, nas canções de intervenção e nas diversas modalidades das artes plásticas.

Logo no dia 1 de maio de 1974, no decorrer de uma sessão comemorativa realizada na FIL, surgiu um painel coletivo que ficou a denominar-se *A Festa* e que reuniu a intervenção de 48 autores. Embora haja registo fotográfico, televisivo e cinematográfico, este painel, colocado no Mercado do Povo, em Belém, foi destruído por um incêndio que deflagrou no Centro de Arte Moderna e reduziu a cinzas todo o acervo ali existente.

A inventariação, com possíveis omissões involuntárias, abrange os monumentos em Lisboa, de José Cutileiro, no alto do Parque Eduardo VII; de José Rodrigues, no Porto, em frente da antiga sede da PIDE, na tradicional rua do Heroísmo; de Ana Rosmaninho, em Coimbra, na rua Antero de Quental. Também há os monumentos de João Duarte, em Paio Pires, na margem sul; de Helder Batista, em Oeiras; e de José Aurélio em Loures.

Este ano, no âmbito do cinquentenário do 25 de Abril são inaugurados mais três monumentos: de João Duarte, um em Grândola e outro em Alhandra; e mais outro de José Aurélio em Melides, a terra do litoral alentejano de onde partiu Fernão Mendes Pinto para a sua rota ao mundo, descrita na *Peregrinação*, tão célebre como *Os Lusíadas* ou como as *Décadas* de João de Barros, uma das preferências de Eça de Queiroz.

Almeida, uma das mais emblemáticas vilas raianas - (a mitológica terra de Eduardo Lourenço) - empenhou-se na implantação de um monumento comemorativo do 25 de Abril.

A iniciativa com o apoio da população e dos seus órgãos autárquicos, contou com a participação do memorialista e analista político Carlos Esperança, natural da freguesia de Escalhão, concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, próximo de Almeida de cujo concelho eram naturais os seus avós e os seus pais.

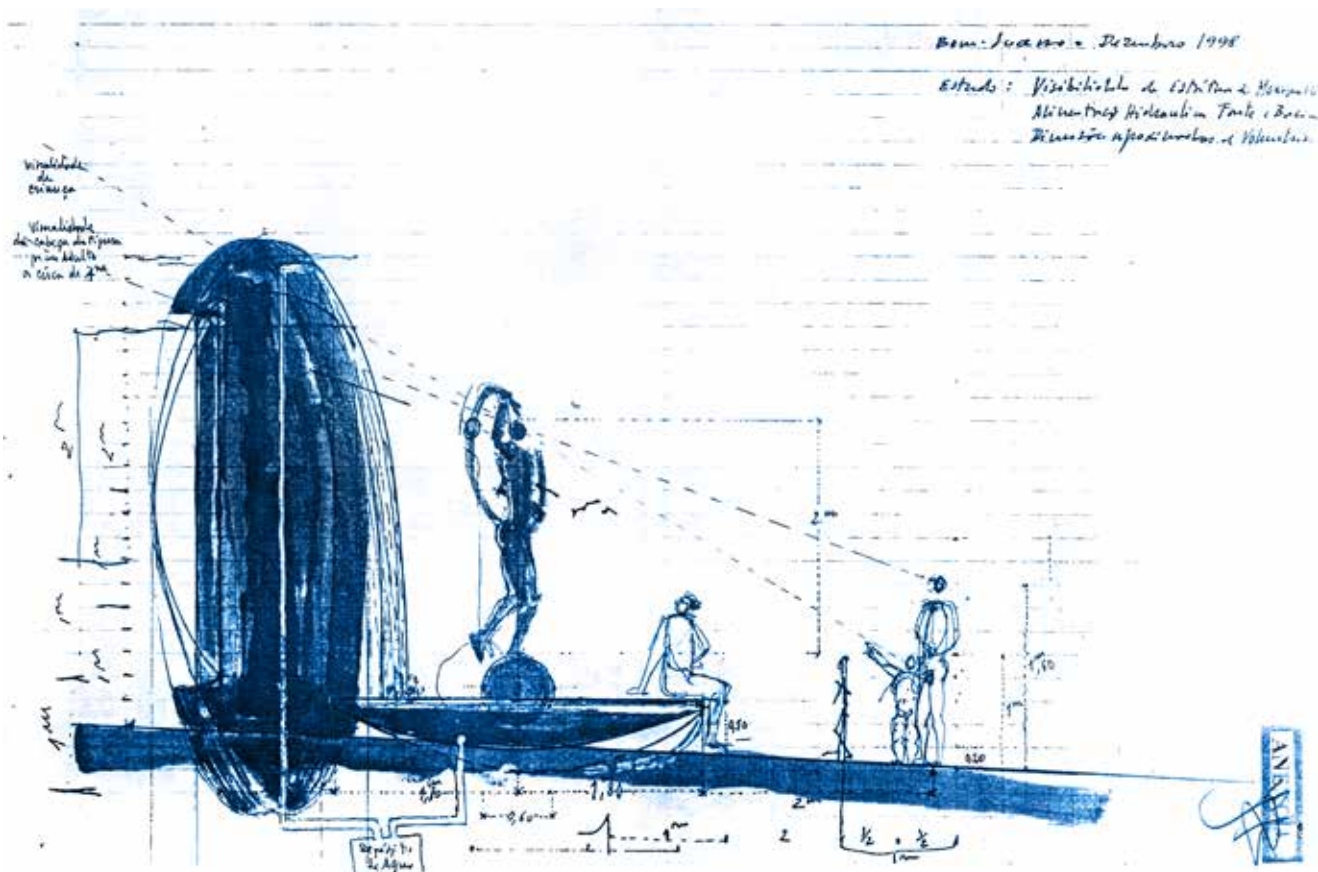
O atual município resulta da junção, no século XIX, de três municípios seculares: Almeida, Castelo Bom e Castelo Mendo, cujas antigas sedes incluem três vilas medievais fortificadas e que, hoje constituem polos de reconhecido interesse patrimonial.

A sede deste município, a vila de Almeida, é internacionalmente conhecida pela sua fortaleza, que, com a sua forma de estrela de 12 pontas, constitui um dos mais espetaculares exemplares europeus dos sistemas defensivos do século XVII.

O projeto do monumento - que reproduzimos a ilustrar este texto e revelar o seu indiscutível mérito - era da autoria do escultor Carlos Amado e do arquiteto José Fava, com a consultadoria do escultor Lagoa Henriques e do engenheiro Gonçalo Couceiro no que respeita à luminotécnica. Seria, em princípio, colocado fora das muralhas e depois implantado na Praça Central.

Os organismos relacionados com o pelouro do Património Nacional inviabilizaram a construção. Podemos acrescentar: este projeto do monumento foi por três vezes recusado e por três vezes retificado, conforme consta das memórias descritivas subscritas pelo arquiteto José Fava.

Para melhor contextualização podemos mencionar que o escultor Carlos Amado era maçom assumido, assim como o escultor Lagoa Henriques e o arquiteto José Fava, vice Grão Mestre de Eugénio de Oliveira, um militar preso, nos anos



D.R.

«O romper das algemas»: projeto do monumento para o município de Almeida da autoria do escultor Carlos Amado e do arquiteto José Fava e submetido à apreciação da tutela do Património

60, pela PIDE e irradiado do Exército.

Apesar de tudo isto, Almeida não desistiu de ter um monumento alusivo ao 25 de Abril, e cumpridas as formalidades legais ficou a ser da autoria de José Guimarães.

António Sérgio alertou para “a nossa obcecação do osso, do morto, do antepassado, em proporções atemorizadoras e quase trágicas”. Assim comentava uma passagem d’A Relíquia de Eça de Queirós onde o famoso Tópsius interpelava o Raposo que, ao viajar na Palestina, ia sempre acompanhado pelos ossos dos seus avós enrolados em papel de embrulho.

O culto do osso representa - ainda segundo António Sérgio - um dos traços fundamentais da cultura portuguesa: a preocupação excessiva com os mortos, em contraste com uma incapacidade generalizada para lidar com o presente. Daí

sucedem-se as comemorações, as trasladações e as guerras e guerrilhas em torno da memória.

Contudo, o 25 de Abril, anunciado na madrugada histórica de 1974, não pode, nem deve ser ignorado. Restituiu a liberdade de informação, de reunião e de crítica. Aboliu a imposição do pensamento único. Promoveu a formação de partidos. Cerrou as grades das prisões políticas de Caxias, do Aljube, de Peniche e abriu as portas do campo de morte do Tarrafal.

Aboliu a censura prévia aos órgãos de comunicação social e dos espetáculos. A Maçonaria portuguesa deixou de estar na clandestinidade. Foi restituído o Palácio Maçónico, a sede do Grande Oriente Lusitano, ocupada de 1935 até 1974 pela Legião Portuguesa.

A Constituição Política da República estabeleceu as regras para consolidar um Estado de Direito.

Enumerou os objetivos fundamentais para governar em Democracia Reconheceu as autonomias regionais e deu início à descolonização possível e tardia, com todas as consequências que daí resultaram.

Qualquer que seja a avaliação, o 25 de Abril concretizou imperativos da mudança; não temeu a ousadia, nem a urgência da inovação para transformar o País. A integração na Europa foi uma das conquistas necessárias.

É certo que falta muito para atingir o desejável, mas faltará sempre, aqui e em outros países livres e democráticos que, dentro dos condicionamentos inevitáveis, procuram responder aos desafios do quotidiano e às exigências do futuro. ①



Os Progressistas

Na guerra colonial, havia sofrimento, tiros, sangue e morte. Mas também havia luta política, embora disfarçada de jornal de caserna.

O capitão Salgueiro Maia, figura maior da Revolução de Abril, durante uma comissão na Guiné de 1971 a 1973, publicou no contexto da sua Unidade militar, um jornal/boletim a que chamou «Os Progressistas». Caracterizou-o como «Quinzenário de Divulgação

Cultura e Recreio da C. Cav 3420», mas já era evidente que o seu conteúdo tinha óbvios propósitos de despertar consciências.

Na Biblioteca Digital do Exército, podem ser consultadas 39 edições das 41 produzidas em Bula (Guiné),

por Salgueiro Maia. Nas páginas seguintes podemos ver alguns fac-símiles das capas de algumas edições de «Os Progressistas», jornal cujo título por si só já representa as preocupações sociais e cívicas, bem como evidencia as motivações éticas de Salgueiro Maia.

Nº1
JORNAL

QUINZENAL
21/7/71

DIRECTOR:
Cap. J. MAIA

EDITORES:
Alf. L. Mendonça
Fur. Eduardo

REDACÇÃO:
Alf. L. Mendonça
Fur. Eduardo

COLABORADORES:
Fur. Matos

"OS PROGRESSISTAS"
ORGÃO DE DIVULGAÇÃO E CULTURA DA C.CAV. 3420
51.9m 1898



OS PROGRESSISTAS



Fac-símile de páginas do jornal
Os Progressistas publicado por
Salgueiro Maia, em Bula, na Guiné,
entre 1971 e 1973

QUINZENÁRIO DE DIVULGAÇÃO CULTURAL E RECREIO DA C.CAV.
17-66-312
ENTRADA Nº 107

QUINZENAL
21/7/71

DIRECTOR:
Cap. J. MAIA

EDITORES:
Alf. L. Mendonça
Fur. Eduardo

REDACÇÃO:
Alf. L. Mendonça
Fur. Eduardo

COLABORADORES:
Fur. Matos

ORGÃO DE DIVULGAÇÃO E CULTURA DA C.CAV. 3420

NOTA DE ABERTURA

Considerando que nem só de pão vive o homem, mas também do que a sua inteligência apreende através da leitura, e dos conhecimentos adquiridos pela experiência...

Considerando que nada há de mais prejudicial do que a tendência para a estagnação, ou a perda do hábito de leitura...

Considerando que por mais difíceis que sejam as condições de vida, é necessário sobrepujarmos a elas, quanto mais não seja pela força do nosso espírito...

Considerando que por lema escolhemos "VINCERE NOBIS EST" (vencer é próprio de nós), e que necessitamos prová-lo...

Considerando que para distintivo da nossa companhia, tomámos as espadas de Cavalaria unindo o subdesenvolvimento à civilização, e garantindo que o sol nascerá para todos...

Considerando que para pedra de toque escolhemos a palavra "progressistas"... resta-nos expressar todo este conceito de existência e através dele, unir mais fortemente todos os Cavaleiros desta C.CAV. 3420, esperando que desta união na guerra resulte uma amizade mais forte na paz.

Por tudo isto "Progressistas" além de expressar as nossas alegrias, os nossos sentimentos, as nossas âdeias, terá de ser forçosamente a nossa fonte de inspiração.

O nosso quinzenário está aberto à contribuição de todos nós e à discussão de todos os temas desde que o seu fim seja construtivo.

A todos aqueles que nele colaborarem o nosso muito obrigado

CUMERE 21/7/71

"O progressista mor"

Cap. J. MAIA

Pois camaradas no enício duma fase da nossa vida tão diferente das outras fases que já atravessámos, que com grandes dificuldades se irá atravessar ou não tivessem todas as fases as suas dificuldades maiores ou menores, aqui estamos nós, os editores, para torcer por todos quantos constituem a C.CAV. 3420, desejando neste primeiro número do nosso jornal que os dias que se seguirão, se passem na guerra, da melhor maneira possível, fazendo tudo o que esteja ao nosso alcance para que assim seja.

Os Editores

C. CAVI 3420
GUINÉ 1971-73
VINCERE NOBIS EST

Nº. 11

JORNAL QUINZENAL

24/12/71

DE BORLA

S.P.M. 1898

OS PROGRESSISTAS

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO E CULTURA DA C.CAV. 3420

DIRECTOR:

Cap. Cav. S. Maia

EDITORES:

Alf. Mendonça

1º Cabo Fouseiro

O NOSSO JORNAL

51 me 1898

REDACÇÃO:

Alf. Mendonça

1º Cabo Fouseiro

COLABORADORES:

Alf. Queiroz

Quase são passados 6 meses sobre a nossa chegada à Guiné; durante eles tivemos quinzenalmente, a presença amiga do nosso Jornal; durante este espaço de tempo desfizemos muitos conceitos pré-estabelecidos, destruimos muitos mitos, tornámo-nos mais velhos com a experiência vivida mais propriamente com a vivência adquirida.

Todos podemos comprovar que a vontade não conhece limites, que o impossível existe na razão do nosso querer; que para além de tudo, é a decisão, afirmação do querer, a única arma que decide as vitórias, que afirma as realizações.

Nestes meses perdemos as penas de "piriquitos" e alguns arranjaram penugens de "pavão" e com o correr dos tempos, mais aves raras teremos; pelo menos servem de distração.

Alguns já provaram que pertencem àquela elite com que se concretizam as grandes realizações; outros, passam despercebidos, mas podem ficar certos de que estamos de olhos bem abertos para ver os seus "progressos"; o enfim aqueles que se venham a mostrar menos válidos, só podem esperar que os ignoremos, como membros da grande família que são os Progressistas.

Fazendo um balanço a curto prazo, posso afirmar com orgulho que, nestes quase 6 meses de comissão praticamente nenhum problema disciplinar grave existiu, e na generalidade todo o pessoal cumpre, com uma dedicação mais ou menos pronta.

E vem tudo isto a propósito do nosso Jornal, pois durante os seus 11 números os colaboradores, não foram na quantidade julgada necessária. É preciso que cada um de vós compreenda que, se é bom passar um pouco de tempo entretido a lê-lo é também necessário gastar algum tempo a fazê-lo e por pouco jeito que tenhamos, algum haverá pelo menos, para escrever uma anedota.

Quis a sorte que este número dos "Progressistas" surgiu-se nesta véspera de Natal. Para nós o Natal tem o condão de tornar os homens mais unidos, mais humanos, mais verdadeiros.

Desejo que este Natal longe de ser para nós motivo de tristeza, seja momento de franca camaradagem, e que a sua passagem permaneça na nossa memória, como algo de emotivo que, nos dá prazer recordar.

Desejo ainda que o calor humano, que é de tradição surgir mais forte pelo Natal, seja uma constante em toda a existência de "Os Progressistas".

"O Progressista Mor"

ENTRADA N.º 45

ÀS URNAS

CUMpra O SEU DEVER DE CIDADÃO VOTE NO MELHOR

VOTE NO SR. PETER PAN

- 1: - Fortaleça o patriotismo amolecido.
- 2: - Está dentro de todas as combinações.
- 3: - Ampara os pequenos.
- 4: - Não deixa cair os grandes.
- 5: - Tanto protege os da esquerda como os da direita
- 6: - Orienta os mais novos.
- 7: - Segura os mais velhos.
- 8: - Evita oscilações.
- 9: - Impede a introdução de mãos alheias.
- 10: - Vive no meio da família.

SOB O PONTO DE VISTA DESPORTIVO:

O Peter Pan é o melhor guarda redes do mundo, porque defende duas bolas ao mesmo tempo.



Se Franco mandou erguer um monumento dos caídos, Peter Pan fez dos caídos um monumento.



Peter Pan está em verdadeira concorrência com a Margarina Vaqueiro, porque torna tudo mais apetitoso.



Peter Pan só está em desacordo com o Tody. Tody contém, porque contém mesmo.

Peter Pan às vezes parece que contém mas não contém.

Os Progressistas nº 24, p. 5
Publicado nas vésperas das
eleições presidenciais que se
realizaram em 25 julho de 1972

9/7/72
DE BORLA
S.P.M. 1898

DIRECTOR
Cap. Cav^o. S. Maia

REDACÇÃO
1º Cabo Pouseiro

COLABORADORES
Cap. Cav^o. S. Maia
Alf. Queiroz
Fur. Mil. Sancho
1º Cabo Pouseiro
Soldado Alvarenga
Soldado Nunes

R E C O R D A N D O

9 de Julho de 1971, dia triste agreste mesmo, até a água do mar que na vespera se apresentava com uma limpidez azulada, tinha mudado para o tom cinza esverdeado; estávamos pois, já em águas da Guiné, entrando pelo Geba.

Pela tarde chegamos em frente do cais de Pigiguiti, o céu estava enevoado, em fundo negro a humidade estasia pela saturação, parecia tudo se conjugar para tornar triste a nossa chegada. Por estar na maré vazia não se pode atracar, nem descer para os batelões, para complicar mais a coisa depois das 20H00, houve em Bissau exercício de black haut.

Tudo parecia agreste, desolado, apreensivo; para enfrentarmos esta associação de elementos negativos, só dispunhamos do nosso querer, fruto dilecto da nossa juventude, plena de idealismos, prenhe de realizações potenciais.

Chegamos quase sem nos conhecermos, sem nos identificarmos. Doze meses são passados, e olhando o caminho percorrido, sentimos à nossa volta a mesma vontade indómita, a mesma intenção em realizar, mas muito mais adulta muito mais consciente. Agora sentimo-nos irmanados, não só, pelo sangue dos nossos feridos, mas também, pelo sofrimento que foi colectivo; olhando as missões cumpridas, o "espírito cavaleiro" com que sempre nos atiramos para a frente nos momentos de perigo, sentimo-nos sem pieguices mais homens, mais "Progressistas".

Depois destes doze meses caldeados ao sol, à chuva, ou nas noites de vigia, contemplamos quão bom é o sentimento do dever cumprido, e que isso nos sirva de incentivo para o tempo que nos falta cumprir.

Na minha qualidade de chefe dos Progressistas, não podia deixar passar o dia de hoje sem vir dedicar estas palavras, que são ao mesmo tempo de agradecimento, pelo espírito voluntarioso e colaborante como encararam todas as situações e desejar que este espírito de corpo continue mais e melhor, cimentando a sã camaradagem que urge manter, para que a nossa comissão da Guiné, quando tornada recordação, o seja plena de orgulho, saudade e emoção.

Fernando José Salgueiro Maia
Cap. de Cav^o.

16 NOV. 1971

ENTRADA N.º 8434

OS PROGRESSISTAS

N.º 8
JORNAL QINZENAL
9/11/71
DE BORLA
S.P.M. 1898

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO E CULTURA DA C.CAV. 3420

DIRECTOR:
Cap. S. Maia

EDITORES:
Alf. Mendonça
1.º Cabo Pouseiro

REDACÇÃO:
Alf. Mendonça
1.º Cabo Pouseiro

CODABORADORES:
Alf. Queiroz
Alf. Capelão
Antero Ferreira
Fur. Mil. Silva

MUNDANÇA NÃO É RENÚNCIA

É bem sabido e conhecido pelo agricultor que certas plantas devem ser semeadas em alfobres para depois serem transplantadas. Essa transplantação pode-se tornar mesmo indispensável para que a planta atinja um maior desenvolvimento e mais elevada produção.

Isso não impede que a planta sofra ao ser transplantada: é indispensável que a mudança de terra seja feita com cuidado e delicadeza para não ofender a planta nem lhe quebrar as raízes.

Com os homens passa-se algo de semelhante: o homem nasce e cresce num ambiente em que há leis cívicas e morais que o ajudam e desenvolver-se regularmente e a atingir a verdadeira maturidade que o ajudará a viver a sua vida com menos esforço por ser ajudado por esses hábitos cívicos e morais. Mas se o homem, antes de atingir essa maturidade, for transferido para um ambiente diferente daquele em que se desenvolveu, sofrerá seguramente um abalo que pode ser tanto mais forte quanto mais longe estiver o homem de atingir o seu total desenvolvimento, e quanto mais diversos forem os ambientes em que cresceu e onde depois vive. E há plantas que ao serem transplantadas secam por não resistirem à mudança, também há seres humanos que fracassam totalmente ao "emigrarem". E "emigrar" aqui quer dizer "ir viver fora da terra natal temporária ou definitivamente".

Certamente já reparaste, amigo leitor, que escrevo para ti: estás a viver fora do teu habitat (Habitat é o ambiente normal em que se desenvolve e se dá bem um ser vivo); foste mudado de terra.

Depois de um primeiro momento em que talvez tenhas ficado abalado, é natural que te adaptes melhor ou pior ao novo ambiente. E se reparares, a cebola quando é transplantada não passa a ser feijoeiro: continua a ser cebola. Adaptar-se não quer dizer renunciar ao que se era para ser outra coisa. Adaptar-se é viver a nossa maneira de ser, as nossas convicções, as nossas leis cívicas e morais no novo ambiente. Melhoradas talvez pela riqueza desse novo ambiente, mas nunca substituídas.

Vives longe dos teus pais, da tua mulher e filhos, ou da tua noiva ou namorada e da tua família; vives em ambiente muito diferente daquele em que te criaste.

Está atento, porque corres riscos muito sérios, não tanto físicos como morais e espirituais. Podes ser levado a permitir-te linguagem que nunca terias na tua terra; esquecimento das leis cívicas que aprendeste; podes ser levado a permitir-te atitudes e relações que não são as que te ensinaram e a sentes mesmo que estás a proceder mal. Até na tua vida futura certamente não procederás assim — estás a desprezar as leis morais que aprendeste e que deviam orientar a tua acção como orientam o teu pensamento. Se assim é estás a fracassar porque estás a deixar-te dominar pelo ambiente externo, quando devias ser tu a dominá-lo; estás a ser a tal cebolinha que se transforma em alho porro porque mudou de terreno.

Antero Ferreira
(Capelão)

Nº 9
JORNAL
24/11/71
DE BORLA
S.P.M. 1898

PROGRESSISTAS

ORGÃO DE DIVULGAÇÃO E CULTURA DA C.CAV. 3420

DIRECTOR:
Cap. Cav. S. Maia

COMO SE REESCREVE A HISTÓRIA

EDITORES:

Alf. Mendonça
1º Cabo Pouseiro

REDACÇÃO:

Alf. Mendonça
1º Cabo Pouseiro

COLABORADORES:

Alf. Queiroz

Apesar de me sentir perturbado pela autoconvicção daqueles que, com tanta liberdade, se permitem reescrever a História, continuo a fazer a mim próprio insistente pergunta. Se eu, sem o benefício da sua aguda faculdade de análise de factos passados, me enganei tão profundamente ao apreciar acontecimentos em que tomei parte activa, como é que eles, agora, não tendo a oportunidade de uma análise retrospectiva, podem mostrar-se tão confiantes nas suas apreciações sobre o que se passa presentemente?

Mencionei esta perplexidade a um grupo de jovens cépticos, com os quais conversei algumas noites atrás, sem que tenha recebido resposta, embora todos eles fossem unânimes quanto a um ponto, que lhes parecia evidente em si próprio: se o Ocidente, unilateralmente, resolvesse desmantelar a N.A.T.O. e se apenas os Estados Unidos retirassem as suas forças da Europa, então, certamente, a União Soviética procederá à desmobilização do Exército Vermelho, daí para o futuro, o mundo podia para sempre viver em paz.

Concordei em que tal era uma previsão apaixonante. Mas como poderiam eles estar certos disso? De novo se fez um silêncio indulgente. Talvez isso possa ser citado como um exemplo da famosa "impossibilidade de comunicação", mas não penso que esse seja o caso. Embora eles ouvissem o que eu dizia e percebessem o significado das palavras, eu era, a seus olhos, simplesmente um fóssil de um passado remoto e "irrelevante", queixar-se tinha diluído no tempo.

Por isso, na ausência de uma resposta, resolvi recorrer a uma habilidade dialéctica anterior mesmo à minha era, aquela arte antiga que se conhece pelo nome de parábola. Tratava-se de uma parábola que, teria aplicação geral, ajustando-se à nossa posição militar, à Aliança Ocidental, à continuação das nossas tropas na Europa e talvez mesmo à nossa vigilância política.

Desde o começo dos tempos, contava a minha História, que as aldeias existentes no desfiladeiro de uma montanha eram periodicamente afectadas por inundações. Finalmente, os dirigentes convocaram uma grande reunião e decidiram aplicar os seus esforços e recursos na construção de uma enorme e forte barragem. A partir daí, e durante um quarto de século, a barragem protegeu as aldeias de um desastre e a vida decorreu próspera e tranquila até que, por fim, uma nova geração começou a crescer, liberta das apreensões do passado e cheia de ideias excitantes acerca de um mundo de canções e beleza.

Inevitavelmente, a atenção dos novos dirigentes voltou-se para a barragem, a qual consideram pesada e feia, constituindo uma afronta ao meio ambiente. Além disso não deixava de observar o pôr do Sol e tinha de ser reparada todos os anos. Um dos dirigentes compôs uma canção folclórica apresentando a barragem como um símbolo de megalomania imperialista, o povo em pouco mais falava com entusiasmo. Então, alguém surgiu com um argumento, para o qual parecia não ser possível encontrar resposta. Além de tudo mais, frisava o citado argumento, nunca ninguém tinha falado em prejuízos causados pelas inundações a não ser os "velhotes" de mais de 30 anos, que não mereciam a mínima confiança. Quem, entre os novos dirigentes, podia recordar-se de alguma vez ter visto inundações durante a sua vida? Era perfeitamente claro que as inundações tinham sido completamente eliminadas, que não eram mais do que um assunto do passado e até, talvez, uma invenção destinada apenas a assustar o povo. Visto não ter havido qualquer inundação durante 25 anos, tornava-se mais que evidente que não voltaria a haver outra.

Assim, após um certo período de manifestações, de mais discursos e de várias feitas, foram-se à barragem, dinamitaram-na e serviram-se dos destroços para construir um campo de jogos para o novo Deval. Agora, que, sem mais rodeios, vos diga uma coisa: quando as águas desceram da montanha, foi, na verdade, a idade de Aquário.

"OS PROGRESSISTAS"

Nº 26

9/8/72

DE BORLA

S.P.M.1898

DIRECTOR

Cap. Cav. S. Maia

REDACÇÃO

Sold. Alvarenga

COLABORADORES

Cap. Cav. S. Maia

Alf. Queiroz

2º Sarg. Carreteiro

2º Sarg. Pascóal

Fur.Milº.Marques

Fur.Milº.Almeida

O C I D A D Ã O

Palavra bonita que poucos interpretam, no seu pleno significado.

Em qualquer dicionário lemos que, cidadão é, o indivíduo no gozo dos seus direitos civis e políticos.

A palavra cidadão deriva de cidade e também designa o habitante desta. Por sua vez cidade provem da palavra latina civitate.

Civis sum romanus - sou cidadão romano, foi motivo de honra para os que viveram o período aureo da civilização Romana.

Os tempos evoluíram os conhecimentos também e parece que no referente ao conceito do cidadão, pouco evoluímos, senão que, retrogradamos.

O leitor já reparou que o cidadão para além dos seus direitos, garantidos pela sociedade, tem também obrigações, que poucos exigem sejam cumpridos.

O cidadão deve zelar pelos interesses da sociedade, mas infelizmente verificamos que estes são todos os dias ultrapassados senão vejamos;- quantas vezes há incúria perante a propriedade colectiva, temos mesmo uma frase muito em voga a servir-lhe de incentivo, diz ela "deixa arder que é do Estado"- já reparas-te camarada quanto este procedimento sai "Cafo"?

Repara, o estado vivo dos impostos que lança sobre todos os cidadãos com vista a manter determinado coeficiente de serviços públicos, que tem de existir, para que a sociedade possa progredir, e viver com menos dificuldades quando por incúria se estraga - propriedade colectiva, estamos logicamente a esbonjar o dinheiro que to damos ao Estado, mais ainda, vamos obrigar o Estado a lançar novos impostos para que destes tenham os meios que permitam substituir o material incapacitado precocemente vem isto a propósito da palavra cidadão, é minha intenção ao estado crever estas palavras, contribuir para que ela, seja vivida na plenitude visto é, que cada um de nós seja um verdadeiro cidadão no cumprimento dos deveres e na vivência dos direitos.



POESIA

Há nos teus olhos doloridos
Algo de tristeza!
Um mar imenso de loucura
Habita neles!
São tristes
Os teus olhos,
Tristes como tu
São carícias quentes,
Que me penetram
Como raios de fogo
E me abraçam a alma!
Fogo cáldo
Que me queima
E faz com que,
Num frémito enorme
Eu e tu,
Toquemos
O sublime!

3420 em festa



A escovinha é mais
higiénico.



Cuidado, não me pisem !...
O fim do mês é maravilhoso.



Desenrrasca-te que és de cavalaria.



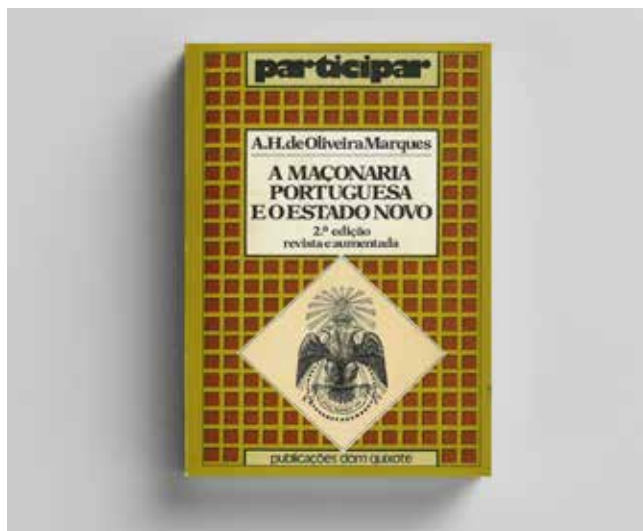
Para espectáculos desta natureza,
o capacete faz sempre jeito.



Canta baixo para
não desafinares.



A lotação está esgotada, mas...



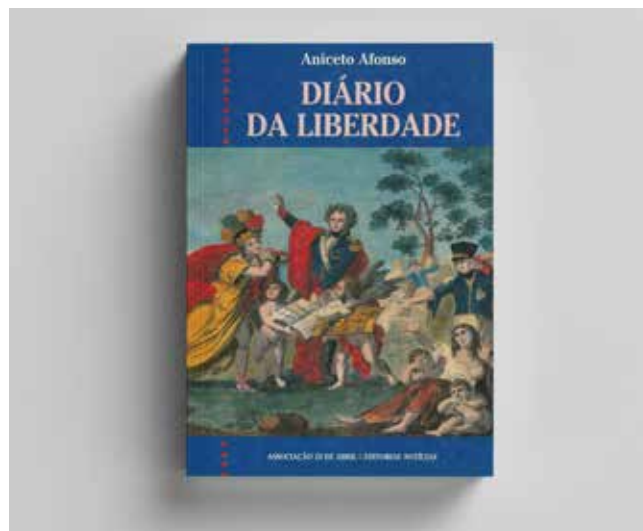
A MAÇONARIA PORTUGUESA E O ESTADO NOVO

**2ª Edição Revista
e Aumentada**

Autor: António H. de Oliveira Marques
Edição: Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1983

Índice:

1. Prefácio
2. Introdução
 - 2.1. O que é a Maçonaria
 - 2.2. Construção
 - 2.3. Justiça Social
 - 2.4. Aclassismo
 - 2.5. Aperfeiçoamento Intelectual
 - 2.6. Fraternidade
 - 2.7. Internacionalismo
 - 2.8. Democracia Igualdade
 - 2.9. Ritual
3. Documentos
4. Apêndice
5. Índice Analítico



DIÁRIO DA LIBERDADE

Autor: Aniceto Afonso
Edição: Associação 25 de Abril, Lisboa, 1995

Índice

1. Prefácio
2. Janeiro
3. Fevereiro
4. Março
5. Abril
6. Maio
7. Junho
8. Julho
9. Agosto
10. Setembro
11. Outubro
12. Novembro
13. Dezembro
14. Cronologia da Liberdade

SELEÇÃO PARA CONSULTA



PRESOS POLÍTICOS NO REGIME FASCISTA VI – 1952-1960

Edição: Presidência do Conselho de Ministros,
Comissão do Livro Negro
sobre o Regime Fascista, Lisboa, 1988

Índice:

1. Introdução
2. Dados relativos ao período de 1952-1960
3. Diagramas relativos ao período de 1952-1960
4. Gráfico correspondente ao movimento prisional político de 1952-1960
5. Dados relativos ao ano de 1952
6. Dados relativos ao ano de 1953
7. Dados relativos ao ano de 1954
8. Dados relativos ao ano de 1955
9. Dados relativos ao ano de 1956
10. Dados relativos ao ano de 1957
11. Dados relativos ao ano de 1958
12. Dados relativos ao ano de 1959
13. Dados relativos ao ano de 1960
14. Dados relativos ao período compreendido entre 1 de janeiro de 1932 e 31 de dezembro de 1960
15. Diagramas relativos ao período de 1932-1960



MENSAGEM DO CONSELHO DA ORDEM

Data: 1935

Assunto: Este documento de três páginas, mais que uma mensagem do Conselho da Ordem às Lojas e aos Irmãos do Grande Oriente Lusitano Unido, é um apelo.

Cota: A-6 P-2 6

Face à conjuntura política, ao encerramento do Palácio Maçónico, à deserção de vários Irmãos e ao projeto de Lei de proibição da Maçonaria em debate no Parlamento, este documento é um apelo à união, à solidariedade, e à resistência.

**CANDIDATURA DE NORTON DE MATOS
À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

Data: 1949

Assunto: Este documento que faz parte de um vasto acervo documental, que integra o Arquivo do Grémio Lusitano, relata um momento crítico das eleições à Presidência da República.

Cota: A-6 P-2 5

Norton de Matos, candidato às eleições Presidenciais de 13 de fevereiro de 1949, foi desde o início da sua candidatura impedido de “agir como candidato” (*General Norton de Matos, Mais quatro meses da minha candidatura à Presidência da República, Porto, Edição do autor, 1949*).

Após o início da campanha eleitoral, a 2 de janeiro de 1949, o General enfrentou a máquina de propaganda montada pelo regime para o atacar, que explorou a sua anterior condição Maçonica, e o facto de ter sido Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano Unido.

Norton de Matos acabaria por desistir, e retirar a sua candidatura a Presidente da República, a 7 de fevereiro.

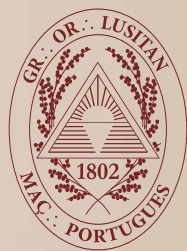
**DECRETO CONSELHO DA ORDEM**

Data: 1951

Assunto: Este Decreto do Conselho da Ordem do Grande Oriente Lusitano Unido, é um dos documentos que nos apresenta como foi possível manter e financiar as paramaçónicas durante ditadura.

Cota: A-6 P-2 1

O documento é um apelo por parte do Conselho da Ordem para que todos os maçons do GOLU continuassem a manter as suas obrigações perante as instituições de solidariedade que tinham a seu cargo, o Asilo de S. João em Lisboa, fundado em 1869, o Asilo de S. João no Porto, fundado em 1890 e a Sociedade Promotora de Escolas (Escola Oficina nº1. Face às dificuldades financeiras que estas Instituições enfrentaram, decorrentes do progressivo desaparecimento das Lojas Maçónicas que as tinham apoiado no tempo da Primeira República, só a ação muito comprometida de alguns Irmãos, e alguns pontuais contributos filantrópicos, permitiram que as mesmas tenham sobrevivido até 1974.



GRANDE ORIENTE LUSITANO
MAÇONARIA PORTUGUESA



Facebook | Instagram
Museu Maçónico Português



MUSEU MAÇÓNICO
PORTUGUÊS



GRÉMIO LUSITANO

WWW.GREMIO LUSITANO.PT